



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA –UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**FEMINISMO, EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO: A RESISTÊNCIA
CRIATIVA NA FORMAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES**

**Brasília
2024**

ALINE DA COSTA LUZ

**FEMINISMO, EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO: A RESISTÊNCIA
CRIATIVA NA FORMAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade de Brasília como exigência para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação (POGE)

Orientador: Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses

**Brasília
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

dL979f da Costa Luz, Aline Feminismo, educação popular e extensão: a resistência criativa na formação de Promotoras Legais Populares / Aline da Costa Luz; orientador Erlando da Silva Rêses. -Brasília, 2024. 143 p.

Tese(Doutorado em Educação) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Extensão. 2. Educação Popular. 3. Feminismo. 4. Educação Popular Feminista. 5. Promotoras Legais Populares.

I. da Silva Rêses, Erlando, orient. II. Título.

Luz, Aline da Costa. **Feminismo, educação popular e extensão**: a resistência criativa na formação de Promotoras Legais Populares. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses – Orientador
Universidade de Brasília (UnB)

Prof^ª. Dra. Lívia Gimenes Dias da Fonseca
Universidade de Brasília (UnB)

Prof^ª. Dra. Alice de Barros Gabriel
Instituto Federal de Goiás (IFG)

Prof^ª. Dra. Clarissa Machado de Azevedo Vaz
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Prof. Dr. António Neves Duarte Teodoro
Universidade Lusófona (Lisboa-PT)

*A todas as mulheres que fazem extensão
e permitem a realização da função
social das IPES.*

Agradeço ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), *Campus* Jataí, por me permitir ter condições de me dedicar aos estudos de doutorado por meio da licença para capacitação.

Agradeço às mulheres que se dispuseram a colaborar com essa pesquisa, participando de uma longa entrevista e permitindo que eu me encantasse ainda mais por esse projeto. Lívia, Thalita, Isabelle, Gabriela Luiza, Laysi, Rosa Vanessa, Clara, Geovana, Carolina, Mara Ester, Sirlene, Francielle, Camila, Lily, Christiane, Bianca, Juliana, Cora, Carla e Isabella, gratidão pela generosidade de vocês resistirem criativamente para dar continuidade às PLP em suas cidades.

Nos agradecimentos “existenciais”, agradeço primeiramente ao suporte de minha família, com o intenso apoio para todas as mudanças que se sucederam desde que ingressei no doutorado. É muito bom, e foi muito importante, saber que tenho amor, colo, comidinhas afetivas e as orações de vocês, para que tudo desse certo! Gratidão Lucineide e Divino Adenaldo, por me fazerem sentir acolhida em sua casa como se dali eu nunca tivesse saído, por terem me ensinado a crer e a agradecer a Deus (que hoje compreendo de uma forma mais plural, sem letra maiúscula, mas presente e importante). Gratidão Flávia e Laura, por serem irmãs com quem posso partilhar os altos e baixos de todo esse processo. À minha sobrinha Elisa, agradeço por me olhar no fundo dos olhos desde que era uma bebezinha, por ser minha alegria, minha renovação do sentimento de amor, minha motivação para defender um mundo melhor para mulheres. Ao Lucas, que ainda está no forinho, agradeço desde já por mostrar que o amor no coração dessa tia pode sempre se ampliar.

As amigas são uma parte estruturante em minha existência. Sou grata aos afetos e às partilhas que tive ao longo da vida e àquelas que construí ao longo do doutorado. Seria incapaz de colocar a existência de vocês em hierarquia em minha vida, porém, na construção desse trabalho, algumas pessoas estiveram mais perto e pegaram em minha mão para construirmos juntas. Gratidão Karine Assis, por toda sua potência que me inspira tanto, todas as perguntas que me faziam refletir sobre meu processo, seus estudos que dialogam e potencializam os meus, sua extensão comprometida e transformadora, todos os abraços apertados, cafezinhos, rolês aleatórios, enfim todas as partilhas. Junto contigo, tenho a alegria de partilhar a amizade com Thiago Luz, “meu primo”, com quem sei que posso contar, seja para imprimir centenas de páginas de entrevistas ou partilhar as dores e as delícias da existência aqui no interiorrrrr de Goiás. Amo vocês!

Graças à amizade com Karine, pude conhecer Simone Rosa e Geovan Assis, que, junto com minha querida Lenilda Perpétuo, se uniram na missão “me ajude a salvar a tese”, me ouvindo, opinando, questionando, sugerindo mudanças e me dando força para concluir esse trabalho. Gratidão a vocês por ter conseguido chegar aqui. Também agradeço à energia festiva que me permitiu ressignificar o trabalho de Nícolas e Evaldo.

Nesse último ano, tão caótico para uma doutoranda, agradeço o cuidado diário que recebi da Silvia Rodrigues, que, assim como Karine, também é doutoranda, mas longe das humanas. Isso não foi um impedimento para que eu recebesse todo o apoio para desenrolar a pesquisa, além de garantir minha saúde mental, com sua energia criativa, carinho e suporte para essa aventura de cuidar do corpo também. Você e o Raphael Matias me ajudam a salvar os domingos e todos os perrengues. A amizade de vocês é uma alegria em minha vida!

Agradeço especialmente à Anne Oliveira, não somente por ceder os desenhos belíssimos que abrem os capítulos dessa tese, mas por ter acompanhado toda a jornada do doutorado, desde o começo: ter sido casa quando precisei e me ensinar a encontrar beleza nas coisas simples da estrada. Agradeço à Kamilla Assis, por ser essa amizade perene, essa partilha constante, com quem posso falar sobre a conjuntura existencial e a política mundial. Agradeço à Ana Querubina, por ser alegria, criatividade, parceria e escuta sensível. Sinto muito orgulho de nossa amizade que já dura longos anos e, mesmo com todas as mudanças pessoais e a dinâmica material da vida, segue firme.

Agradeço à Cristiane, por ter voltado a partilhar a vida comigo como partilhávamos na infância, graças a esse doutorado. É incrível que tenhamos essa conexão e compreensão com a vida uma da outra. O mesmo posso dizer de Pablo Henrique, uma amizade perena, mesmo que fisicamente distante. Vocês foram suporte em momentos muito caóticos. Gratidão!

À Maria Tereza, agradeço por nunca ter se distanciado, embora morando, há quase 20 anos, longe daqui. Agradeço por todos os livros mandados com tanto carinho, fundamentais para a construção dessa tese; por todos os áudios longos, nos quais repassávamos e reelaborávamos nossas construções da terapia. Gratidão pela generosidade e pela parceria constante.

Agradeço às amigas que construí no além-mar. Marcela, Dani, Daiane, Tânia, Susana, Weidman, Ricardo, Caio, Olga e Sofia, vocês me fizeram sentir em casa quando eu estava muito longe de meus afetos, me fizeram conhecer mais sobre o mundo e sobre se abrir para as possibilidades de se aventurar. Com vocês, o tempo em Portugal foi

caloroso, mesmo no inverno europeu. Ao Toninho: embora amigo do Brasil, aventurou-se no além-mar comigo, onde pudemos fortalecer nossa amizade.

Agradeço às amigas Ana Júlia, Darliane, Lanna Rhamela, Lenilda, por serem sempre dispostas a ajudar e a ouvir as minhas lamentações quando eu precisei. Agradeço à minha terapeuta, Lisa França, e à minha professora de meditação, Camila Kahlau, por terem me ajudado a me entender em todo esse processo, sem perder (por completo) minha saúde mental.

Tenho certeza de que deixei de fora pessoas importantes nesse processo. Perdoem-me: é o cansaço. Eu sou imensamente grata por não ser sozinha nesse processo todo. Gratidão!

RESUMO

A presente proposta tem o intuito de analisar a relação profícua entre a extensão desenvolvida pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e a educação para a igualdade de gênero e o combate à violência contra a mulher, a partir da experiência das Promotoras Legais Populares (PLP) na qualidade de projetos de extensão. Compreendendo o papel transformador que a extensão pode e deve adquirir, amparando-se nos objetivos estabelecidos pela Política Nacional de Extensão Universitária, analisamos ações de extensão que assumem o papel da extensão popular, como proposta por Paulo Freire (1983), e propõem ações educativas de elucidação sobre direitos das mulheres, direitos reprodutivos e combate à violência contra a mulher, especificamente aquelas desenvolvidas pelas PLP, as quais, a partir da extensão, observam uma maneira de se expandirem pelo território brasileiro. Embasadas no Materialismo Histórico-Dialético (MHD) e na Educação Popular Feminista, realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, a fim de promover análise crítica das políticas de extensão universitária no Brasil. Por meio de levantamento bibliográfico e de entrevistas com servidoras e estudantes de dez IPES à frente da realização do curso de PLP como projeto de extensão, seguindo a metodologia de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016), elencamos nove categorias de análise, divididas nas dimensões: extensão nas IPES; extensão popular e feminista; e esperar extensãoista nas PLP. Como resultados, obtivemos que a extensão tem sido um aporte importante para a expansão dos cursos de PLP, com a disponibilização do espaço físico, de servidoras e de bolsistas das IPES para sua realização; no entanto, a extensão carece de maior suporte institucional e de políticas públicas de financiamento e valorização. Também foi possível concluir que as PLP, por se basearem em uma Educação Popular Feminista, ensinam as IPES como realizar o diálogo orgânico com as comunidades, consolidando o papel social que as instituições devem realizar, principalmente a partir da extensão, porém gerando resultados transformadores no ensino e na pesquisa. Nomeamos como resistência criativa as estratégias utilizadas pelas PLP para o enfrentamento às dificuldades estruturais para a realização da extensão, que caracterizam um momento de precarização da Educação Pública Superior no Brasil.

Palavras-chave: Extensão. Feminismo. Educação Popular Feminista. Promotoras Legais Populares.

ABSTRACT

The aim of this proposal is to analyze the fruitful relationship between extension developed by public institutions of higher education (IPES) and education for gender equality and combating violence against women, based on the experience of the Popular Legal Promoters (PLP) as extension projects. Understanding the transformative role that extension can and should play, and supported by the objectives established by the National University Extension Policy, we aim here to analyze extension actions that take on the role of popular extension, as proposed by Paulo Freire (1983), and propose educational actions to elucidate women's rights, reproductive rights and combating violence against women, more specifically those developed by PLP, who find in extension a way to expand throughout Brazil. Based on Historical-Dialectical Materialism (MHD) and Feminist Popular Education, a qualitative study was carried out, promoting a critical analysis of university extension policies in Brazil. Through a bibliographic survey and interviews with civil servants and students from ten IPES which are leading the PLP course as an extension project, following the content analysis methodology proposed by Laurence Bardin (2016), we listed nine categories of analysis divided into the following dimensions: extension in the IPES; popular and feminist extension; and extensionist hope in the PLP. As a result, we found that extension has been an important contribution to the expansion of PLP courses, with the IPES providing physical space, staff and scholarship holders to carry them out. However, extension lacks greater institutional support and public policies for funding and valorization. It was also possible to conclude that the PLP, based on feminist popular education, teach the IPES how to carry out organic dialogue with communities, consolidating the social role that institutions should play, through extension, but also generating transformative results in teaching and research. We call creative resistance the strategies used by PLPs to face the structural difficulties in carrying out extension, which characterize a moment of precariousness in Public Higher Education in Brazil.

Keywords: Extension. Feminism. Feminist Popular Education. Popular Legal Promoters.

LISTA DE SIGLAS

ACCS	Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade
AGENDE	Ações em Gênero e Cidadania
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cefuria	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
Cepafre	Centro de Educação Paulo Freire
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
DEX	Decanato de Extensão
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EP	Educação Popular
FORPROEX Brasileiras	Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior
IFG	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás
IFSP	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo
IPES	Instituições Públicas de Educação Superior
Lajaca	Laboratório de Justiça, Ambiente, Cidades e Animais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MHD	Materialismo Histórico-Dialético
MPDF	Ministério Público do Distrito Federal
NPJ	Núcleo de Práticas Jurídicas
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
Pibex	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PLP	Promotoras Legais Populares
Proext	Pró-reitoria de extensão
TCLE	Termo de Consentimento e Livre Esclarecido
UF	Unidade Federativa
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJ	Universidade Federal de Jataí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília

UNE	União Nacional dos Estudantes
Unilab	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

MEMORIAL	14
INTRODUÇÃO	20
Percurso metodológico	23
A aproximação das sujeitas da pesquisa	25
Identificando as sujeitas da pesquisa	26
1 EXTENSÃO COMO REFLEXÃO E AÇÃO	31
1.1 Extensão como construção da América Latina	33
1.2 Extensão no Brasil e Educação Popular: uma relação histórica e necessária	36
2 GÊNERO E FEMINISMO	47
2.1 O desenvolvimento do conceito de gênero	48
2.2 Gênero em uma perspectiva feminista	54
3 AS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES NA EXTENSÃO: COMPREENDENDO CONCEITOS E DESAFIOS	62
3.1 Caracterização dos cursos participantes da pesquisa	63
3.2 Conceituando a extensão, suas dores e delícias	67
4 CONSTRUINDO A EXTENSÃO POPULAR FEMINISTA: A EDUCAÇÃO FEMINISTA PARA UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA	91
4.1 Extensão Popular e Feminista	93
4.2 Metodologias em Educação Popular	102
4.3 Teorias femininas como práxis	
5 ESPERANÇAR NA EXTENSÃO: MULHERES EM COMUNHÃO E SUAS RESISTÊNCIAS CRIATIVAS	113
5.1 Os sonhos possíveis: os desejos para a extensão	114
5.2 Resistência Criativa: solidariedade e irmandade entre mulheres	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICES	139
Apêndice 1 – Roteiro de Entrevista: Servidoras	139
Apêndice 2 – Roteiro de Entrevista: Estudantes	140
Apêndice 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	141

MEMORIAL

Vagamente pensava de muito longe e sem palavras o seguinte: já que sou, o jeito é ser.

Clarice Lispector



Anne Oliveira. Desenho sem título. Aquarela e nanquim sobre papel. 2024.

Este memorial é uma tentativa de me aproximar da pessoa que lê esse trabalho, para que compreenda um pouquinho do que foi escrever esta tese. É o único momento que vou falar em primeira pessoa do singular, pois quero que você compreenda como cheguei até aqui. Nos demais momentos, falo na primeira pessoa do plural, entendendo que nenhum conhecimento se constrói sozinha, visto que esta tese foi construída majoritariamente com outras mulheres, por isso, no feminino. Para contextualizar historicamente para você, que me lê do futuro, minha pesquisa conclui-se em um daqueles momentos difícil acreditar que as coisas vão ficar melhores... a extrema direita volta ao poder nos EUA; o extermínio em Gaza segue irrefreado, assim como o das populações indígenas e negras no Brasil; as tragédias climáticas sucedem-se em intervalos de tempo cada vez mais curtos... tudo isso me afeta, com toda certeza. No entanto, esta é uma tese sobre esperar. Sobre não desistir da utopia e tê-la como motivação para a construção de dias melhores.

Essa foi a grande aprendizagem desse processo de investigação: para construir uma sociedade que seja livre das mazelas do machismo e sexismo, é preciso resistir. As Promotoras Legais Populares (PLP) ensinam-nos a criar comunidades de acolhimento, resistência e enfrentamento às condições de desigualdade e opressão vivenciadas pelas mulheres brasileiras. A partir da extensão, realizada pela instituição na qual sou servidora, o IFG, tornei-me uma PLP e me encantei com essas mulheres que nos ensinam a dialogar para construir uma nova realidade.

Assim como muitas mulheres aqui entrevistadas, tornei-me extensionista logo no começo da graduação em História, na Universidade Federal de Goiás (UFG), hoje Universidade Federal de Jataí (UFJ). Na extensão, passei a me sentir parte de uma comunidade de acolhimento e fiz amizades que perduram até hoje. Eu era tão jovem em 2007, 17 anos, ainda com a mentalidade do Ensino Médio (quando tinha amigos de uma vida toda), eu me vi sozinha na universidade que começava a se expandir (tempos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni), até encontrar o Projeto Cena Aberta, o primeiro de muitos projetos de extensão de que participei. Na graduação, muito timidamente, apropriei-me sobre a história das mulheres no Brasil ao me tornar bolsista da Prof. Cláudia Graziela, que ministrava a disciplina História do Brasil. Mas ainda não me afirmava feminista.

O sonho do mestrado e do doutorado (eu tinha a ilusão de que terminaria o doutorado aos 28 anos, tão inocente) foram se afastando e só voltaram a ser reais quando, em 2018, recém-empossada no concurso para professora de História do IFG – Câmpus

Águas Lindas, eu pude ter condições de trabalho que me permitiram conciliar com o estudo. Então, eu me aventurei a fazer o processo seletivo da Faculdade de Educação (FE) da UnB e fui aprovada, iniciando o mestrado em Educação. Naquele ano, eu voltei a ser extensionista, como era na graduação. Tanto no IFG, quanto na UnB, passei a integrar equipes de projetos de extensão e, em 2019, coordenei a implantação do curso de PLP, via extensão, no IFG, em parceria com a UnB, uma das experiências mais marcantes que vivenciei. Ali, pude me reconhecer e me afirmar feminista, como acontece com tantas mulheres que vivenciam a formação como PLP.

Contar a história do começo das PLP em Águas Lindas tornou-se o objetivo da minha dissertação de mestrado, defendida em 2020, que trouxe como o feminismo se beneficia quando dialoga com a Educação Popular. Ambos querem superar estruturas opressoras, porque não construir um feminismo que dialogue com todas as mulheres, como as PLP fazem? Esse encantamento me levou a querer emendar o mestrado com o doutorado. Nem tinha defendido a dissertação e já estava fazendo o processo seletivo do doutorado. E fui aprovada para continuar falando das PLP, dessa vez pensando em como a extensão pode colaborar para a existência desse movimento social.

Foram quatro anos de doutorado, e eu ficaria páginas e páginas falando de todas as transformações que vivi ao longo desse processo. Depois de cinco disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) -UnB; um divórcio; seis mudanças de casa (sendo duas em outro país); um ano de doutorado sanduíche em Lisboa (Portugal), onde cursei mais sete disciplinas; horas e horas de entrevistas; mais horas e horas de correção de transcrições e categorizações de dados; muito choro; muita culpa, misturada com procrastinação (elas se retroalimentam, é terrível!); muitas leituras e, sobretudo, muito encantamento... chego ao fim desse ciclo, aos 35 anos (e não aos 28, como eu antes sonhei). Sim, embora seja muito difícil, eu permiti me encantar por ele.

Escrever uma tese, para mim, é a realização de um sonho. O sonho daquela estudante que entrou aos 17 anos no curso de História e achava que a vida acadêmica seguiria sem as interrupções dessa montanha-russa chamada vida. Reencontrei-me com esse sonho de uma forma muito bonita, dialogando com mulheres que me inspiram e me tocaram profundamente. Vou ser a primeira doutora entre as netas e netos de meus avós maternos, Estelina e Antônio, e paternos, Luzia e Sebastião (*in memoriam*). A primeira doutora, com doutorado, da família.

Realizar sonhos é desafiador, e são esses desafios que nos movem. Eu sou a do meio de três filhas mulheres de um casal muito amoroso com suas crias. Lembro-me de

assumir muito novinha o “papel” de estudante, inteligente, talvez por ter descoberto muito cedo que precisava de óculos. Meu pai, um artista discreto, tinha um poema sobre as filhas falando de suas três formas de ser. E, das três, eu era a filha estudante. Isso sempre foi muito meu. Sempre gostei de aprender. Sempre gostei de questionar. Talvez seja por isso que hoje estou aqui.

Mas agora não sou mais uma menina. Já entendo que não tem tempo certo para realizar nossos sonhos, e sim tempos possíveis. Existe um abismo entre a formação ideal e a real; estar na pós-graduação demanda tempo, saúde mental, dinheiro. Aquela responsabilização individual e a frustração por não ter seguido a vida acadêmica que eu tanto ansiava são uma construção sobrecarregada por esse modelo de sociabilidade em que vivemos, o qual penaliza os indivíduos para demandas e questões que deveriam ser coletivas. Mesmo sonhar, essa maravilha, é um privilégio de quem tem as condições materiais da vida garantidas. Com essas condições proporcionadas por meu trabalho, tenho vivenciado uma formação muito enriquecedora.

Iniciei as aulas do doutorado no começo de 2021; consegui a licença para capacitação a partir de setembro do mesmo ano, mantendo meus vencimentos. Em conversa com meu orientador, que também me acolheu no mestrado, comecei a desenhar a possibilidade de fazer uma parte do curso fora do país. Ainda estávamos vivenciando um governo que não valoriza a educação, por isso as possibilidades de bolsa de estudos para Doutorado Sanduíche eram remotas. Ainda assim, tentamos uma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, por pouco, não fomos contemplados. Mesmo assim, eu quis vivenciar essa experiência.

Fui acolhida na Universidade Lusófona pela professora Dra. Rosa Serradas para o doutorado intercalar (sanduíche). Em julho de 2022, eu me mudei para Lisboa. Era a primeira vez que eu saía do país e já para ficar um ano fora. Que sonho! Quantos sonhos realizei! Quanto crescimento nessa experiência de ficar longe daqueles que conhecem a nossa história e ir conhecer e construir novas histórias.

Conhecer um programa de pós-graduação em Portugal, passados os estranhamentos iniciais, me permitiu ampliar significativamente o que eu pensava sobre fazer um doutorado, assim como admirar ainda mais as Universidades Públicas do Brasil. Permitiu pensar que a escolha do meu objeto de pesquisa está diretamente relacionada à minha vivência e que escolher fazer uma investigação politicamente engajada está relacionada ao fato de vir de onde eu vim. Como escrever sobre Gênero e Feminismo e

se manter neutra? Será isso possível, conhecendo a realidade que vivencio? A investigadora pode ser neutra?

Foram tantas reflexões possíveis nesse um ano fora. Entre as leituras solicitadas pelas disciplinas que passei a cursar com os colegas do doutorado em Educação na Universidade Lusófona, viver em Lisboa me permitiu compreender na pele a condição de mulher latino-americana vinda de uma ex-colônia. Perceber o quanto nosso senso estético, nossa escrita da história, nossa forma de se comportar está intimamente ligada a uma lógica colonial. Sentir um misto de felicidade e revolta ao ver os tesouros do Oriente antigo, dos povos ameríndios e africanos reunidos em grandes museus europeus. Embora feliz, por ter a oportunidade de conhecer tudo isso, também revoltada por estar tão longe de suas origens.

A doutoranda enriqueceu-se de reflexões e de vivências. Além das idas diárias para a Biblioteca Nacional de Portugal, que se tornou meu lugar favorito de Lisboa, pude conhecer outros países e neles encontrar meus sonhos de estudante e de professora de História. Imagina que especial conseguir ver de pertinho a Pedra da Roseta, o Código de Hamurabi, as cerâmicas gregas, o portão do Mercado de Mileto, as ruínas do Coliseu, as artes assírias, os sarcófagos egípcios e tantas outras coisas das quais eu sempre falava para as/os estudantes. E me encontrar com as obras de Van Gogh, Da Vinci, Van Eyck, Velázquez, Delacroix, Renoir, Caravaggio, Rafael, Bernini, Michelangelo, Goya e o tão amado por mim, Vermeer. Essa professora de história que vos escreve, nascida e criada lá no interior de Goiás, nunca mais será a mesma.

Carinhosamente, o professor Dr. Antônio Teodoro referia-se a mim como “nossa turista”. Confesso que, mesmo vivenciando a alegria de realizar sonhos antigos, a culpa me acompanhava por não estar sendo tão produtiva com a escrita. Porém, considero que o desenvolver desta tese está enriquecido por toda essa vivência. Essa doutoranda aprendeu muito sobre o que significa fazer um doutorado e agradece por ser nesse momento de mais maturidade, e não aquela estudante, aos 28 anos, como eu queria antes.

Esse título não é resultado de um mérito individual meu: é fruto de muita política pública de educação. Eu vivenciei a universidade pública em todas suas instâncias, no ensino, na pesquisa, na extensão. Vivenciei sua expansão no começo dos governos progressistas do Partido dos Trabalhadores (PT), quando estava na graduação em História, e no também no início dos cortes e de sua crescente precarização, quando comecei a graduação em Direito, na UFJ, no ano de 2015, interrompida quando me tornei servidora em Águas Lindas. Lá, os efeitos da austeridade dos governos de direita eram

sentidos de maneira muito direta, uma vez que ainda era um *campus* do IFG em implantação, infelizmente precarizado.

Eu sou fruto dessa transformação que as instituições públicas de ensino podem proporcionar, por isso defendo que elas continuem acontecendo. Dialogar com servidoras e estudantes de dez cidades distintas do país me mostraram que, embora não seja fácil construir a extensão popular e feminista, ainda resistimos. Nessa resistência, temos promovido transformações em vidas de tantas mulheres; mas, principalmente, temos transformado a forma de pensar a extensão. A grande lição de todo esse processo de investigação é: ao contrário do que eu pensava no começo, quase inocentemente, de que a extensão era uma grande benfeitora para as PLP; na verdade, as PLP são grandes benfeitoras para a extensão, pois nos ensinam a dialogar com a comunidade e construir junto com ela conhecimentos que revolucionam a vida de mulheres, bem como a forma com que pensamos o ensino, a pesquisa e a extensão em nossas instituições.

Tenho consciência de que toda essa riqueza trazida com a investigação merecia melhor tratamento e análises mais profundas. No entanto, eu convido vocês, caríssima leitora, caríssimo leitor, a se apegar à boniteza das verbalizações cuidadosamente selecionadas para estar nesse trabalho e se encantar, como eu me encantei nesse processo de doutoramento. Há muito ainda o que se fazer, estudar, produzir, publicar sobre essa investigação, que considero tão potente, mas que não tive fôlego para trazer tudo que encontrei. Que a síndrome da impostora, que atormenta quase todas as mulheres que conheci nessa vida acadêmica da pesquisa, não me impeça de dar continuidade a esses estudos e voz a essas mulheres.

Essa é uma tese sobre resistência. Poderia se chamar teimosia. Ou: sobre como fazer extensão mesmo sem recursos e, ainda assim, ser apaixonada pela extensão. Essa é uma tese sobre mulheres que resistem; que não encontram apoio institucional e em seus pares; que encaram o aumento de sobrecarga, assumem novas despesas e recriam as condições estruturais para fazer acontecer a extensão popular e feminista nas instituições em que atuam. É uma tese sobre mulheres extensionistas que, por meio de parceria, solidariedade, irmandade, permitem que outras mulheres sejam mais, ocupem o espaço das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e nos ensinem tanto sobre resistir, sobre recriar, sobre esperar. Vida longa às PLP! Vida longa à extensão popular e feminista! Resistiremos!

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos as cartas dos Encontros Nacionais do Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), percebemos que as IPES assumem um compromisso com a realização de práticas de extensão¹ que atendam as necessidades da comunidade, dialogando com a Educação Popular e com os movimentos sociais. Esses são elementos fundamentais para pensar em instituições públicas que, de fato, atendam aos interesses coletivos. Partindo desse pressuposto, propomos analisar uma demanda social importante e sua relação com a extensão: a educação para a igualdade de gênero e o combate à violência contra a mulher.

A presente proposta de pesquisa é fruto das análises construídas na elaboração da dissertação de mestrado desenvolvida no PPGE da UnB. O trabalho realizou uma pesquisa-ação na formação da primeira turma de Promotoras Legais Populares (PLP) em Águas Lindas de Goiás, cidade localizada no entorno de Brasília (DF), no ano de 2019. A realização do curso em Águas Lindas ocorreu por meio da parceria entre o IFG – Câmpus Águas Lindas e a Faculdade de Direito da UnB, ambos via ações de extensão.

O curso realizado tinha como objetivo principal formar mulheres para que possam reconhecer situações de violência e orientar as vítimas no sentido de seus direitos, bem como dar elementos para que as mulheres da comunidade que, conhecendo seus direitos, pudessem atuar no sentido do controle social das políticas públicas endereçadas às mulheres. Participar de sua execução fez com que a pesquisadora levantasse a reflexão acerca do tipo de projetos de extensão que as instituições públicas têm realizado, seu caráter formativo e de que modo eles podem contribuir para a transformação de uma realidade de violência contra as mulheres.

A vivência da realização do curso levou também à reflexão sobre as políticas de extensão que, recorrentemente, criam empecilhos burocráticos que dificultam o diálogo com as demandas da comunidade. Nem sempre a comunidade envolvida consegue acompanhar as exigências das instituições, muitas vezes utilizando-se de recursos *online*, pouco conhecidos pelas comunidades. Nesse sentido, a análise do cenário nacional torna a temática relevante e justifica a realização da pesquisa, uma vez que, ao mesmo tempo

¹ Optamos por não usar o termo “Extensão Universitária”, mais comumente utilizado, por ser uma prerrogativa não somente das universidades, mas também dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IF) e dos Institutos de Pesquisa.

que o termo “gênero” se tornou alvo de demonização², os dados sobre o aumento da violência contra as mulheres são alarmantes. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), houve crescimento significativo dos crimes contra mulheres entre 2022 e 2023, com destaque para os seguintes dados:

Foram 8.372 tentativas de homicídio de mulheres, o que significa um crescimento de 9,2%. Desse total, 33,4% foram tentativas de feminicídio, isto é, tentativas de matar uma mulher em função do gênero, o que faz com que as tentativas de feminicídio tenham crescido 7,1%.

Também, as agressões em contexto de violência doméstica aumentaram: foram 258.941 vítimas mulheres, o que indica um crescimento de 9,8% em relação à 2022. O número de mulheres ameaçadas subiu 16,5%: foram 778.921 as mulheres que vivenciaram essa situação e registraram a ocorrência junto à polícia. O aumento dos registros de violência psicológica também foi grande, de 33,8%, totalizando 38.507 mulheres. O crime de *stalking* (perseguição) também subiu, com 77.083 mulheres passando por isso, um aumento de 34,5%.

No mesmo sentido caminharam os crimes sexuais com vítimas mulheres: o estupro (incluindo o estupro de vulnerável, que acontece quando a vítima é menor de 14 anos ou quando, sendo maior de 14 anos, não está em condições de consentir) cresceu 5,3% no período, vitimando pelo menos 72.454 mulheres e crianças do sexo feminino. Lembramos que, quando o tema é estupro, estamos falando especialmente de vítimas meninas, em sua maioria de 13 anos, a idade que concentra os maiores registros. (p. 135)

Os elementos apontados deixam evidente a necessidade de um diálogo mais claro com a comunidade em geral sobre a educação para a igualdade de gênero, a desconstrução da mácula estabelecida sobre o termo gênero, bem como o combate às estruturas machistas vigentes em nossa sociedade. A realidade das mulheres no Brasil ainda é muito preocupante.

Considerando que a significativa maioria dos homicídios contra mulheres ocorre dentro de suas residências e feitos por aquelas pessoas que escolhem partilhar a vida privada, as pautas feministas mostram-se ainda muito urgentes, uma vez que as mulheres, no mapa da violência, estão sendo assassinadas pelos papéis de gênero que se estabelecem em nossa sociedade patriarcal. As mulheres morrem por serem mulheres. Por serem consideradas propriedades. Por não se reconhecer sua autonomia.

² O avanço dos grupos conservadores nas esferas dos poderes legislativo e executivo no Brasil, a partir de 2018, deve-se em grande parte, ao que Luís Felipe Miguel (2021) chama de “pânico moral”, criado a partir da difusão da crença de que as instituições do país, principalmente as educacionais, destruiriam os valores da família tradicional por meio da chamada “ideologia de gênero”, a qual cria uma distorção sobre o feminismo e sobre a teoria queer, tendo sido produzida pelos setores mais conservadores da Igreja Católica e adotada no Brasil também por outras denominações religiosas. Para o autor, “trata-se de uma ofensiva contra a desnaturalização dos papéis sociais de gênero” (Miguel, 2021, p. 3).

Como a educação tem tratado o assunto? E as instituições públicas de ensino? É possível pensar em uma educação que permita a formação de mulheres mais conscientes de sua condição de opressão para que delas consigam se desvencilhar, bem como de homens que não reproduzam as mazelas do machismo? Levando em consideração que a violência contra a mulher é um problema cujas raízes estão em aspectos históricos e culturais, faz-se necessário refletir sobre as práticas educacionais que envolvem a formação de mulheres e homens e perpetuam práticas de opressão. Pode a extensão contribuir para uma educação com essa proposta de emancipação?

Compreendendo que a extensão tem fundamentalmente um papel de diálogo com a comunidade, a presente proposta de pesquisa tem a seguinte **questão de partida**: de que maneira a extensão realizada nas IPES tem colaborado com a educação para a igualdade de gênero e o combate à violência contra a mulher?

Assim, propomos analisar experiências de extensão que colaboram nesse quesito, mais especificamente, a atuação das Promotoras Legais Populares (PLP), a partir de projetos de extensão em dez IPES: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Jataí (UFJ), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade de São Paulo (USP), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), sendo sete universidades federais e uma estadual, e dois institutos federais.

A escolha das PLP como **sujeitas da pesquisa** justifica-se pelos seguintes aspectos: ser um movimento social existente no Brasil desde a redemocratização, no final dos anos 1980, cuja história se confunde com a história do feminismo no Brasil contemporâneo; estar presente em diferentes regiões do país, construindo uma Educação Popular Feminista; ter se estabelecido e permanecido em algumas localidades por meio de ações de extensão, promovendo o diálogo entre os movimentos sociais e as instituições públicas de ensino; ter se organizado em uma Rede Nacional de PLP através de uma ação de extensão que combinou esforços de três instituições públicas de ensino (UnB, UFRJ e IFG).

Partindo desses elementos, temos como **objetivo geral** dessa pesquisa analisar de que maneira as políticas e as ações de extensão realizadas em algumas IPES contribuem para a educação em igualdade de gênero e o combate à violência contra as mulheres. Como **objetivos específicos**, elencamos i) identificar a extensão como um dos pilares das

IPES, compreendendo-a como mecanismo de popularização do conhecimento produzido e aproximação com a sociedade e seus movimentos sociais, cumprindo sua função social; ii) analisar a extensão sob a ótica freiriana, como mecanismo fundamental para as IPES construírem conhecimentos que levem em consideração os saberes populares; iii) avaliar a experiência das PLP como ações exitosas de extensão popular, permitindo o diálogo das IPES com os movimentos sociais, construindo uma realidade menos opressora para mulheres em seus espaços de atuação.

Percurso metodológico

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, compreendemos que o melhor **percurso metodológico** é aquele orientado pelas metodologias qualitativas, uma vez que, concordando com Bruce W. Tuckman (2007), é uma investigação na qual a pesquisadora se preocupa tanto com o processo, quanto com os resultados que podem surgir, bem como se concentra no significado dos fenômenos estudados e como eles acontecem.

Os procedimentos metodológicos ocupam um lugar importante em uma investigação, visto que orientam o processo de reflexão e criação da pesquisadora; no entanto, conforme elabora Elizabeth Tunes (2018), não podem se reduzir apenas a aspectos formais na tentativa de conferir aparência científica às pesquisas. Faz-se necessário construir a harmonia entre os fatos que se pretende analisar e os fatos que se constroem a partir dessa análise. As teorias e as técnicas existentes vão colaborar para a compreensão dos objetos de investigação, em um processo que não é mecânico nem rígido, e sim dinâmico e dialógico. Segundo Tunes (2018),

Muito além do domínio de informações, técnicas e procedimentos de investigação científica, o pesquisador precisa demonstrar a competência de harmonizar fatos. No seu trabalho, ele seleciona fatos a serem estudados, aplica ou desenvolve técnicas e procedimentos para estudá-los e gera novos fatos que, por sua vez, deverão ser harmonizados entre si e com demais fatos conhecidos. Na realização dessas atividades altamente complexas, utiliza as teorias existentes como ferramentas de pensamento. Se, em algum momento, os fatos não se harmonizarem, provavelmente, está-se diante de algo realmente novo que vai requerer, então, a criação de uma nova harmonia, isto é, de uma nova combinação de fatos e conceitos que guardam uma relação lógica entre si e denotam uma simplicidade esteticamente agradável. Assim, o trabalho do pesquisador é, continuamente, o de buscar ou criar novas harmonias entre fatos e conceitos. O ato de criação dificilmente conforma-se a regras e normas pré-estabelecidas. (p. 3)

Compreendendo e concordando com a dinâmica criativa necessária para a construção de uma investigação doutoral, utilizamos os manuais de investigação como orientadores e não como cerceadores do processo de construção da tese. Assim, temos como bases, as orientações apresentadas por Antônio Carlos Gil (2002), estabelecendo como etapas importantes para a montagem metodológica da pesquisa: i) determinação das bases teóricas da pesquisa; ii) definição das técnicas de coleta de dados; iii) delimitação da região a ser estudada; iv) organização do processo de pesquisa participante; v) preparação dos pesquisadores; e iv) elaboração do cronograma de atividades a serem realizadas.

Seguindo a orientação de estabelecer as bases teóricas da pesquisa, consideramos de importância fundamental demarcar que essa pesquisa tem como lentes orientadoras aquelas construídas no Materialismo Histórico-Dialético (MHD); além disso, procura estabelecer os diálogos necessários com conceitos e técnicas de investigação científica que colaborem com a compreensão do fenômeno a ser estudado. Seguindo o entendimento de Erlando Rêses (2015), a abordagem marxista inclina-se a examinar a realidade por meio de sua evolução histórica, compreendê-la com base em suas contradições e conexões, explorar sua origem e desenvolvimento, e identificar as categorias intermediárias que permitem sua compreensão em um contexto completo.

Ao optar por analisar experiências de extensão voltadas para a transformação da vida de mulheres, o MHD orienta o percurso metodológico adequado, uma vez que se propõe a produzir conhecimento e transformar a realidade investigada. Também se mostra interessante por compreender, conforme afirma José Paulo Netto (2011), que a relação estabelecida com o objeto de pesquisa não é externa ao processo: o sujeito pesquisador está implicado no objeto. A escolha pelo MHD como metodologia vai além de um simples método de investigação, visto que se trata “de uma postura frente a realidade social; um movimento de superação e de transformação dessa mesma realidade” (RÊSES, SOUSA, SILVA, 2016, p. 29).

Em sua obra “A Miséria da Filosofia” (1983), Karl Marx trata sobre a categoria da Totalidade, fundamental para que se desenvolva uma metodologia, uma vez que a análise de qualquer objeto não se desvincula do real. A totalidade é a forma de ser da realidade e a realidade é um complexo de complexos. É um todo articulado. Não há possibilidade de investigação da realidade que anule a totalidade.

Ademais, as condições históricas desempenham um papel fundamental na compreensão de qualquer objeto de estudo; para compreendê-las e realizar sucessivas aproximações da realidade, faz parte da elaboração desta pesquisa a realização de uma revisão bibliográfica sobre gênero a partir de uma perspectiva feminista, a fim de situar em qual perspectiva esse estudo se enquadra, bem como sobre a importância da extensão para pensar a história da educação no Brasil.

A aproximação das sujeitas da pesquisa

Na busca de nos aproximarmos da totalidade e enriquecermos a pesquisa com o máximo de determinações, como ensina o MHD, obtivemos 217 páginas de transcrição de 21 entrevistas realizadas com nove docentes, dez discentes (entre Ensino Médio, Graduação, Mestrado e Doutorado), uma líder comunitária e uma discente egressa, em sua maioria ao longo do mês de março de 2024. Para realizar as entrevistas, utilizamos a plataforma Google Meet; para sua gravação, o *software* OBS Studio; para sua transcrição, o *software* Transkriptor³, o qual separa as diferentes vozes presentes na entrevista e é bastante preciso (no entanto, requer revisão atenta para que as informações fiquem evidentes e sem gerar confusão). O processo de revisão das transcrições permitiu que se iniciassem as leituras flutuantes, orientadas por Laurence Bardin (2016), para realizar a categorização e a análise de conteúdo.

Após transcritas e revisadas, realizamos a impressão das entrevistas para novamente, fazermos as leituras flutuantes, em que iniciamos a organização dos conceitos e das categorias que se mostraram presentes nos diálogos realizados pelas mulheres envolvidas na construção dos cursos de PLP nas instituições elencadas para a pesquisa. É importante ressaltarmos que elencamos as categorias que se relacionam aos objetivos da tese. No entanto, são entrevistas muito ricas para refletir como a vivência extensionista é marcante na vida dessas mulheres. Também consideramos importante ressaltar que refletem uma relação muito amorosa com essa experiência de Educação Popular Feminista.

³ Disponível em: <https://transkriptor.com/pt-br/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Identificando as sujeitas da pesquisa

Buscamos dialogar com uma servidora e uma estudante que estivessem envolvidas com a realização dos cursos de PLP em cada uma das instituições. Ao longo das buscas de contatos, percebemos que cada instituição, apesar de terem em comum a formação de PLP a partir da extensão, organiza a realização de forma distinta. Isso fez com que, em algumas das instituições, não conseguíssemos manter o padrão servidora/estudante nas entrevistas. Nas coletivas da UnB, UFG, UFPR, UFBA, UFRJ, UFJ, UFF e IFG, foi possível dialogar com uma servidora e uma estudante. No IFSP, conversamos com uma servidora e uma liderança comunitária à frente da realização do curso na instituição. Aproximamo-nos da experiência da USP a partir do diálogo com uma egressa, ex-bolsista de extensão na implantação do curso, em parceria com a Casa da Mulher, e com uma estudante de doutorado que hoje faz parte da coordenação da realização do curso de PLP.

É possível observar a organização geográfica dos cursos que fizeram parte da pesquisa com o mapa a seguir:

Figura 01 – Mapa com as cidades dos cursos de PLP participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

É possível observar que os cursos entrevistados estão nas regiões Centro-Oeste (UnB – Ceilândia; UFG – Goiânia; IFG – Águas Lindas de Goiás e UFJ – Jataí); Sudeste (IFSP – Hortolândia; USP – Ribeirão Preto; UFRJ – Rio de Janeiro e UFF – Volta Redonda); Nordeste (UFBA – Salvador) e Sul (UFPR-Curitiba). Na região Norte, durante o processo de investigação sobre grupos de PLP que tivessem sua realização vinculada à extensão, não obtivemos sucesso⁴. Em diálogo com a Rede Nacional de PLP, em seu último levantamento, são 64 coletivas integrando a Rede, sendo a maioria da região Sudeste, no Estado de São Paulo.

Todas as entrevistadas concordaram com a gravação da entrevista e com a identificação de seus nomes e das instituições que representavam. Essa concordância foi registrada na gravação das entrevistas, bem como no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, fornecido a todas as entrevistadas antes da realização das entrevistas (em anexo). A recusa ao anonimato contribuiu para pensarmos sobre as metodologias feministas de pesquisa, uma vez que historicamente as mulheres são tornadas anônimas nas pesquisas científicas. A permissão com a identificação e a recusa ativa ao anonimato nos permite trazer as suas histórias e enquanto parte de um movimento social de mulheres tem um grande significado. A fim de identificá-las, elaboramos o Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Sujeitas da pesquisa

IPES	Servidora	Função	Estudante	Nível
UnB	Lívia Gimenes	Docente	Thalita Cardoso	Graduação
UFG	Isabelle Chehab	Docente	Gabriela Gomes	Graduação
IFG	Carla Oliveira	Assistente em Administração	Rosânia Oliveira	Educação de Jovens e Adultos (EJA)
			Isabella Carvalho	Graduação
UFJ	Sirlene Fideles	Docente	Franciele Rainha	Graduação
UFBA	Camila Magalhães	Docente	Lilly Lacerda	Graduação
UFRJ	Cristiane Brandão	Docente	Bianca Ferreira	Graduação
UFF	Cora Hagino	Docente	Juliana dos Santos	Mestrado
UFPR	Clara Borges	Docente	Geovanna Taira	Graduação
IFSP	Carolina Jango	Pedagoga	--	--
USP	--	--	Rosa Vanessa	Doutorado

Fonte: Elaboração própria.

No IFG, foram duas estudantes entrevistadas, por entendermos que a primeira entrevistada, Rosânia, realizou a formação como PLP em 2023 e integrou a facilitação em março de 2024, com recente entrada na facilitação do curso. Logo, não havia elementos da vivência na extensão como parte organizadora do processo, por isso

⁴ É importante ressaltar que esse mapa, embora não contemple todos os cursos de PLP no Brasil, reflete sobre a necessidade de expansão do movimento para outras regiões.

optamos por conversar também com Isabella, que se formou como PLP em 2022 e integrou a facilitação em 2023. É interessante ressaltar que Isabella, egressa do Curso Técnico Integrado de nível Médio em Análises Clínicas, no IFG – *Campus* Águas Lindas, e estudante do Curso de Saúde Coletiva, na UnB – *Campus* Ceilândia, dividiu-se na facilitação em ambas as instituições. Mantivemos a entrevista de Rosânia por considerar elementos interessantes sobre vivenciar a formação como PLP na condição de estudante do Curso Técnico Integrado de nível Médio em Enfermagem, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), do IFG.

Em relação às entrevistas sobre a coletiva de PLP organizada no IFSP, na busca por contatos com a instituição e com as mulheres que organizam o curso, obtivemos o contato da líder comunitária, Mara Ester. Embora não seja servidora nem estudante do IFSP, após participar do Programa Mulheres Mil na instituição na condição de estudante, viu a possibilidade de realizar uma parceria para que o curso de PLP voltasse a acontecer, como ocorreu em 2016, na cidade de Hortolândia, (SP). Com o suporte da Associação de PLP Cida da Terra, que reúne as coletivas da região de Campinas (SP) e o apoio institucional da direção do IFSP – *Campus* Hortolândia, exercida por Carolina Jango, em 2021, o curso voltou a acontecer na cidade como projeto de extensão. No entanto, não existem estudantes do *campus* que façam parte da organização do curso, o que lamentamos; por isso, para nos aproximarmos dessa experiência de extensão, entrevistamos a servidora Carolina Jango, que promove o vínculo entre as PLP e o IFSP, e Mara Ester, que exerce o papel de coordenação da facilitação do curso.

As PLP na USP – *Campus* Ribeirão Preto, iniciaram-se a partir de um projeto de extensão criado para atender a uma demanda da Casa da Mulher, uma organização não governamental (ONG) feminista da cidade com interesse de realizar o curso de PLP. A partir da obtenção de duas bolsas de extensão, sob orientação da professora Dra. Fabiana Severi, duas estudantes de graduação em Direito, Poliana e Laysi, foram destacadas para colaborar com a estruturação do curso no ano de 2018. Durante dois anos, as bolsistas deram suporte ao curso que, depois, caminhou de maneira mais independente na ONG. No entanto, continuam existindo projetos de extensão da USP em parceria com a Casa da Mulher que contribuem com a formação das PLP. Atualmente, esses projetos são principalmente do curso de Enfermagem, sendo o “N Periferias”, coordenado pela professora Dra. Juliana Monteiro, um projeto guarda-chuva que colabora com a formação de PLP na Casa da Mulher. Para compreender essas contribuições, conversamos com Laysi Zacarias, ex-bolsista de extensão na implantação do curso na época de sua

graduação em Direito, e com Rosa Vanessa, indicada pela professora Juliana, ex-bolsista de extensão na graduação em Enfermagem, que permaneceu colaborando com a formação das PLP na Casa da Mulher e atualmente, cursando o Doutorado na USP, compõe a direção da ONG.

Foram dois roteiros de entrevista: um voltado para estudantes, outro para servidoras, adaptados para algumas entrevistas quando não se enquadravam em nenhuma das ocupações. A entrevista para as servidoras foi mais extensa, cujo objetivo tentava abarcar questões que nos permitissem compreender o histórico do curso e sua organização, bem como os desafios e benefícios para realizar a extensão nas instituições em que atuam. Por outro lado, a entrevista com as estudantes foi voltada a entender sua relação com a extensão, as teorias feministas e a Educação Popular, bem como tentar compreender de que maneira vivenciar a extensão influenciou em sua condição de estudante de uma IPES.

Após a revisão das transcrições das 21 entrevistas, foi possível iniciarmos a pré-análise para, em seguida, imprimirmos as entrevistas para realização das leituras flutuantes, que permitiram a reformulação de objetivos e hipóteses, e a elaboração de indicadores. Iniciamos a fase exploratória do material ainda com as entrevistas impressas, desenvolvendo a codificação e a construção de categorias analíticas. Optamos pela utilização do *software* ATLAS.ti⁵, para haver mais praticidade no registro e na organização das unidades analíticas elencadas.

Realizadas as leituras flutuantes e a codificação, elencamos inicialmente 14 categorias de análise a partir das entrevistas: Formas de acolhimento; Benefícios ao se realizar extensão; Concepção de extensão; Curricularização da extensão; Dificuldades ao se realizar extensão; Educação Popular; Formas de Fomento e Apoio Institucional; Metodologia dos cursos de PLP; Parcerias para a realização dos cursos; Periodicidade dos cursos; Condições almejadas para a realização da extensão; Teorias feministas; Transformações pessoais com a extensão. Compreendemos que os dados provenientes das categorias Periodicidade dos cursos, Parcerias para a realização dos cursos e Formas de Fomento e Apoio Institucional poderiam ser analisados junto com dados objetivos sobre a realização dos cursos⁶. Também percebemos que as categorias de Metodologia e Educação Popular dialogam bastante, uma vez que os cursos têm a Educação Popular

⁵ Disponível em: <https://atlasti.com/students-and-education>. Acesso em: 3 dez. 2024.

⁶ Em razão de serem dados semelhantes e mais objetivos, haveria a possibilidade de serem organizados em tabela.

como epistemologia que orienta a organização dos cursos. Assim, analisamos os dados dessas categorias de maneira conjunta, compreendendo-as como Metodologias de Educação Popular.

Desse modo, organizaremos a discussão sobre as categorias elencadas a partir da proximidade entre elas para compreendermos seus significados nos objetivos construídos nesta pesquisa, a fim de analisarmos como as políticas e ações de extensão das IPES contribuem para a educação em igualdade de gênero. É importante ressaltarmos que, à medida que a pesquisa de campo se desenvolveu, novos elementos importantes e fundamentais surgiram. Assim, repensamos os objetivos iniciais e organizamos as categorias (Quadro 2).

Quadro 2 – Dimensões e categorias de análise

Dimensão	Categorias de Análise
Extensão nas IPES	Conceito de extensão
	Benefícios da extensão
	Dificuldades para realização da extensão
	Curricularização da extensão
Extensão Popular e Feminista	Metodologias na Educação Popular
	Teorias Feministas como Praxis
Esperanças extensionista nas PLP	Desejos para a extensão
	Resistência Criativa
	Transformações Pessoais com a extensão

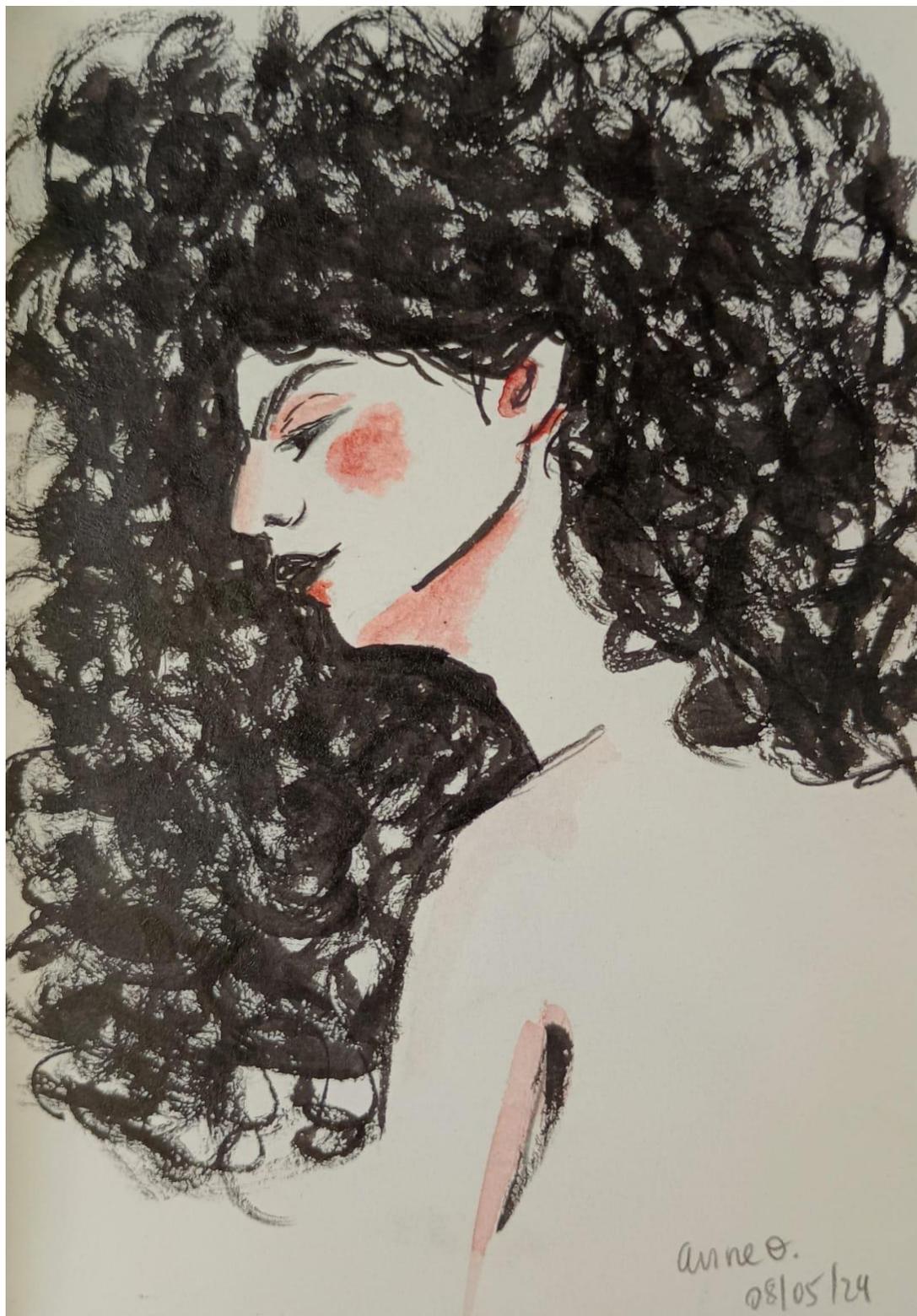
Fonte: Elaboração própria.

Desenvolvemos a análise das categorias a partir das três dimensões que as aproximam (Quadro 2), pois permitem que desenvolvamos os objetivos de maneira compreensível e didática. A discussão de cada uma se realizou a partir das bases teóricas orientadoras desta pesquisa. Nesse sentido, organizaremos a tese abordando, nos dois capítulos seguintes, a discussão sobre a extensão na América Latina e no Brasil e a importância de sua relação com a Educação Popular e sobre Gênero em uma perspectiva feminista e comprometida com as questões de classe. Nos três últimos capítulos, faremos a análise das categorias elencadas a partir do tratamento dos resultados e suas interpretações sob a luz do quadro teórico que nos orienta.

1 EXTENSÃO COMO REFLEXÃO E AÇÃO

Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível.

Paulo Freire



Anne Oliveira. Dora. Aquarela com nanquim sobre papel, 2024.

A relação entre as IPES e a sociedade perpassa necessariamente pelo que convencionamos chamar extensão. Considerando a extensão realizada pelos IF, que não são universidades, mas promovem, em seus diferentes eixos, vários níveis: Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, optamos por utilizar a terminologia “extensão” para caracterizar essa atividade que consideramos de importância fundamental no funcionamento das IPES. Contudo, em alguns documentos analisados, considerando que historicamente a extensão surge nas universidades, encontramos o termo “Extensão Universitária”.

No Brasil, o art. 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) estabelece que as universidades e as demais instituições de ensino superior e de pesquisa devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Apesar do pressuposto legal, a extensão nem sempre foi prioridade nas IPES, como afirma Sandra de Deus (2020), indicando que, por muito tempo, foi uma atividade militante exercida por professores, técnicos e estudantes nos finais de semana, frequentemente com recursos limitados.

Atualmente, em consonância com as políticas educacionais estabelecidas por governos progressistas, essas condições têm se tornado diferentes, muito pelo esforço e engajamento do FORPROEX (2012), que desde sua criação em 1987, tem buscado fortalecer e estabelecer identidade para a extensão no país. É importante ressaltar que esse era um contexto de redemocratização do país, e institucionalizar a extensão era um desafio importante, que se materializa na criação do fórum e do princípio da indissociabilidade garantido na Constituição Cidadã (Brasil, 1988).

Em 2012, o FORPROEX elaborou um documento intitulado “Política Nacional de Extensão Universitária”, objetivando reafirmar os pactos construídos pelo fórum, desde sua criação, bem como fortalecer a extensão. Nele, encontramos a conceituação de extensão, elaborada em 1987:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a **relação transformadora entre Universidade e Sociedade**. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, **que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico**. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a **troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular**, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a **participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade**. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 2012, p. 15, grifos nossos)

Nessa conceituação elaborada na criação do FORPROEX, encontramos na extensão um compromisso de diálogo das IPES com a sociedade, no intuito da construção de uma *praxis* que demonstra um diálogo com os movimentos de Educação Popular desenvolvidos no Brasil, no contexto da Ditadura Militar (1964-1985). Ao estabelecer que a extensão é a possibilidade da realização de uma *praxis*, compreendemos, a partir da leitura de Paulo Freire, em “Pedagogia do Oprimido” (2016), que a realização do diálogo apresentado pela extensão se propõe a ser transformador da realidade, tanto das IPES quanto da sociedade com quem dialoga. “A *praxis*, porém, é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da condição opressor-oprimidos.” (FREIRE, 2016, p. 52). Logo, os saberes acadêmicos e populares não são hierarquizados, e a extensão permite a reflexão junto com a ação transformadora diante da realidade que vivenciamos.

Por acreditarmos no viés transformador da extensão, propusemo-nos a estudá-la a fim de construirmos conhecimentos que possam colaborar com sua realização, sobretudo no que se refere ao compromisso de construir melhores condições de vida para as mulheres. Também optamos pelo diálogo com a Educação Popular, por entendermos que a extensão feita sob esse viés se compromete com a transformação das realidades de opressão em uma *praxis* emancipadora.

Abordaremos, a seguir, os aspectos históricos e legais da extensão na América Latina e em seguida, faremos uma reflexão sobre o diálogo necessário entre a extensão e a Educação Popular no Brasil.

1.1 Extensão como construção da América Latina

Conforme afirmamos, no Brasil, a extensão está prevista constitucionalmente a partir do princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo responsabilidade das IPES e dos institutos de pesquisa. Essa consolidação legal está diretamente relacionada ao contexto histórico da elaboração constituinte, em que se buscava restabelecer as estruturas democráticas no país. Não somente o Brasil vivenciava um contexto de redemocratização nos anos 1980: vários países latino-americanos também sofreram intervenção militar ao longo dos anos 1960 e 1970, para que se mantivessem os interesses hegemônicos do capital no contexto da Guerra Fria (1947-1991).

Esses são elementos importantes para contextualizarmos a extensão como fenômeno que se compreende melhor, bem como se torna uma pauta importante para pensarmos as políticas educacionais das IPES, na América Latina. Durante o doutorado-sanduíche em Portugal, tivemos contato com o debate sobre Sociologia Pública, um dos paradigmas importantes para se dialogar sobre extensão na Europa, e foi possível perceber diferenças significativas de perspectivas entre os dois continentes. Embora não seja nosso interesse realizar um estudo comparado sobre a extensão no Brasil e em Portugal, pois são contextos e países muito distintos, abordaremos brevemente sobre o conceito de Sociologia Pública, importante para analisar ações extensionistas nas universidades europeias, a fim de seguirmos com o debate sobre a extensão no Brasil, compreendendo-a como um fenômeno latino-americano.

Atribui-se o conceito de Sociologia Pública ao sociólogo Michael Burawoy, que em 2004, em um encontro da American Sociological Association, fez um “chamado apaixonado para revitalizar a sociologia por meio de uma virada em direção a uma ‘sociologia pública’, distinta pelo uso do conhecimento reflexivo e por seu apelo para além da universidade”⁷ (Zussman, Mistra, 2007, p. 3, tradução nossa). Esse chamado gerou intensos debates entre os sociólogos, que refletiram sobre vários aspectos do debate e da vivência nas Ciências Sociais. Robert Zussman e Joya Misra, ao apresentarem os debates que o chamado à sociologia pública gera, trazem seus aspectos distintivos. Baseados em Burawoy, afirmam que:

⁷ “[...] call for a revitalization of sociology in a turn to a ‘public sociology’, distinguished by its use of reflexive knowledge and its appeal beyond the university”.

A sociologia pública, então, é distintiva. Ao contrário da sociologia profissional e da sociologia política, a sociologia pública é "reflexiva" em vez de "instrumental", abordando questões de valor e propósito em vez de questões de técnica. Ao contrário da sociologia profissional e da sociologia crítica, a sociologia pública aborda - e até ajuda a criar - públicos além da universidade. Enquanto a economia se dedica aos mercados (e, como argumenta Burawoy, tende a desenvolver um interesse na expansão desses mercados) e a ciência política se dedica ao Estado (e, como argumenta Burawoy, tende a desenvolver um interesse na sua estabilidade), **a sociologia pública está ligada à sociedade civil - essa vasta gama de associações e movimentos que estão à margem tanto do Estado quanto da economia.** E, nesse sentido, Burawoy argumenta que a sociologia - e, em particular, a sociologia pública - "representa os interesses da humanidade... mantendo à distância tanto o despotismo estatal quanto a tirania de mercado"⁸. (Zussman, Mistra, 2007, p. 6, tradução e grifo nossos)

A Sociologia Pública propõe-se a estabelecer diálogos fora das universidades sobre questões e valores fundamentais, e representar interesses coletivos. Ela assume uma responsabilidade com as questões sociais vivenciadas fora do contexto das universidades, o que a aproxima da proposta da extensão no Brasil. Em uma análise sobre o desenvolvimento das carreiras de sociologia, Michael Burawoy (2007) elabora uma crítica sobre como o "progresso" leva à burocratização do trabalho e ao afastamento da busca pela justiça social, tomando lugar a busca pelas credenciais acadêmicas. Para o autor, a sociologia, além de uma ciência, tem uma força moral e política que deve ser retomada: a Sociologia Pública tem esse papel, bem como o de ir contra a privatização de toda a produção acadêmica.

Ao explicar o que essa sociologia significa, Burawoy (2005) afirma "A sociologia pública coloca a sociologia em uma conversa com o público, compreendido como pessoas que estão elas mesmas envolvidas em uma conversa. Portanto, implica em uma dupla conversa"⁹ (p. 28, tradução nossa). Para o autor, a sociologia pública tradicional é aquela em que os sociólogos comunicam com o público sobre acontecimentos marcantes por meio de jornais em artigos de opinião. Por outro lado, há também a sociologia pública orgânica:

⁸ "Public sociology, then is distinctive. Unlike professional sociology and policy sociology, public sociology is 'reflexive' Rather than 'instrumental', addressing issues of value and purpose rather than matters of technique. Unlike professional sociology and critical sociology, public sociology addresses – and even helps create – publics beyond the university. Where economics addresses markets (and, Burawoy argues, tends to develop in interest in their expansion) and political science addresses the state (and, Burawoy argues, tends to develop an interest in its stability), public sociology is bound to civil society – that vast array of associations and movements that stand apart from both the state and the economy. And in this sense, Burawoy argues, sociology – and particular public sociology – 'represents the interests of humanity... keeping at bay both state despotism and market tyranny'".

⁹ "Public sociology brings sociology into a conversation with publics, understood as people who are themselves involved in conversation".

No entanto, existe outro tipo de sociologia pública - a sociologia pública orgânica - na qual o sociólogo trabalha em estreita conexão com um público visível, ativo, local e muitas vezes marginalizado. A maior parte da sociologia pública é, de fato, do tipo orgânico - sociólogos trabalhando com movimentos trabalhistas, associações de bairro, comunidades de fé, grupos de defesa dos direitos dos imigrantes, organizações de direitos humanos. **Entre o sociólogo público orgânico e um público está um diálogo, um processo de educação mútua.** O reconhecimento da sociologia pública deve se estender ao tipo orgânico, que muitas vezes permanece invisível e privado e é frequentemente considerado separado de nossas vidas profissionais. **O projeto de tais sociologias públicas é tornar visível o invisível, tornar o privado público, validar essas conexões orgânicas como parte de nossa vida sociológica**¹⁰. (BURAWOY, 2005, p. 7-8, tradução e grifos nossos)

Ambas são complementares, porém a sociologia pública orgânica é a que mais se aproxima de nossa compreensão sobre extensão. O compromisso com o diálogo com os diferentes públicos, compreendendo ser um processo de educação mútua, faz parte da vivência profissional e se preocupa em tornar visíveis as demandas que, em geral, são marginalizadas, o que demonstra o diálogo possível entre a extensão e a sociologia pública. Percebemos uma interlocução da proposta dessa sociologia com o documento elaborado pela European University Association (EUA) chamado “Universities without walls – A vision for 2030”, propondo que as universidades europeias se envolvam “em diálogo com o restante da sociedade. Elas colaborarão com as comunidades a seu redor, participarão de debates públicos e enfrentarão os principais desafios da sociedade”. (EUA, 2021, p. 7, tradução nossa)¹¹.

Conforme afirmamos, não é nosso interesse fazer uma análise comparada da realização da extensão no Brasil e na Europa; no entanto, achamos importante demonstrar a existência desses diálogos possíveis e enfatizar que o nosso contexto latino-americano nos permitiu caminhar para consolidar a extensão de uma outra forma, comprometendo-nos com os desafios da sociedade, colaborando com as comunidades ao nosso redor e participando do debate público. O que se propõe como “universidades sem muros” na Europa já tem ocorrido no Brasil por meio da extensão.

¹⁰ “There is, however, another type of public sociology – organic public sociology – in which the sociologist works in close connection with a visible, thick, active, local, and often counterpublic. The bulk of public sociology is indeed of an organic kind – sociologists working with a labor movement, neighborhood associations, communities of faith, immigrant rights groups, human rights organizations. Between the organic public sociologist and a public is a dialogue, a process of mutual education. The recognition of public sociology must extend to the organic kind, which often remains invisible and private and is often considered to be apart from our professional lives. The project of such public sociologies is to make visible the invisible, to make the private public, to validate these organic connections as part of our sociological life”.

¹¹ “Universities will engage in dialogue with the rest of society. They will work with the communities around them, participate in public debates and address major societal challenges”.

Os caminhos que as universidades desenvolvem nos dois continentes encontram contextos muito distintos. Há diferenças muito significativas, principalmente se considerarmos que as universidades brasileiras só se estabeleceram no século XX, ao passo que as universidades dos demais países da América Latina se estabeleceram ainda no contexto colonial do século XVI.

Um marco importante para pensarmos a extensão nas universidades latino-americanas e brasileiras foi a Reforma de Córdoba, ocorrida na Universidade de Córdoba, na Argentina, em 1918. Essa universidade, fundada em 1621, é uma das mais antigas do Cone Sul da América e um reduto conservador na Argentina. De acordo com Gustavo Menon (2021), ela vivenciou um levante estudantil, que colocou em xeque o modelo universitário vigente, iniciado em 21 de junho de 1918, com repercussões em diversos países: Chile, Cuba, Peru, Colômbia e, mais tardiamente, no Brasil.

O levante estudantil argentino visava a construção de um novo modelo de universidade que se afastasse dos padrões eclesiásticos medievais ainda predominantes na Universidade de Córdoba. Menon (2021) afirma que os estudantes manifestaram a necessidade de construir uma nova mentalidade que não fosse presa aos padrões monásticos, pois já não condiziam com a realidade do século XX. Destaca o autor sobre o documento elaborado pelos estudantes, conhecido como Manifesto de Córdoba.

O documento reivindicatório também evocava a construção de universidades ligadas aos novos valores científicos modernos, onde em Córdoba até então “a ciência frente a essas casas mudas e fechadas, passa silenciosa ou entra mutilada e grotesca no serviço burocrático”. Em relação aos docentes, os estudantes criticaram “o direito divino do professorado universitário”, sendo que nas cátedras são perpetuadas uma “distância olímpica” em relação às demandas dos discentes. Não menos importante, o documento também questionava a autoridade dos professores, onde em um ambiente universitário o processo de ensino e aprendizagem não se “exercita mandando, mas sugerindo e amando: ensinando”. (Menon, 2021, p. 8)

Além da modernização da concepção de ciência, questionou-se a autoridade e o distanciamento dos docentes, a ausência dos estudantes nos órgãos colegiados da universidade e a falta de liberdade de expressão, exigindo a implementação de estruturas democráticas. Essas manifestações no contexto de uma democracia liberal na Argentina possibilitaram a realização da reforma universitária em Córdoba e em todo o país. Ainda dialogando com Gustavo Menon (2021), a partir da Reforma de Córdoba, a democratização do acesso ao Ensino Superior e a participação estudantil começam a ser discutidas também no Uruguai, Chile, Peru, México e outros países latino-americanos ao longo da década de 1920. Nesse sentido, o conhecimento científico passa a ser concebido

como um direito e não uma mercadoria. No Brasil, dez anos depois do levante de Córdoba, estudantes da UFRJ fariam também seu manifesto, denunciando “um modelo universitário autoritário que castra ‘as inteligências dos alunos em nome da ortodoxia’” (Menon, 2021, p. 14).

No manifesto elaborado pelos estudantes brasileiros, em 1928, reivindica-se a realização da extensão universitária como forma de comunicação mais ampla e direta com a classe trabalhadora, que não consegue frequentar as universidades, além de defender que as universidades precisam cumprir sua função social. De acordo com Menon (2021), somente após a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1938, se inicia a incorporação dos elementos invocados pela Reforma Universitária de Córdoba.

Em sua tese de doutorado, Maria das Dores Nogueira (2019) analisa, entre outros aspectos, como a Reforma de Córdoba foi importante para se pensar a extensão na América Latina, uma vez que expôs a necessidade do diálogo da universidade com as pessoas historicamente excluídas dos espaços acadêmicos.

Alguns intelectuais que tiveram influência no Movimento da Reforma registraram esse entendimento da extensão universitária. É o caso de Ingenieros (1920), que defende a função social da universidade como instrumento capaz de aumentar o bem-estar dos homens, ao produzir, transmitir e estender conhecimentos necessários ao bem-estar social. (Nogueira, 2019, p. 121)

Compreender a função social da universidade como responsável pela melhoria das condições de vida da sociedade em que está inserida faz com que a extensão passe a ser reconhecida como uma função central da universidade, a partir da Reforma de Córdoba, um marco importante para enfatizar a importância do diálogo entre universidade e sociedade. No entanto, a extensão era concebida de uma forma elitista, conforme aponta Nogueira (2019):

A extensão era realizada por intermédio de cursos e conferências, ministrados por estudantes, professores e egressos, marcada pelo entusiasmo e por certa dose de messianismo. É a transmissão do conhecimento realizada pela elite intelectual para as classes pobres. Apesar de marcada pelo altruísmo e entusiasmo juvenil, pelo amor e energia dos estudantes na contribuição para o esclarecimento da classe operária, a concepção de extensão no Movimento da Reforma universitária não conseguiu se desvencilhar de uma visão, até certo ponto, elitista: quem “sabe” ensina a quem “não sabe”, e quem “tem cultura” leva a quem “não tem cultura”. Conhecimento e cultura aqui entendidos, em sua dimensão acadêmica, pois não havia ainda, no âmbito da extensão universitária, a consciência quanto ao valor do saber popular, dos saberes tradicionais que são de domínio do povo, das camadas populares. De fato, essa mudança radical no entendimento da extensão, na formulação do novo conceito de extensão, somente surgirá, na América Latina, algumas décadas depois, por meio de Paulo Freire e outros, como Augusto Salazar Bondy e Leopoldo Zea. (p. 125)

A concepção de extensão difundida pela Reforma de Córdoba era compreendida como a elite cultural estendendo sua cultura às classes pobres (Nogueira, 2019). No entanto, ela foi importante para colocar a extensão em debate nas universidades da América Latina, passando a fazer parte da compreensão sobre o Ensino Superior no continente.

No contexto de lutas sociais contra as desigualdades e os regimes ditatoriais que marcam a segunda metade do século XX em vários países latino-americanos, a extensão, com grande influência dos movimentos de Educação Popular, passou a ser ressignificada, tornando-se compreendida como parte dos processos de transformação e desenvolvimento social. Graciela Biagini e Martín Morcelle (2019), ao analisarem o contexto argentino de extensão, afirmam que ainda existem práticas que a compreendem como uma transferência. Todavia, o contexto latino-americano deu um novo significado à extensão.

O modelo difusionista-transferencial pode ser vinculado ao difusionismo cultural, à transferência de tecnologia, à prestação de serviços técnicos e profissionais ou às práticas assistenciais e é, sem dúvida, o que prevalece hoje em termos da forma de realizar a Extensão Universitária. A extensão vinculada à parte acadêmico-política/militante das concepções de educação popular e de pesquisa-ação participativa surgiu em meados do século XX, influenciada pelas lutas sociais na América Latina naqueles anos e reativada como um canal necessário para a democratização e coletivização do conhecimento, para um corpo discente e docente ativo e crítico.¹² (Biagini; Morcelle, 2019, p. 52, tradução nossa)

¹² “El modelo difusionista-transferencista se puede vincular con difusionismo cultural, transferencia tecnológica, prestación de servicios técnicos y profesionales o prácticas asistencialistas y es, sin dudas, el que prevalece en la actualidad en cuanto a la forma de llevar adelante la Extensión Universitaria. La extensión vinculada con lo académico-político/militante parte de concepciones de educación popular e investigación-acción participativa y surgió a mediados del siglo XX influenciada por las luchas sociales

Após a Reforma de 1918, realizaram-se várias conferências e congressos que integravam as universidades latino-americanas, desenvolvendo organizações de diálogo entre elas que consolidam a importância da extensão para a realidade do continente. A II Conferencia Latinoamericana de Difusión Cultural y Extensión Universitária, ocorrida em 1972, no México, contou com pensadores de todo o continente para refletir sobre a extensão. A partir dela, surge a defesa do princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, em virtude de se defender quem nas universidades latino-americanas, a função da extensão deve ser equiparada em importância às atividades de Ensino e Pesquisa. De acordo com Nogueira (2019), os participantes da conferência se propõem a colocar a extensão como o terceiro elemento do tripé fundamental da universidade “investigación-docencia-extensión” (p. 133). Concordamos com a autora ao afirmar que entender a extensão como tão fundamental quanto a docência e a pesquisa continua sendo uma bandeira de luta ainda nos dias de hoje nas IPES. Para Nogueira (2019), essa conferência foi o marco mais significativo no continente para construção das bases conceituais e das diretrizes políticas da extensão universitária. Ela destaca como elementos significativos da conferência:

Formaram-se consensos em torno de alguns elementos constitutivos da extensão que se tornam presentes nas discussões posteriores. São eles: a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como dimensões acadêmicas igualmente importantes no fazer acadêmico; a necessidade da institucionalização da extensão; o papel da extensão na oxigenação da universidade por meio do contato com a sociedade por ela promovido; o entendimento da dimensão formativa de extensão; a necessidade do planejamento e avaliação das ações de extensão; o caráter interdisciplinar da extensão; o rigor e a sistematicidade em seu planejamento e execução; o cuidado em assegurar a inter-relação dinâmica entre teoria e prática; a superação da visão da extensão como difusão apenas da cultura, mas, também, o seu papel na difusão da ciência e da tecnologia. (Nogueira, 2019, p. 135).

A indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, o reconhecimento da extensão como uma forma de as instituições aprenderem com os saberes construídos fora dos espaços acadêmicos, a necessidade de estabelecer critérios de formalização, sistematização e avaliação da realização da extensão, bem como a preocupação em eliminar o caráter paternalista e assistencialista da mesma são proposições e avanços importantes da II Conferência. Os encontros, as conferências e os fóruns latino-americanos para debater a extensão continuam acontecendo e debatendo sobre as

en América Latina de esos años y reactivada como un canal necesario para la democratización y colectivización del conocimiento, para un hacer activo y crítico de estudiantes y docentes”.

potencialidades da extensão para o desenvolvimento regional e a construção coletiva da justiça social. Desde Córdoba, em 1918, tem se construído uma “dimensão acadêmica que superou e ultrapassou formas de colonialismo europeu ou imperialismo estadunidense, criando concepções e práticas originais, genuinamente latino-americanas” (Nogueira, 2019, p. 145).

A construção da extensão como parte de um movimento coletivo de compreensão, desenvolvimento e diálogo mútuo entre países latino-americanos torna-a um motivo de orgulho, compreendendo-a como parte identitária das IPES. A Universidade sem Muros, como proposta para 2030 pela European University Association, também é defendida em nosso continente e, progressivamente, se fortalece à medida que também fortalece a extensão.

Ateremo-nos, a seguir, a abordar aspectos específicos da extensão no Brasil e a necessidade de continuar a defender a Extensão Popular.

1.2 Extensão no Brasil e Educação Popular: uma relação histórica e necessária

Diferentemente de nossos vizinhos latino-americanos, as universidades no Brasil são uma realidade do século XX. O primeiro estatuto das universidades brasileiras data de 1931, contexto em que se instituía o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), que estabelece um caráter utilitário para as universidades brasileiras, por estar interessado em qualificar as elites profissionais, bem como um caráter assistencialista para a extensão (MELLO, 2019). As universidades brasileiras formam-se em um contexto autoritário e com políticas educacionais controladoras, em que a extensão vai ter um papel impositivo dos valores nacionalistas e autoritários do governo varguista para as pessoas que estivessem fora dos espaços universitários.

A fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1938, provoca a reflexão sobre a necessidade de se pensar uma outra forma de universidade e de extensão. Em um contexto de instabilidade política e de propostas de grandes reformas estruturais durante o curto governo de João Goulart (1961-1964), ocorreu o Seminário Nacional da Reforma Universitária, em 1961 em Salvador. A partir dele, percebe-se a busca por uma ruptura com o modelo de universidade estabelecido nos anos 1930, uma preocupação com

as questões sociais da realidade brasileira e o compromisso com a classe trabalhadora. Nesse sentido, Oscar Mello (2019) afirma sobre a extensão:

Essa proposta se apresenta preocupada e, ao mesmo tempo, como alternativa para aquele conceito de extensão anteriormente adotado, ao mesmo tempo em que rompe com o assistencialismo imperante a partir das propostas de transformação social e do câmbio nas estruturas universitárias. Afirmamos que há aqui um chamamento à mudança de atitudes e ao diálogo com a sociedade quando indica que essas ações não podem ser paternalistas, pois, assim, estariam solidificando as mesmas estruturas estabelecidas. (p. 104)

Percebemos então a preocupação em estabelecer diálogo com a sociedade e não uma imposição de saberes e técnicas, tampouco uma prática assistencialista. A universidade deve estar a serviço dos menos favorecidos, a fim de permitir que estes tomem consciência de seus direitos. Essa preocupação se mantém como bandeira do movimento estudantil, mesmo no contexto ditatorial estabelecido no Brasil a partir de 1964.

Essas elaborações e proposições feitas pelo movimento estudantil, manifestada também na Declaração da Bahia, fruto do Seminário Nacional da Reforma Universitária de 1961, são compreendidas historicamente pelo contexto de transformações políticas importantes em âmbito internacional. A Educação Popular (EP) no Brasil se desenvolveu nessas circunstâncias e vai ser de grande influência para a forma de se pensar a extensão no país, em diálogo com o que acontecia na América Latina.

Alguns acontecimentos formaram o caldo cultural de desenvolvimento da Educação Popular (Tavares, 2017; Paludo, 2005): a Revolução Cubana (1959); o Concílio Vaticano II da Igreja Católica (1959); a industrialização brasileira nos governos nacional-desenvolvimentistas (década de 1950); as Ligas Camponesas (1958); a longa discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) (1961); a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (1959); os Documentos de Medellín, frutos da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1968). A partir dos anos 1970: o desenvolvimento da Teologia da Libertação; a Revolução Nicaraguense (1979); as discussões elaboradas pela Teoria do Desenvolvimento e a Teoria da Dependência; e as repercussões das teorias marxistas na América Latina.

Toda essa efervescência política e cultural, em um contexto de Guerra Fria, colaboraram para o desenvolvimento de “uma pedagogia e teoria da ação social” (Tavares, 2017), que se manifestará em uma necessidade de se repensar o caráter assistencialista da extensão, compreendendo-a como um instrumento para a

transformação social. Na LDB de 1961, a extensão aparece de forma secundária; no entanto, o movimento estudantil, dialogando com todo esse contexto, amplia essa compreensão (Nogueira, 2019):

Neste período, em que o texto legal se refere à extensão de forma secundária, ocorre um dos mais significativos movimentos que transformarão o entendimento que se tinha da extensão universitária e sua prática. Os estudantes brasileiros, em diversas universidades, realizam atividades extensionistas bem além da regulamentação oficial das instituições. São atividades, em geral, desvinculadas da instituição universitária, marcadas por forte cunho político ideológico, direcionadas à conscientização das camadas populares quanto aos seus direitos, denotando influências do pensamento freiriano. Dedicaram-se a campanhas de alfabetização de adultos, de saúde, de cultura popular, de saneamento e assistência jurídica, cursos para mestres de obras e líderes sindicais, e projetos de assistência junto a comunidades mais carentes, como favelas e bairros operários. Defendem a proposta de expor a universidade a serviço dos órgãos governamentais, sobretudo, no interior dos Estados. (p. 148)

A UNE exerceu um papel importante na ampliação da compreensão de extensão e como ocorre sua articulação voltada à universidade, expressa em seus seminários pela Reforma Universitária dos anos subsequentes (1962, em Curitiba, e 1963, em Belo Horizonte). É perceptível o diálogo com o pensamento de Paulo Freire, também fruto desse contexto de agitação social e da necessidade de pensar uma pedagogia envolvida com a emancipação. O estabelecimento de um regime ditatorial no Brasil, a partir de 1964, levou à ilegalidade da UNE e à necessidade da fuga de Paulo Freire para o exílio no Chile, uma vez que sua teoria foi compreendida pelos militares como uma tentativa de bolchevizar o país.

Durante seu exílio, em contato com agricultores no contexto da reforma agrária, Paulo Freire realizou uma análise crítica sobre o que compreendemos por extensão. Em seu livro “Extensão ou Comunicação?” (Freire, 1983), elabora primeiramente uma reflexão sobre a semântica do termo: a palavra “extensão” remete à ideia de estender o conhecimento daquele que já sabe para o que não sabe, sendo, portanto, um conceito que nega a relação de diálogo entre educador-educando e educando-educador. Neste trabalho, o pedagogo propõe que uma educação como prática para a liberdade necessita do reconhecimento daquele que educa, em razão de também estar sendo educado; logo, o diálogo entre aqueles que reconhecem que pouco sabem e os que acham que nada sabem pode transformar o entendimento de ambos promovendo o saber mais. Nesse sentido, Freire propõe, no lugar da palavra extensão, o termo comunicação, que acontece quando as pessoas compartilham criticamente a compreensão de determinado significado e “implica uma reciprocidade que não pode ser rompida” (Freire, 1983, p. 67).

Por fim, nos parece claro o equívoco ao qual nos pode conduzir o conceito de extensão: o de estender um conhecimento técnico até os camponeses, em lugar de (pela comunicação eficiente) fazer do fato concreto ao qual se refira o conhecimento (expresso por signos linguísticos) objeto de compreensão mútua dos camponeses e dos agrônomos. (Freire, 1983, p. 70).

A tarefa de comunicar exige o respeito às condições socioculturais daqueles com quem se quer estabelecer diálogo e um compromisso humanista de alcançar sua libertação. Freire (1983) defende que a tarefa de comunicação está inserida na *praxis* transformadora das estruturas que não permitem que mulheres e homens possam *ser mais*. Para tanto, é necessária a tomada de consciência coletiva e responsável.

Este esforço da tomada de consciência em superar-se a alcançar o nível da conscientização, que exige sempre a inserção crítica de alguém na realidade que se lhe começa a desvelar, não pode ser, repitamos, de caráter individual, mas sim social. Basta que se saiba que a conscientização não se verifica em seres abstratos e no ar, mas nos homens concretos estruturas sociais, para que se compreenda que ela não pode permanecer em nível individual. (Freire, 1983, p. 77)

Essa compreensão defendida pelo Patrono da Educação brasileira vai fazer parte das reivindicações por uma nova forma de se pensar a extensão no Brasil e na América Latina. Apesar da defesa para que se abandone o termo “extensão”, sugerindo a utilização de “Comunicação”, ele teve uma preocupação em ressignificar as práticas de forma que se consolidasse o compromisso da aprendizagem mútua entre universidade e sociedade, bem como o compromisso coletivo com a construção de uma realidade menos opressora em que mulheres e homens deixassem de ser coisificados.

Esta é a razão pela qual, para nós, a “educação como prática da liberdade” não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a “perpetuação dos valores de uma cultura dada”; não é o “esforço da adaptação do educando a seu meio”. Para nós, a “educação como prática da liberdade” é, sobretudo e antes de tudo, uma situação verdadeiramente gnosiológica. Aquela em que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos igualmente cognoscentes. (Freire, 1983, p. 78)

Mesmo no contexto das ditaduras latino-americanas, a obra freiriana teve grande repercussão e influenciou os movimentos de Educação Popular na América Latina e no mundo. Apesar de legalmente, durante o contexto da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), a extensão ser cada vez mais reduzida ao caráter assistencialista, os movimentos sociais, as associações de estudantes e professores e os fóruns de universidades latino-americanas empreenderam um esforço para estabelecer um caráter dialógico para ela.

A primeira política pública de extensão no Brasil, de acordo com Maria das Dores Nogueira (2019), foi o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que avança em relação às legislações anteriores. Para a autora, o documento reflete a influência das ideias de Paulo Freire e das práticas do movimento estudantil nas décadas de 1950 e 1960. Evidencia-se um esforço, por parte do Departamento de Assuntos Universitários, para estabelecer que o desenvolvimento da extensão seja responsabilidade dos departamentos acadêmicos das universidades, equiparando-a em importância ao ensino e à pesquisa.

No final dos anos 1980, simultaneamente ao processo de restabelecimento das estruturas democráticas, fundou-se o FORPROEX, sobre cuja fundação afirma Luciano Leonídio:

Diante desta problemática, dentre outros desafios, no ano de 1987 possuindo enquanto pauta a reflexão sobre o conceito, a institucionalização e o financiamento da extensão universitária, surge o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). O Fórum passa a desenvolver função primordial na definição de políticas de extensão para as instituições públicas de ensino superior. É uma entidade voltada para a construção, articulação e definição de políticas acadêmicas no âmbito da Extensão Universitária. Transformação social, exercício da cidadania e fortalecimento da democracia representam suas bases principais. São membros do Fórum os Pró-reitores de Extensão e titulares de órgãos relativos a tal função das IES públicas brasileiras, com direito a voz e voto. (Leonídio, 2017, p.18)

A criação do Fórum é seguida pelo reconhecimento constitucional da extensão, em 1988, manifestando uma vitória dos movimentos sociais pela educação e de Educação Popular. O posicionamento do FORPROEX torna-se crucial para a compreensão da extensão no Brasil. No documento Política Nacional de Extensão Universitária, a perspectiva dialógica da comunicação defendida por Freire está presente, compreendendo a interação dialógica como uma diretriz fundamental da extensão, que busca superar a dicotomia entre conhecimentos acadêmicos e populares. A defesa pela interação dialógica se propõe a construir junto com a sociedade “um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática” (FORPROEX, 2012, p. 30).

Esse posicionamento não significou o completo abandono das práticas extensionistas assistencialistas que reproduzem a compreensão de que as IPES produzem o conhecimento e vão “estendê-lo” para a sociedade. Mesmo nos documentos elaborados pelo FORPROEX, há contradições com os princípios de uma extensão que realize a comunicação proposta por Paulo Freire, por exemplo não incluir a comunidade externa,

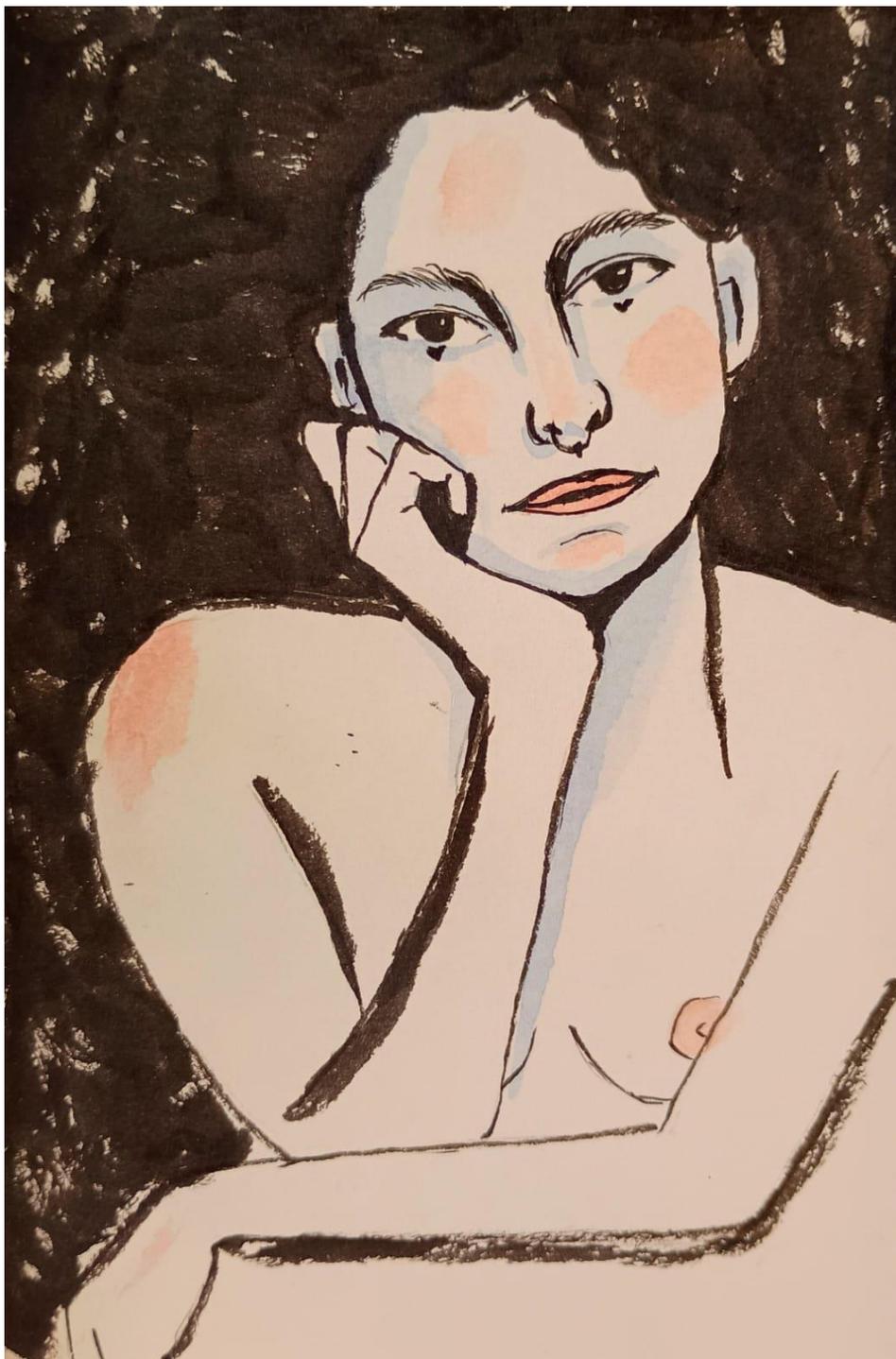
mas somente os “atores acadêmicos” como contribuintes diretos para pensar a articulação entre a extensão e as políticas públicas (FORPROEX, 2012, p. 43).

Como movimento social de mulheres baseado na Educação Popular, as PLP encontraram na extensão realizada nas IPES uma aliada para sua ampliação e difusão no território brasileiro. Pretendemos, a partir de entrevistas com mulheres extensionistas que realizam a formação de PLP em IPES, analisar como essa parceria tem funcionado; observar suas contradições; e elaborar propostas de uma extensão comprometida com a melhoria das condições de vida das mulheres.

2 GÊNERO E FEMINISMO

A noite não adormecerá
jamaiz nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede.

Conceição Evaristo



Anne Oliveira. Desenho sem título. Aquarela e nanquim sobre papel. 2024.

A proposta de construir uma pesquisa estudando as contribuições realizadas pela extensão para a melhoria das condições de vida das mulheres perpassa, necessariamente, por uma discussão acerca de Gênero e Feminismo. Buscamos compreender Gênero como uma categoria de análise, historicamente constituída no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, importante para embasar as discussões que se relacionam às mulheres, mas não somente a elas.

É importante ressaltar que, ao realizarmos a revisão de literatura para embasar nossa compreensão sobre gênero, percebemos a preocupação de mencionar a existência de disputas teóricas e políticas pelo conceito e a compreensão de que essa não é uma discussão pacificada, pois necessita de ser compreendida historicamente. Vários são os trabalhos que fazem esse exercício, com os quais buscaremos dialogar nesta tese.

Partimos da compreensão de que gênero é uma categoria relacional, ou seja, dialoga com outras categorias de análise, como classe social, raça, geração. Por se adotar a categoria de gênero, compreendemos que há experiências histórico-sociais pautadas nas diferenças sexuais. Elaboraremos, neste capítulo, uma síntese sobre a construção do conceito de gênero como categoria das ciências sociais e humanas, bem como sua relação com a história do movimento feminista.

2.1 O desenvolvimento do conceito de gênero.

A construção do conceito de gênero foi importante para a consolidação de uma área de estudos nas esferas acadêmicas que se preocupasse com as relações de poder estabelecidas entre os sexos, uma demanda das estudiosas feministas que, a partir da elaboração e da consolidação do conceito, estabeleceram-no como uma área de estudos, a fim de obter o reconhecimento científico para a área. Marília Moschkovich (2018) faz uma análise de como surge o conceito de gênero e a forma como ele é recebido no Brasil. Para ela, o que dá origem aos estudos de Gênero é construído pelas intelectuais feministas francesas dos anos 1970, a partir do conceito de “*rappports sociaux de sexe*” ou, traduzindo, relações sociais do sexo, sobre as quais abordaremos mais à frente. A partir desse conceito, desenvolvem-se os “Estudos da Mulher” na França.

Consideramos importante enfatizar que, embora o conceito de gênero tenha surgido a partir de uma pauta feminista, nem todo estudo de gênero, à medida que se consolida como campo de estudos, está comprometido com as pautas levantadas e

defendidas pelos movimentos feministas. Nesse sentido, elaboraremos uma análise sobre a construção dessa categoria de análise, a fim de estabelecermos o posicionamento desta como uma pesquisa feminista a partir da compreensão das chamadas relações sociais de sexo.

A construção do conceito de gênero está intimamente ligada à história do movimento feminista. Percebendo a necessidade de reconhecimento nos espaços acadêmicos, as intelectuais feministas desenvolvem o conceito para que se reconheça essa área de estudos, cujo objetivo inicial foi elaborar a compreensão de que a anatomia da mulher não é uma prisão. Ao tratar sobre o surgimento do conceito de gênero, Lourdes Bandeira e Tânia Almeida (2013) reconhecem a pressão exercida pelos movimentos feministas e de mulheres para que as ciências abordassem essa dimensão da vida humana, antes ignorada, compreendendo-a como uma categoria inserida em um jogo de forças entre tradições acadêmicas e políticas.

Para compreender a construção desse campo de estudos, o trabalho da historiadora Joan Scott (2014), que tem a preocupação de trazer os aspectos históricos da construção do conceito de gênero e sua relação com os movimentos feministas, é uma das referências.

Mulheres foram a preocupação explícita das feministas que começaram a se referir a gênero nos anos de 1970. Gênero recusou a ideia de que a anatomia da mulher era o seu destino insistindo, ao contrário, que os papéis alocados para as mulheres eram convenções sociais, não ditames biológicos. A partir de que a fisiologia genital, raramente, foi invocada para explicar por que os homens fizeram o que fizeram, o sexo/gênero e a distinção natureza/cultura foram um suporte crítico no esforço de conter a discriminação contra as mulheres, sua exclusão dos mundos dos homens. (Scott, 2014, p. 333)

A necessidade de fugir dos ditames biológicos e elaborar a compreensão de que as relações estabelecidas, a partir das diferenças entre os sexos, são construídas socialmente, saindo de uma análise puramente biológica, atribui aos estudos de gênero um caráter político. Compreendendo gênero como uma lente de percepção sobre a forma como construímos os significados sobre “masculino/feminino” e “macho/fêmea”, Scott (2014) defende que uma análise de gênero empreende um compromisso crítico sobre esses significados e revela como suas contradições e instabilidades se manifestam na vida daqueles que estudamos.

Concordando com a dimensão política carregada pelo conceito de gênero, Guacira Louro (2017) a considera uma das mais significativas marcas dos estudos feministas, determinante para a ascensão de novas fontes de pesquisa e novas formas de compreender a organização da investigação científica. Para que se compreenda o lugar e as relações

dos sexos numa sociedade, é necessário observar tudo que se construiu socialmente sobre eles.

Coloca-se aqui, no meu entender, uma das mais significativas marcas dos Estudos Feministas: seu caráter político. Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida; de fontes iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoa. Assumia-se com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinham (e tem) pretensões de mudança. (Louro, 2017, p. 23)

Além de desenvolver um novo campo de estudo, desenvolve-se também uma nova forma de pensar as Ciências Humanas e Sociais. O conceito que se desenvolve nos anos 1970 e 1980, com o intuito de distinguir e separar o conceito *sexo*, uma categoria analítica fortemente influenciada pela biologia que tende a simplificar a natureza por meio de aspectos biológicos, do conceito *gênero*, que enfatiza a dimensão da construção histórica, social e, acima de tudo, política, implicando uma análise relacional mais profunda. Em diálogo com Marlise Matos (2008), o desenvolvimento da categoria de gênero, apesar de ter surgido das demandas feministas para compreender a subordinação da mulher em relação ao homem, permitiu a abertura de espaço analítico para se questionar as próprias categorias de homem e de masculino, bem como de mulher e de feminino, que passaram a ser fruto de intenso processo de desconstrução.

O desenvolvimento dos estudos de gênero não se desvincula, como apontado, das condições históricas, políticas e intelectuais do contexto. Marília Moschkovich (2018) aponta quatro mudanças importantes, ao longo dos anos 1960 e 1970, que propiciaram o desenvolvimento dos Estudos das Mulheres, pelas quais se constrói o conceito de gênero:

Primeiramente, nesse período, o feminismo foi intensamente trazido para o debate público e político, especialmente nos Estados Unidos e na Europa. Além disso, ocorreram mudanças nos sistemas educacionais de muitos países ao mesmo tempo, e parte dessas mudanças permitiu que as mulheres tivessem acesso massivo às universidades na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina. Ao mesmo tempo, as questões sobre as condições sociais impostas às mulheres como grupo ou categoria começaram a ser vistas como um objeto de estudo e debate por si só. Por fim, com o feminismo entrando nas universidades, muitos entenderam que esse assunto seria melhor analisado e investigado pelas próprias mulheres, representando um marco político na produção de conhecimento científico. (p. 47, tradução nossa)

Assim, o conceito de gênero desenvolve-se a partir dos Estudos das Mulheres, porém, não se limita à discussão sobre mulheres, sendo “um elemento constitutivo de

relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 2019, p. 67). A construção desse conceito permitiu o desenvolvimento de um novo campo científico que, na percepção de Marlise Matos (2008), é inovador, inserido nas ciências e em prol delas, implicando a compreensão da ciência como um discurso que busca a verdade e, de maneira crítica e reflexiva, um horizonte emancipatório. Sobre a construção da ciência com a ascensão desse novo campo de estudos, afirma Matos (2008):

Numa proposta de conhecimento, de ciência em que o que se valoriza é o modo de pensar e as suas consequências e não a descrição do mundo, que não vê o conhecimento como uma representação neutra do mundo ontológico externo, é que poderia estar inserida a proposta de ação de um **novo campo de gênero e feminista**. Ou seja: sabendo e reconhecendo que o conhecimento (científico) é capaz de intervir e agir sobre o mundo, que ele possui consequências sobre o mundo, que ele é ação sobre o mundo, é que proponho a sustentação teórica, epistemológica e política do **campo de gênero e feminista** como sendo da ordem de um **universal histórico e contingente** que opera dinâmica e paradoxalmente na busca constante e responsável **de um devir gênero que por sua vez se desdobra na afirmação radicalizada de um devir ciência**. (p. 352, grifos da autora)

No entanto, conforme mencionado, gênero é uma categoria relativamente recente que, assim como outras categorias na ciência, está em disputa com outras categorias, conceitos e perspectivas teóricas. O conceito construído para que se reconheça essa área de estudos teve o trabalho da antropóloga estadunidense Gayle Rubin (1993), “O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘Economia Política’ do sexo”, publicado em 1975, como um dos precursores. Com a criação do “sistema sexo/gênero”, a autora conceitua “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.” (Rubin, 1993, p. 2) Ao elaborar a concepção de que as relações sexuais são influenciadas pelas construções sociais e culturais, a antropóloga explora como a sociedade patriarcal controla e limita a sexualidade das mulheres e de outras minorias de gênero. A partir de sua obra, abre-se um importante caminho para a compreensão sobre a fluidez das identidades de gênero e das orientações sexuais.

A categoria de gênero, como apontado, constrói-se de forma relacional com categorias e conceitos construídos nas Ciências Humanas e Sociais e dela se apropria, reformula e cria categorias analíticas. Nesse sentido, os estudos de gênero estabelecem diálogo com diferentes epistemologias, como a teoria crítica, a psicanálise, o marxismo, o estruturalismo, a hermenêutica, o funcionalismo, dentre outras.

Raewyn Connel e Rebecca Pearse (2015), a partir do conceito de estrutura advindo da teoria social, compreendem gênero como uma questão de relações sociais nas quais

grupos e indivíduos atuam. De acordo com as autoras, a teoria social ensina que a perpetuação de padrões amplamente disseminados nas relações sociais é o que chamamos de "estrutura". Nesse contexto, é fundamental compreender o gênero como uma estrutura social; gênero não é uma mera manifestação da biologia, tampouco uma dicotomia rígida na vida ou na natureza humana: trata-se, na verdade, de um padrão presente nos arranjos sociais, moldando profundamente as atividades do cotidiano (Connel; Pearse, 2015). Para elas, Gênero é uma forma de “corporificação social”, em que os processos corporais e estruturas sociais, conectados pelo tempo, ligam-se à reprodução humana. Dialogando com categorias importantes das Ciências Sociais, como estrutura e agência social, Connel e Pearse (2015) permitem que compreendamos gênero a partir da relação dos corpos e suas práticas sociais.

Reconhecer a corporificação social também possibilita uma nova visão sobre a relação entre os corpos e a mudança no gênero. Na sociobiologia, na teoria dos papéis sexuais, no feminismo liberal e em ideologias populares da diferença natural, a diferença entre os corpos é entendida como uma força conservadora que seguraria a mudança histórica e limitaria o que a ação social pode alcançar. Mas, agora, podemos ver como os corpos, sendo agentes das práticas sociais, estão envolvidos na própria construção do mundo social, em trazer à existência a realidade social. As necessidades, os desejos e as capacidades dos corpos estão operando na história. O mundo social nunca é simplesmente reproduzido; é sempre reconstituído pela prática. (p. 117-118)

Essa compreensão sobre a corporificação social, assim como outros estudos que se desenvolvem, permite que as análises sobre gênero não fiquem restritas aos estudos sobre as mulheres. Tanto as “feminilidades”, as “masculinidades” e demais formas de expressões fazem parte desse campo de investigação que refletem sobre as formas em que as relações de sexualidade se constroem e estabelecem arranjos sociais. A compreensão de que sexo é biológico e gênero é social também é questionada a partir da compreensão de que aquilo que compreendemos sobre o sexo biológico é uma produção de gênero como sistema.

A filósofa estadunidense Judith Butler (2019), em uma abordagem fenomenológica, traz a discussão para o campo das performances, compreendendo gênero como uma construção performativa: não uma identidade estável e sim tenuamente constituída no tempo. As identidades de gênero são construídas “por meio de uma **repetição estilizada de certos atos**” (Butler, 2019, p. 214, grifo da autora). A pesquisadora constrói a compreensão de que aquilo normalmente percebido como identidade de gênero é, na verdade, uma performance sustentada por normas sociais e tabus. Essa natureza performática carrega consigo a capacidade de questionar seu *status*

supostamente estático e reificado: “As pessoas não são seus corpos, mas fazem seus corpos.” (Butler, 2019, p. 216).

A partir dessa análise, a filósofa convida-nos a enxergar as condições de opressão que se desenvolvem a partir da reprodução de identidades de gênero, sustentadas por formas rígidas e binárias das categorias “homem” e “mulher”. Partindo das concepções elaboradas por Simone de Beauvoir, afirma que:

Ser mulher é ter se *tornado* mulher, ter feito seu corpo se encaixar em uma ideia histórica do que é uma “mulher”, ter induzido o corpo a se tornar um signo cultural, é ter se colocado em obediência a uma possibilidade historicamente delimitada; e fazer isso como um projeto corporal repetitivo que precisa ser ininterruptamente sustentado. A ideia de “projeto”, entretanto, sugere uma força potencialmente geradora vinda de uma vontade radical; como gênero é um projeto que tem como fim a sobrevivência cultural, o termo “estratégia” talvez indique melhor a condição coercitiva em que a performance dos gêneros sempre acontece. Como estratégia de sobrevivência, os gêneros são performances com consequências claramente punitivas. Gêneros discretos são parte das exigências que garantem a “humanização” de indivíduos na cultura contemporânea; e aqueles que falham em fazer corretamente seus gêneros são regularmente punidos. Porque não existe uma “essência” que o gênero expressa ou externaliza, nem um ideal claro a ser alcançado; porque gênero não é um fato, as várias formas de atuação de gênero criam a própria ideia de gênero, e sem esses atos não existiria gênero nenhum. (Butler, 2019, p. 217)

Para a filósofa, as convenções sociais têm o papel punitivo e regulatório para que se mantenham os gêneros num espectro binário e num contrato heterossexual, a fim de garantir a reprodução de determinado modelo cultural. Não é nosso objetivo, fundamentado em um distanciamento epistemológico, fazer uma análise profunda sobre as performatividades e a teoria *queer* desenvolvida por Butler (2019). No entanto, é necessário reconhecer que sua análise permitiu uma ampliação nos estudos de gênero, por desafiar as normas de gênero binárias e tradicionais, a fim de promover uma compreensão mais fluida e aberta do gênero e da sexualidade, bem como convidar a teoria feminista a repensar a categoria “mulher”.

Esses são elementos importantes para reafirmar que as abordagens feministas, embora perpassem necessariamente sobre as discussões de gênero, é um campo de estudos mais amplo do que as teorias feministas se propõem a abordar. Como essa é uma tese que se propõe feminista, traremos alguns elementos da crítica feminista construída nas ciências sociais e, a partir delas, nosso posicionamento teórico para a construção deste trabalho.

2.2 Gênero em uma perspectiva feminista

A construção de Gênero como conceito estabelece-se a partir de uma demanda dos movimentos feministas para que se reconheça a área dos estudos das mulheres, permitindo às Ciências Sociais e Humanas se apropriarem de novas fontes de conhecimento e metodologias e construïrem uma área multidisciplinar de conhecimento. No entanto, dada a própria dinamicidade da produção de conhecimento, apesar de ser uma área relativamente recente, esses estudos não são restritos às mulheres, nem mesmo às perspectivas feministas. Longe de conseguirmos alcançar toda a dimensão do campo de estudos de gênero, optamos por estabelecer o enfoque em uma abordagem feminista que dialoga com as perspectivas epistemológicas elencadas para essa investigação e construídas a partir das “relações sociais de sexo”.

É importante ressaltar que o feminismo se desdobra em várias correntes; conseqüentemente, são várias as teorias feministas. Ao elaborar sobre a contribuição das críticas feministas para a ciência, a socióloga Lourdes Bandeira (2008) aponta que:

Cabe lembrar que não há uma “teoria crítica geral” – única – do pensamento feminista. Existem correntes teóricas diversas, que, apropriadas a partir das teorias gerais, cada uma a seu modo procura compreender **por que e como as mulheres ocupam uma posição/condição subordinada na sociedade**. Desde que se fala em crítica feminista, faz-se, geralmente, apelo a esse bloco de correntes heterogêneas que tentam explicar por que as mulheres continuam, em boa medida, a viver em condições de subordinação, **uma vez que na base de qualquer corrente feminista há o reconhecimento de uma causa social e cultural para a condição feminina de subordinação**. Portanto, a crítica feminista explícita, incorpora e assume a tomada de consciência individual e coletiva, a qual é seguida por uma revolta contra o entendimento presente nas relações de sexo/gênero e a posição subordinada que as mulheres ocupam em uma dada sociedade, em um dado momento de sua história assim como na produção do conhecimento. Trata-se de uma luta para mudar/transformar essas relações e essa situação. (p. 210, grifos nossos)

Partimos do entendimento de que as teorias feministas se baseiam no reconhecimento da subordinação das mulheres e procuram transformar essa condição, organizando-se e teorizando de maneiras distintas para tal. Dialogando com Bandeira (2008), compreendemos que o desafio enfrentado pelo movimento feminista foi, precisamente, resistir aos paradigmas epistemológicos e conceituais dominantes, incluindo categorias, conceitos e métodos, a fim de evitar a simples reprodução distorcida das próprias categorias do sistema de dominação científica que estava sob crítica. Para alcançar esse objetivo, foi necessário introduzir e adotar conceitos temporários, e explorar abordagens teóricas não definitivas. Era essencial escapar da influência da ordem

simbólica predominante e contemplar múltiplas temporalidades, uma vez que o conhecimento científico também está intrincado com um sistema de dominação.

Sandra Harding (2019), ao elaborar sobre as instabilidades nas construções das categorias analíticas nas teorias feministas, propõe que essas instabilidades sejam recursos de pensamento e prática; para ela, o ideal de alcançar a “ciência normal”, conforme elaborado por Thomas Kuhn (2003), não é uma possibilidade nesse campo de estudos.

A vida social que é nosso objeto de estudo, dentro da qual se formam e se testam nossas categorias analíticas está em fervilhante transformação. A razão, a força de vontade, a revisão dos dados e até mesmo a luta política em nada poderão reduzir o ritmo das mudanças de uma maneira que encha de júbilo nossos feminismos. Não passa de delírio imaginar que o feminismo chegue a uma teoria perfeita, a um paradigma de “ciência normal” com pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes. As categorias analíticas feministas **devem** ser instáveis – teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais.” (Harding, 2019, p. 99, grifo da autora)

A compreensão da autora constrói-se por perceber que, ao colocarmos os estudos feministas nos parâmetros de ciência construídos pelas teorias tradicionais, reproduzimos suas deficiências patriarcais. Com isso, ela propõe o exercício da reflexão permanente sobre os parâmetros, conceitos e categorias para se construir uma teoria feminista. A filósofa relembra que são vários os feminismos existentes e, assim como as mulheres e as relações de gênero estão em toda parte, “os temas das teorias feministas não podem ser contidos em um esquema disciplinar singular, ou mesmo em um conjunto deles” (Harding, 2019, p. 100)

Esses são elementos importantes para a construção de uma investigação que se propõe feminista e compreende o feminismo como um aliado para a luta anticapitalista, uma vez que interpreta a condição de subordinação das mulheres como uma das formas de sustentação do capital. Por isso, é importante nos posicionarmos em oposição ao feminismo liberal que, “embora condene a ‘discriminação’ e defenda a ‘liberdade de escolha’, se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossível para uma ampla maioria de mulheres” (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 37). Esse feminismo não se ocupa com a desconstrução das estruturas de opressão, mas sim se sustenta com a exploração de outras mulheres, beneficiando principalmente aquelas que desfrutam de substanciais vantagens sociais, culturais e econômicas: as demais permanecem marginalizadas e sem oportunidades significativas.

Cinzia Arruza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019), em um manifesto em que defendem um feminismo para os 99%, considerando as lutas antirracistas, ambientalistas, pelos direitos de trabalhadores e de imigrantes, compreendem o feminismo liberal como parte do problema da opressão das mulheres.

Completamente compatível com a crescente desigualdade, o feminismo liberal terceiriza a opressão. Permite que mulheres em postos profissionais-gerenciais **façam acontecer** precisamente por possibilitar que elas **se apoiem** sobre mulheres imigrantes mal remuneradas a quem subcontratam para realizar o papel de cuidadoras e o trabalho doméstico. Insensível à classe e à etnia, esse feminismo vincula nossa causa ao elitismo e ao individualismo. Apresentando o feminismo como movimento “independente”, ele nos associa a políticas que prejudicam a maioria e nos isolam das lutas que se opõem a essas políticas. Em resumo, o feminismo liberal difama o feminismo. (p. 38, grifos nossos)

Afastamo-nos dessa perspectiva teórica; por isso, consideramos importante trazer a discussão sobre relações sociais de sexo, perspectiva pela qual se desenvolvem os estudos de gênero e compreende a opressão das mulheres como um dos elementos estruturais da manutenção do capitalismo. Retomando os aspectos históricos do desenvolvimento dos estudos demandados pelo movimento feminista, a partir dos “estudos das mulheres” na França, no diálogo sobre a divisão sexual do trabalho, desenvolvem-se os estudos sobre as relações sociais de sexo, os quais mais tarde serão o que, hoje, compreendemos como estudos de gênero. Sobre a divisão sexual do trabalho, a socióloga feminista francesa Danièle Kergoat (2009) conceitua:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). (p. 67)

Esse é um conceito importante para compreendermos que os papéis desempenhados por mulheres e homens não são um destino natural da espécie, mas construídos socialmente e resultado de relações sociais, com base material e fundamentais para entendermos o conceito de relações sociais de sexo. Mirla Cisne (2014) aponta como o conceito se constrói em língua francesa, demonstrando os aspectos estruturais desses estudos.

Gênero e relações sociais do sexo são distintos, embora muitas vezes encontremos textos que os tratem como sinônimos, para entendermos o segundo, é fundamental que se localize sua origem e seu significado. Advindo da escola feminista francesa, na língua original é chamado de *rappports sociaux de sexe*. Observemos que na língua francesa esse conceito não é denominado *relations sociales de sexe*. Expliquemos melhor. No francês existem duas palavras para uma única tradução no português: relações. *Rapport* designa relações mais amplas, estruturais, enquanto *relations* diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas. O conceito de *rappports sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe. Uma relação [*rapport*] social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos. Portanto, atravessa todo o tecido do campo social e dos fenômenos daí decorrentes. (p. 53, grifos da autora)

É importante ressaltar que o conceito de gênero é herdeiro de relações sociais de sexo, por isso muitas vezes se confundem. No entanto, escolher pelas relações sociais de sexo implica posicionar-se como um estudo feminista que considera a importância da divisão sexual do trabalho para compreender as opressões vivenciadas pelas mulheres. Para Cisne (2014), o conceito de gênero, devido a seu alto grau de abstração, dificulta a assimilação e a compreensão por parte das mulheres sem formação acadêmica, embora sejam os sujeitos centrais do feminismo, por serem elas que enfrentam diversas formas de opressão e exploração. É mais acessível a compreensão quando qualificamos, nomeamos e identificamos os sujeitos das "relações sociais de sexo", em contraste com a opressão de gênero, que, para ser entendida, exige uma explicação prévia do próprio conceito de gênero, o qual não é autoexplicativo, não apenas devido ao caráter acadêmico que o envolve, mas também à sua polissemia.

Além disso, o desenvolvimento dos estudos de gênero gera um afastamento das pautas que originalmente os criaram. Longe de não considerar a importância de todas as temáticas que passaram a ser analisadas nas ciências sociais e humanas, mas considerando ainda necessária a ênfase em demandas feministas, buscamos estabelecer esse posicionamento, dialogando com Connel e Pearse (2015):

Grande parte da teoria de gênero na metrópole anglófona se tornou abstrata, contemplativa ou analítica em seu estilo ou se focou inteiramente na subversão cultural. Toda a literatura de teoria de gênero não faz praticamente referência alguma à educação das meninas, à violência doméstica, à saúde das mulheres, às visões dominantes de gênero, ao Estado, ao desenvolvimento econômico nem a nenhuma outra questão ligada a políticas públicas com as quais as feministas têm batalhado. Em vez disso, lida-se com a sexualidade, a identidade pessoal, a representação, a linguagem e a diferença. (p. 141)

Buscamos estabelecer, portanto, uma investigação que se comprometa com a melhoria da vida das mulheres e, para isso, procura compreender as condições estruturais de sua opressão.

O terceiro obstáculo é material: a ênfase no gênero reduz nossa visão para as desigualdades visíveis entre mulheres e homens. Nós não vemos que isso é geralmente gerado ou perpetuado por estruturas de trabalho de mercado globais, fabricada pelo capital financeiro – e é insolúvel sem a atenção aos seus impactos e operações. Então, por exemplo, o foco nos direitos reprodutivos, violência doméstica, educação feminina e tráfico sexual, enquanto de crucial importância para a melhoria da qualidade de vida de algumas mulheres, no entanto, subestima ou ignora as estruturas econômicas que moldam estas vidas, transformando culturas assim como condições materiais. Sem mudanças nestas estruturas – aquelas que estão na base da pobreza e da desigualdade buscando o empobrecimento das mulheres (em geral rurais) como uma fonte de trabalho barato, causando grandes fluxos de migração internacional e massivas transferências de população e riqueza – é difícil imaginar como uma reforma de longo prazo pode se manter. Nesta perspectiva, gênero é uma distração de causas mais imediatas e fundamentais de desigualdade entre pessoas e nações, bem como entre os sexos. Nas palavras de Arundathi Roy, é como colocar “um band-aid em um ferimento mortal”. (Scott, 2014, p. 339-340)

A compreensão das estruturas econômicas e das condições materiais das desigualdades, bem como a busca por sua superação, são elementos fundamentais para uma abordagem materialista do feminismo. O trabalho precursor de Gayle Rubin (1993), ao desenvolver sobre uma “economia política do sexo”, incorpora elementos do pensamento marxista para analisar as dimensões econômicas da opressão de gênero e da exploração sexual. Seu trabalho traz importantes contribuições para a discussão sobre a reprodução social, a qual consideramos central para pensar o feminismo, a partir do que ela chama de sistema sexo/gênero, já mencionado. Em toda sociedade, existe um sistema de sexo/gênero: um conjunto de arranjos por meio dos quais a base biológica do sexo e da reprodução humana é moldada pela intervenção humana e pela influência social, convencionalmente expressa, independentemente de quão estranhas algumas dessas convenções pareçam. Compreendendo que a análise da reprodução das forças de trabalho não explica profundamente os arranjos de gênero, afirma Rubin (1993) que:

Qualquer modo de produção envolve a reprodução – de instrumentos da força de trabalho e das relações sociais. Não podemos relegar todos os aspectos multifacetados da reprodução social ao sistema sexual. A substituição de equipamentos é um exemplo da reprodução na economia. Por outro lado, não podemos limitar o sistema sexual à “reprodução” nem no sentido social do termo, nem no seu sentido biológico. Um sistema de sexo/gênero não é apenas no momento reprodutivo de um “modo de produção”. A formação da identidade de gênero é um exemplo de produção no domínio do sistema sexual. E um sistema de sexo/gênero envolve muito mais que “relações de procriação”, reprodução no sentido biológico. (p. 6)

Esse sistema serve para atender interesses econômicos e regular as formas de socialização. No entanto, é possível transformá-lo por meio da ação política realizada pelos movimentos feministas. As intelectuais feministas promovem o diálogo e a crítica ao marxismo, elaborando o debate sobre o trabalho reprodutivo como fundamental para

o capitalismo. A filósofa italiana Silvia Federici (2019a) é uma das intelectuais que, ao buscar as raízes históricas das opressões das mulheres, analisa a reprodução como parte essencial da economia e da sociedade. Sobre essa análise feita pelas intelectuais feministas, ela afirma que:

As feministas não estabeleceram apenas que a reprodução da força de trabalho envolve uma gama muito mais ampla de atividades que o consumo de mercadorias, posto que os alimentos devem ser preparados, as roupas devem ser lavadas, os corpos precisam ser acariciados e cuidados; o reconhecimento da importância da reprodução e do trabalho doméstico realizado pelas mulheres para a acumulação de capital as levou a uma reconsideração das categorias marxistas e a um novo entendimento da história do desenvolvimento capitalista e da luta de classes. A partir do início da década de 1970, uma teoria feminista ganhou corpo ao radicalizar a mudança teórica inaugurada com as críticas terceiro-mundistas a Marx, confirmando que o capitalismo não é necessariamente identificável com o trabalho contratual e assalariado, mas que, em essência, é um trabalho não livre, e revelando a conexão umbilical entre a desvalorização do trabalho reprodutivo e a desvalorização da posição social das mulheres. (Federici, 2019a, p. 204)

Essas análises são importantes para a elaboração de uma premissa feminista importante de que “o pessoal é político”, uma vez que a esfera privada passa a ser compreendida como um terreno importante para a luta anticapitalista, reconhecendo que o capital e o Estado exercem controle sobre nossa vida e nossa capacidade de reprodução em nosso próprio lar. Ainda dialogando com Silvia Federici (2019a), a compreensão do trabalho reprodutivo trouxe consigo a percepção de que a produção capitalista está intrinsecamente ligada à criação de um tipo específico de força de trabalho. Isso implica a definição de um determinado modelo de família, sexualidade e reprodução, culminando em uma redefinição da esfera privada como um espaço em que as relações de produção também ocorrem e um terreno no qual ocorrem lutas de caráter anticapitalista.

Em seu manifesto, Cinzia Arruza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019), conceituam reprodução social como um amplo corpo de atividade vital que, não apenas cria e mantém a vida no sentido biológico, mas também cria e mantém nossa capacidade de trabalhar. Isso significa moldar as pessoas para a sociedade humana em geral e para a produção capitalista em particular. Retomando a compreensão de que necessitamos de análises sobre as condições de opressão das mulheres comprometidas com a própria transformação, desenvolvemos, nesta pesquisa, uma investigação feminista. Apesar de existirem avanços e conquistas importantes no que se refere aos direitos das mulheres, o capitalismo ainda se estrutura sobre a opressão delas e das demais minorias de gênero. Em outro trabalho, Federici (2019b) analisa a continuidade da caça às bruxas atualmente, sendo esse evento histórico fundamental para a determinação do trabalho doméstico e

reprodutivo as mulheres. A filósofa demonstra, dessa forma, o quanto a violência contra as mulheres ainda é determinante para a manutenção das estruturas do capital.

Para o capital, bem como para os homens lançados a condições precárias, o valor das mulheres reside cada vez mais na mão de obra barata que elas podem oferecer no mercado por meio da venda de seu trabalho e de seu corpo, não no trabalho doméstico não remunerado, que precisaria ser sustentado por um salário masculino estável no mercado, algo que o capitalismo contemporâneo está determinado a eliminar paulatinamente, exceto para setores restritos da população. O trabalho das mulheres no lar e como produtoras de novas gerações não desapareceu, mas não é mais uma condição suficiente para a aceitação social. Ao contrário, a gravidez é muitas vezes uma desvantagem, aumentando significativamente a vulnerabilidade das mulheres à violência, na medida em que os homens se ressentem da responsabilidade que a gestação acarreta. Assim, a política econômica que emergiu recentemente estimula relações familiares mais violentas, já que as mulheres não devem depender dos homens e devem levar dinheiro para casa, mas depois são vítimas de abusos se deixam a desejar nas tarefas domésticas ou se exigem mais poder como reconhecimento a suas contribuições monetárias. (Federici, 2019b, p. 99)

A integração das mulheres na economia global é um processo violento que conta com uma cultura de impunidade no combate à violência doméstica. A pesquisadora convida-nos a organizarmos a resistência a essas violências em várias frentes. Conhecendo e compreendendo que o pessoal é político, e considerando, nas sociedades capitalistas, a reprodução social encoberta e renegada, essa pauta deve ser uma questão feminista. Enfatizam Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019): “na sociedade capitalista, **a organização da reprodução social se baseia no gênero: ela depende dos papéis de gênero e entrincheira-se na opressão de gênero.**” (2019, p. 53, grifo das autoras).

Essas questões se relacionam com as experiências das PLP realizadas por meio das ações de extensão de IPES, uma vez que sua atuação em diferentes espaços buscam dialogar com os aspectos do cotidiano de mulheres para que compreendam as estruturas de opressão e construam redes de solidariedade para combatê-las. Por isso, foi de fundamental importância o contato com as críticas realizadas pelo feminismo negro ao feminismo acadêmico que se distancia do cotidiano das mulheres.

O contato com as sujeitas da pesquisa exigiu uma aproximação com a proposta de bell hooks (2024): o feminismo é para todo mundo, deve ser acessível e compreensível para todas as pessoas; para a autora, “feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (hooks, 2024, p. 13). O patriarcado é uma forma institucionalizada do sexismo; logo, para destruí-lo, é necessário que todas compreendamos que participamos de sua disseminação até que mudemos nossa consciência e nosso coração.

No entanto, isso não é possível restringindo as discussões sobre o feminismo apenas a disciplinas acadêmicas ou incorporando-o como um “estilo de vida”, mas dissociando-o da luta política. No entendimento de hooks (2024), é necessário que retomemos às práticas do início do movimento feminista, em que havia a preocupação de conscientizar mulheres para que aderissem às políticas feministas por escolha e ação. A autora descreve organizações dos movimentos de mulheres que se assemelham à forma de organização das PLP.

No início do movimento feminista contemporâneo, os grupos de conscientização frequentemente se tornaram espaços em que mulheres simplesmente liberavam a hostilidade e a ira por serem vitimizadas, com pouco ou nenhum foco em estratégias de intervenção e transformação. Em um nível mais elementar, muitas mulheres machucadas e exploradas usavam o grupo de conscientização como terapia. Era o local em que expunham e revelavam abertamente a profundidade de feridas íntimas. Essa característica confessional servia como ritual de cura. Através da conscientização, mulheres adquiriam força para desafiar o poder patriarcal no trabalho e em casa.

[...]

É importante notar que comunicação e diálogo eram centrais na pauta das sessões de conscientização. Em vários grupos, a norma era honrar a voz de todas. As mulheres se revezavam para falar, assegurando que todas pudessem ser ouvidas. (hooks, 2024, p. 26)

A comunicação e o diálogo como elementos centrais da pauta do movimento de mulheres é uma característica muito forte dos cursos de PLP, que se relacionam diretamente com o que a Educação Popular defende e com o que se sustenta por uma extensão engajada na realização do papel social das IPES. Nos capítulos que se seguem, por tratarmos diretamente dos dados levantados a partir das entrevistas, observaremos a importância de um feminismo socialmente comprometido e da Educação Popular na estruturação e na realização dos cursos.

3 AS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES NA EXTENSÃO: COMPREENDENDO CONCEITOS E DESAFIOS



Anne Oliveira. El(a)s de nós. Aquarela e nanquim sobre papel. 2024

Eu acho que isso é muito acentuado por características das promotoras legais populares, de ser um movimento que preza muito por uma construção de afetividade, de carinho. Então, é muito bacana ter esse espaço de formação política, de formação acadêmica, e de construção de laços, de ser nutrida em todas essas direções.

Lily

E aí nada melhor do que sentar lá com elas e ouvir. Eu aprendi a escutar. Eu escuto.

Clara

Mas acho que a extensão está totalmente na desvalorização porque não entrega um produto formal, apesar de eu achar que é uma rede que entrega muito mais do que 12, 20, 30 páginas escritas em Arial 12.

Juliana

3.1 Caracterização dos cursos participantes da pesquisa

Trataremos, neste capítulo, sobre a organização dos cursos de PLP que participaram da pesquisa. Existem elementos que convergem entre eles, como as bases na Educação Popular e uma perspectiva feminista emancipatória. No entanto, cada curso se molda de acordo com as demandas e as condições locais. Organizamos as características objetivas da organização dos cursos no Quadro 3:

Quadro 3 – Caracterização dos cursos de PLP participantes da pesquisa

IPES	Início	Periodicidade	Frequência e modalidade dos encontros	Parcerias	Cursos envolvidos na coordenação	Cidade
UnB	2005	Anual	Semanal - presencial	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDF)	Direito	Ceilândia (DF)
IFG	2019	Anual	Quinzenal - presencial	UnB, Secretaria da Mulher e Delegacia Especial de Atendimento à	-	Águas Lindas de Goiás (GO)

				Mulher (DEAM).		
UFG	2019	Anual	Quinzenal - virtual	UEG	Direito	Goiânia (GO)
UFJ	2018	Anual	Quinzenal - presencial	IFG – <i>Campus</i> Jataí	Direito	Jataí (GO)
UFBA	2018	Anual	Quinzenal - virtual	Coletivo Madás, Tamo Juntas e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)	Direito	Salvador (BA)
USP	2018	Anual	Semanal - presencial	Casa da Mulher	Enfermagem	Ribeirão Preto (SP)
IFSP	2021	Anual	Semanal - presencial	Natura	-	Hortolândia (SP)
UFRJ	2016	Anual	Semanal - presencial	Casa de Referência Almerinda Gama	Direito	Rio de Janeiro (RJ)
UFF	2024	Semestral	Semanal - presencial	-	Direito	Volta Redonda (RJ)
UFPR	2012	Anual	Semanal - presencial	-	Direito	Curitiba (PR)

Fonte: Elaboração própria.

Todos os cursos são promovidos em espaços das IPES, com exceção da USP, principal forma de apoio institucional para a realização dos cursos. Os cursos da UFG e da UFBA organizam-se em encontros virtuais a partir do contexto pandêmico da Covid-19, que ocasionou a necessidade do isolamento social, e assim permaneceram (porém relataram que estudam a possibilidade de retornar as atividades presencialmente).

As PLP na UnB realizam uma formação anual desde 2005, com exceção dos anos de 2020 e 2021 devido à pandemia, buscando seguir a duração de dois semestres letivos da universidade. O curso ocorre no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), em Ceilândia (DF), espaço em que se realizam também outros projetos de extensão da instituição. A parceria mais antiga para a realização do curso é com o MPDF, porém, ao longo dos anos contou com o apoio de organizações da sociedade civil, como Centro Dandara de Promotoras Legais Populares, Ações em Gênero e Cidadania (AGENDE) e Centro de Educação Paulo Freire (Cepafre). Além da disponibilização do espaço físico do NPJ para a realização do curso, a UnB, por meio do Decanato de Extensão (DEX), disponibiliza, a partir do edital do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex), até duas bolsas para estudantes participantes do projeto. O edital da Rede de Polos de Extensão da UnB (Repe) contempla as ações de extensão desenvolvidas nas diferentes regiões de atuação

da universidade (Chapada dos Veadeiros, território Kalunga, Regional Ceilândia, Regional Paranoá/Itapoã e Regional Recanto das Emas), destinando recursos a serem divididos entre os diferentes projetos de cada polo para atividades com as comunidades, bem como duas bolsas por projeto.

O curso de Águas Lindas de Goiás realiza-se no espaço da biblioteca do IFG – *Campus* Águas Lindas desde 2019, também com pausa no período pandêmico. A principal parceria do curso é a UnB, que compartilha bolsistas e verbas com o curso em algumas atividades conjuntas. Também já contou com a parceria da Secretaria Municipal da Mulher e a Deam. Pelo perfil dos IF, que difere do das Universidades, não há um curso diretamente ligado à organização do instituto. A coordenação que gere o vínculo com a instituição e realiza o curso é feita por uma Técnica Administrativa em Educação, assim como as demais servidoras que contribuem com sua realização. Há pouca participação de docentes na construção e na realização do curso, organizado principalmente pela professora de Filosofia da instituição. A concessão de recursos financeiros pelo IFG não é garantida anualmente, uma vez que os 14 *campi* do Instituto concorrem anualmente a um único edital voltado para a realização de ações, projetos e programas de extensão. No ano de 2021, as PLP de Águas Lindas foram contempladas e obtiveram recurso para pagamento de bolsas, transporte e materiais de consumo voltados à realização dos cursos de 2022, em Águas Lindas e Jataí. Porém, nos anos seguintes, não houve esse fomento, mas apenas os advindos de atividades conjuntas com a UnB e como estudante bolsista.

Na UFG o projeto de extensão para a realização do curso de PLP iniciou-se em 2019, com uma oferta anual que, a partir do isolamento social causado pelo início da pandemia de Covid-19 em 2020, passou a ser virtual. A principal parceria do curso é a UEG; uma vez que o projeto esteja regularmente cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, é possível pleitear uma bolsa para estudante. Até o período da realização das entrevistas (março de 2024), o projeto estava com dificuldades de renovação em função das entregas de relatórios na Faculdade de Direito e de haver um docente do quadro efetivo do curso que assumisse a coordenação do projeto. Durante os anos de 2022 e 2023, a coordenação foi feita pela Professora Dra. Isabelle Chehab, cujo vínculo era como professora substituta; no entanto, mesmo com o fim do contrato, a professora se manteve à disposição para continuar com a coordenação do projeto, mantendo o vínculo com a UFG a partir da pós-graduação.

Na UFJ as PLP começam sua atuação em 2018, a partir do projeto de extensão Gênero, Direito e Violência – Libertárias, do curso de Direito, que organizava o grupo de

estudos sobre gênero. As participantes do projeto realizavam formações curtas na universidade, nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e na Unidade Prisional feminina da cidade. Em 2022, iniciou-se a formação anual, seguindo os dois semestres letivos da universidade, em parceria com o IFG – *Campus Jataí*, que permanece atualmente. No ano de 2024, o projeto não teve bolsistas; porém, para o ano letivo seguinte, a formação de PLP entrará nos projetos curricularizáveis, tendo uma bolsa para estudante prevista pela UFJ.

As PLP na UFBA estabelecem-se a partir de uma demanda das estudantes organizadas no Coletivo Feminista Madás, a partir da formação com as trabalhadoras terceirizadas da instituição em 2018. Em 2020, o projeto iniciou uma parceria com a organização feminista Tamo Juntas – Assessoria Multidisciplinar Gratuita para Mulheres em situação de violência, a fim de ampliar o público externo para o curso. Outra parceria foi com a Unilab, no ano de 2021. Também em função do contexto pandêmico, os encontros ocorriam de maneira virtual e assim permaneceram, mas há a possibilidade de ofertar o curso de maneira híbrida. Para conseguirem pleitear recursos financeiros da universidade, buscam uma mudança na natureza do projeto para uma componente curricular do tipo Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS), com recursos específicos da Proext para promover a curricularização da extensão.

Assim como na UFBA, as PLP na USP começam para atender uma demanda da comunidade por intermédio da Casa da Mulher de Ribeirão Preto (SP), conforme informamos. Porém, diferentemente dos demais projetos analisados, este caminha com autonomia em relação à universidade, com uma parceira da Casa da Mulher e não o contrário, colaborando com bolsistas que atuam na formação de PLP e servidoras que promovem oficinas, bem como realizando outros projetos voltados para o atendimento às mulheres em situação de violência. A oferta começou com encontros semanais e presenciais ao longo de um ano letivo; no entanto, já ocorreu também de forma virtual e híbrida, dependendo da demanda e das condições para a realização do curso.

No IFSP, como visto, a formação de PLP ocorre a partir da cessão do espaço do *campus* para que a Associação Cida da Terra promova a formação na cidade de Hortolândia (SP). No ano de 2024, o curso foi organizado na cidade de Monte Mor, vizinha à Hortolândia. O instituto atuou como mediador para a obtenção do local, em uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação da cidade, que continua sendo o certificador do curso. A ideia é formar mulheres para darem continuidade com a formação de PLP em Monte Mor para que, no ano seguinte, as formações voltem para Hortolândia.

Embora não existam estudantes bolsistas nem verba de extensão do IFSP especificamente para o curso, a instituição destina materiais de consumo, lanche, acesso à biblioteca e aos demais espaços institucionais para as cursistas. Como parceria para fomento financeiro, conta com verba do Instituto Natura, por intermédio da coordenadora do curso, Mara Ester.

O curso da UFRJ começou em 2016 com oferta semestral e encontros semanais. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi uma parceira importante, pois destinava recursos para que mulheres da União de Mulheres de São Paulo se deslocassem para o Rio de Janeiro a fim de colaborarem com a estruturação temática e organizacional da formação de PLP; em contrapartida, cinco vagas do curso eram destinadas para advogadas nomeadas pela OAB. Durante a pandemia, essa parceria foi encerrada e hoje o curso conta com a colaboração da Casa Almerinda Gama, uma organização que acolhe mulheres em situação de vulnerabilidade. O projeto contempla duas bolsas de extensão para estudantes, a partir de recurso da UFRJ.

O mais recente dos cursos analisados foi o da UFF, estabelecido na instituição em 2024 e vinculado ao Laboratório de Justiça, Ambiente, Cidades e Animais (Lajaca), do Departamento de Direito da universidade. A oferta é semestral, acompanhando à disciplina Direito e Sexualidade. Além do Lajaca, não existem outras parcerias para sua realização e ainda não houve destinação de bolsas.

Na UFPR, o curso de PLP também se vincula ao curso de Direito desde 2012. Com oferta anual e encontros semanais, não conta com parcerias externas para sua realização, porém há uma bolsa de extensão para estudantes da universidade. Do curso de Curitiba, surgem as PLP Perifa, realizando a formação na região metropolitana, em Colombo e Pinhais, tendo como principal parceiro o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (Cefuria).

A partir da caracterização dos cursos que participaram da pesquisa, iniciaremos o debate das categorias elencadas com as entrevistas para observarmos como a extensão colabora para a educação voltada à igualdade de gênero.

3.2 Conceituando a extensão, suas dores e delícias

Interessadas em conhecer a realização dos cursos de PLP a partir da extensão nas IPES, é relevante compreendermos por qual conceito de extensão as entrevistadas se

orientam, refletindo sobre como essas compreensões são significativas para a construção de uma extensão popular e comprometida socialmente. As entrevistadas também expressaram o que compreendem como benefícios e dificuldades de realizar a extensão nas instituições em que estão inseridas, além de algumas apontarem possibilidades sobre o processo de curricularização da extensão, que se iniciou a partir da Resolução n. 7 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2018).

Quando questionadas sobre o que elas compreendiam por extensão, a conceituação elaborada se organiza a partir de quatro eixos: i) a extensão como ponte entre as IPES e a comunidade; ii) um espaço de construção de novos saberes não hierarquizado; iii) uma função social em que as IPES devolvem para a sociedade o investimento feito nelas; e iv) uma práxis educadora das IPES. Observemos as análises e as verbalizações que contribuíram para a análise no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Conceito de extensão

Categoria: Conceito de extensão		
Eixo de aproximação	Análise	Verbalizações
Extensão como ponte entre as IPES e a comunidade	A extensão é compreendida como a principal forma de aproximar as IPES da comunidade em que ela está inserida, permitindo que construam uma nova noção da realidade, mais próxima da prática. Também promove à comunidade a ocupação do espaço das IPES, muitas vezes desconsiderado como um espaço público e de uso coletivo.	<i>Cora</i> : “Eu acho que ser educador, mais do que ser professor, é você trabalhar a partir da realidade local. E eu acho que a extensão é a única coisa dentro da universidade que faz isso.”.
		<i>Geovana</i> : “E foi algo muito marcante, porque fazer extensão é efetivamente não só apenas a extensão da universidade pra fora, mas é você se permitir, permitir que a universidade seja acoplada à sociedade, de fato. De fato, cortar uma barreira que é quase que intransponível entre universidade e não-universidade.”.
		<i>Carla</i> : “a extensão é poder dialogar com a comunidade, é poder trazer a comunidade para dentro do <i>campus</i> .”.
		<i>Caroline</i> : “extensão que é essa ponte entre aquele conhecimento teórico produzido e os espaços de atuação.”.
		<i>Sirlene</i> : “é uma oportunidade que a gente tem de pegar os conhecimentos que a gente tem, que às vezes está lá, são conhecimentos teóricos que a gente adquiriu em sala de aula, para a gente poder usar, aproximando com a comunidade. Então, eu vejo que ele é uma ação mesmo de processo, de formação continuada, com caráter educativo, caráter social, caráter cultural, científico também.”.
		<i>Clara</i> : “a universidade tem uma escadaria ali na frente. É como se você descesse aquela escadaria. Mas assim, agora eu vou pensar a realidade dessas pessoas que realmente precisam da efetivação dos seus direitos.”.

<p>Espaço de construção de novos saberes não hierarquizados</p>	<p>A extensão é compreendida como uma experiência que permite a construção de saberes não desenvolvidos nos espaços de ensino e pesquisa das IPES, os quais estão comprometidos com as demandas de transformação social, sem hierarquizar os conhecimentos produzidos nas IPES com o conhecimento construído com a comunidade.</p>	<p><i>Gabriela Luiza:</i> “entendendo que a universidade, principalmente universidade, enquanto produção de conhecimento, só se complementa na extensão também com a sociedade, podendo transmitir isso... Acho que não só transmitir, quando a gente coloca transmitir o conhecimento, é como se as pessoas não soubessem ali, mas acho que a partir da extensão também, a gente, nós mesmas enquanto extensionistas, enquanto professoras, voluntárias, podermos também conhecer a realidade, se informar dos problemas, das noções.”</p>
		<p><i>Lily:</i> “na extensão a gente tem a possibilidade de perceber o efeito que a universidade pode ter na vida das pessoas que não são nem estudantes, nem funcionárias da universidade, mas que se tornarem também extensionistas, extensionistas não universitárias. Elas têm uma experiência ali que lhes é significativa, que é potente, que enseja outras experiências. Então, pra mim, é muito gostoso poder fazer algo e perceber, no próprio contato com as pessoas que estão construindo aquilo junto comigo, como o que a gente tá fazendo tem uma importância, tem uma relevância e produz alguma diferença.”.</p>
		<p><i>Cora</i> “E eu acho que a extensão é o que traz a vida à universidade, é o que traz essa relação com a comunidade, é o que traz a afetividade, a sociologia dos afetos que a gente fala, né? É o que traz o brilho pra dentro da universidade, é o que faz os alunos terem essa relação, por exemplo, do direito, com o que existe no nosso país.”.</p>
		<p><i>Caroline</i> “é na extensão, são com as comunidades tradicionais, com os povos de terreiro, são esses elementos, são os movimentos negros, são esses espaços que estão alimentando a academia hoje para que, de fato, a gente produza um conhecimento.”.</p>
		<p><i>Sirlene:</i> “a gente não vai só levar o conhecimento. A gente tem que ter... receber conhecimento também, trocas, né? Porque senão fica parecendo assim, que a gente detém o poder e chega lá só pra entregar, né, pro povo. Não, é uma troca de experiências ali.”.</p>
		<p><i>Camila</i> “extensão está necessariamente ligada a alguma forma de conexão da universidade com a sociedade. E de uma forma que essa conexão se faça, não de uma forma hierarquizada. [...] é realizar atividades em interação com outros espaços e comunidades de produção de saberes num nível não hierarquizado com aquela consciência que a universidade também aprende. Não é só a universidade que está levando a verdade ou uma solução. Nessa interação entre a</p>

		universidade e essa comunidade, a universidade está aprendendo.”.
Função social	A extensão é entendida como uma obrigatoriedade de as IPES devolverem o investimento feito pela comunidade para seu funcionamento, meio pelo qual é possível realizar a função social das instituições, construindo respostas para as demandas sociais locais.	<i>Rosa Vanessa</i> “é responsabilidade social [...] conseguir devolver para a sociedade o que ela está doando e gastando o tempo e dinheiro, muito dinheiro, inclusive, nessas pessoas.”.
		<i>Gabriela Luiza</i> “a partir do momento que a gente está numa instituição pública de ensino, a gente tem um certo compromisso ali de... de... não devolver, mas eu acho que atuar praticamente ali com o meio social com a sociedade poder levar o conhecimento, a educação, as ações de extensão para fora do ambiente da universidade. Então, eu acho que as próprias instituições de ensino, enquanto instituições públicas federais, no Brasil só se complementam, só têm a sua razão de existir a partir dessa noção.”.
		<i>Geovana</i> “é muito impactante quando a gente vê a importância de um curso como o das PLP lá na universidade, porque a gente consegue perceber as limitações da universidade pública no alcance de outras pessoas. E a gente também já começa a se questionar do porquê que a universidade pública, que é pública, não está alcançando o público. Por que que não está? E por que que não está chegando? E por que que essas pessoas não se sentem confortáveis em adentrar um espaço público?”.
		<i>Lily</i> : “fazer extensão é a possibilidade de estar realizando uma função de transformação social da universidade.”.
		<i>Thalita</i> “eu estou devolvendo para a população o investimento que eles fazem com os impostos na minha educação. Porque a educação é pública, mas não significa que não tem um custo.”.
		<i>Juliana</i> “a extensão realmente proporciona que as respostas sejam feitas, que a sociedade esteja interligada. Então, eu acho que fazer a extensão é conseguir responder para a sociedade, é conseguir ansiar, é conseguir cobrar, é conseguir dar um olhar crítico para quem está oficialmente, eu diria, dentro da universidade, mas todos estão, ali na extensão, de fato com a universidade.”.
Práxis educadora	A extensão é compreendida como a oportunidade de as IPES se reeducarem, desenvolvendo ações a partir de reflexões construídas coletivamente nos espaços em que atuam.	<i>Livia</i> “está mais associada com uma práxis, uma ação reflexiva, que é o que a extensão pode promover, né, se ela for bem-feita”.
		<i>Isabelle</i> “ela traz essa possibilidade de encaixe genuíno daquilo que a gente acha que vai aprendendo e daquilo que a gente tem convicção que pode transformar. Então, eu acho que a extensão, ela chega justamente aí, né, para dar esse elo.”.
		<i>Camila</i> “Não é só a universidade que está levando a verdade ou uma solução. Nessa interação entre a universidade e essa comunidade, a universidade está aprendendo. A gente está trazendo inputs para a

		universidade, para a construção do conhecimento no âmbito científico e acadêmico.”.
		<i>Christiane</i> “é abrir as portas da universidade para que a universidade se permita se reeducar. Porque a gente aprende, é uma troca tão rica, a gente aprende muito mais do que a gente procura, na nossa empáfia acadêmica, achar que a gente vai passar, alguma coisa não, é o contrário. [...] E eu acho que trazer cursos de extensão, essa atitude de promover cursos de extensão faz com que esses próprios coletivos se sintam respaldados e energizados para uma mudança interna da própria universidade. Então, não só a mudança da sociedade, mas a mudança da própria universidade.”.
		<i>Cora</i> : “Eu acho que a extensão é fundamental para recuperar a universidade para a comunidade.”.

Fonte: Elaboração própria.

A maioria das falas das entrevistadas compreende a extensão como uma possibilidade de transformação social, mesmo quando designam à extensão o papel de responder às demandas sociais. Logo, essas respostas foram realizadas por meio do diálogo e da construção coletiva de saberes e proposições.

A compreensão da extensão como práxis educadora dialoga com a perspectiva freiriana de extensão, na qual não é possível pensar uma separação entre comunidade e extensionistas, entre educandas e educadoras, entre sociedade e IPES. A práxis pressupõe uma interação radical entre reflexão e ação, entendida por Freire (2016) como possibilidade de transformação do mundo.

O diálogo estabelecido nos cursos de PLP estudados procura construir saberes em conjunto. É perceptível que as entrevistadas têm o cuidado com termos como “transmitir” ou “levar” o conhecimento, compreendendo que é uma relação de trocas. Concordando com Freire (1979, p. 42), a práxis se realiza no diálogo, uma vez que é nele que acontece o encontro entre reflexão e ação “inseparáveis daqueles que dialogam, orientam-se para o mundo que é preciso transformar e humanizar”. Essa indissociabilidade a ser construída na extensão permite estabelecer uma análise crítica quando essa troca não se realiza. Renato Hilário dos Reis (1996) critica a extensão promovida de forma “eventista-inorgânica”: as IPES intitulam-se como o *locus* do saber enquanto a sociedade é o *locus* da ignorância, que recebe e consome o saber. O autor defende (e nós corroboramos com essa visão) que a extensão se realize de maneira “processual-orgânica”: ensino e pesquisa devem caminhar juntos em uma parceria político-pedagógica com a sociedade, a fim de produzir saberes para a emancipação tanto das IPES quanto da sociedade.

Percebemos, nas conceituações trazidas pelas entrevistadas, a compreensão da extensão como possibilidade de formação crítica, que permite olhar de maneira mais próxima e sensível a realidade que vivenciam, bem como a possibilidade de construir coletivamente conhecimentos que são transformadores para as IPES e para a sociedade. É muito notória essa percepção quando analisamos a categoria “Benefícios da extensão”, a qual, em vários momentos, se mistura com a com a categoria “Transformações pessoais com a extensão”, discutida em outro momento. Porém, enfatizamos desde já que um importante benefício, a partir da extensão, são as mudanças na visão de mundo alcançadas pelas extensionistas.

Questionamos às entrevistadas o que elas consideravam, ao se realizar extensão, benefícios e vantagens, em contraposição às dificuldades e desvantagens. Começaremos analisando o que elas consideram de positivo. Foram muitas verbalizações muito significativas, no entanto, fizemos o exercício de elencar as que consideramos as mais importantes.

As estudantes enfatizaram a possibilidade de encontrar pessoas que dificilmente conheceriam se não fosse a atuação nas PLP; desse modo, é uma oportunidade importante para ampliar a forma como apreenderam a teoria e poder construir uma trajetória profissional alinhada às demandas sociais. Para as servidoras, a extensão é uma oportunidade de transformação das IPES, aprofundamento da relação com o ensino e a pesquisa, e conexão entre a teoria e a prática. Destacamos as verbalizações, organizando-as nos eixos: Construção de Redes, Compreensão crítica da teoria, Transformação das IPES e Identificação e conexão com as demandas sociais (Quadro 5).

Quadro 5 – Benefícios da extensão

Categoria: Benefícios da extensão		
Eixo de aproximação	Análise	Verbalização
Construção de Redes	O contato com a comunidade e a vivência na formação de PLP, permite a construção de redes de apoio, de contatos profissionais, com professores de outros cursos, permitindo, principalmente para as estudantes, uma vivência mais	<i>Francielle</i> “faz com que a gente tenha acesso a diversas pessoas dentro da faculdade, professores, a gente tem mais acesso a eles, eu acho que isso é um benefício muito grande para o... como aluna.”.
		<i>Isabella</i> “E aí foi onde eu conheci muitas mulheres que são referência, né? [...] Uma vantagem é que quando a gente conhece, a gente conhece outros projetos, outras pessoas, outros ambientes, né?”.
		<i>Lily</i> “a extensão ela me possibilitou aprender sobre o funcionamento de diversas coisas, inclusive da própria universidade. No caso das PLP, o funcionamento da rede de proteção à mulher aqui na cidade de Salvador, conhecer mulheres que tem uma atuação política e profissional que eu acho muito interessante e passar a integrar uma rede junto

	<p>enriquecida das IPES.</p>	<p>com elas que pode ser mobilizada e foi mobilizada inclusive fora do projeto promotoras legais populares.”.</p> <p><i>Bianca</i> ““E aí eu entrei no curso das PLP, ainda estudando na PUC. Conheci a Cris, conheci a Trota. E aí, pô, mas foi uma bagagem tão grande, um arcabouço assim, porque no curso das PLP, além das facilitadoras, como você, mestrandas, doutorandas, as doutoradas... Além dessa bagagem teórica, vem também as facilitadoras, que são a parte prática do dia a dia. E aí trazem para a gente os dois mundos. E fora a troca, dentro da sala de aula, aquelas várias experiências, uma turma super heterogênea [...] No sentido de me formar na formação pessoal, que me cerca mais de conhecimento. O próprio network, porque a aplicação do direito sobre a perspectiva de gênero e raça, é claro. Muito importante para mim, porque me desenvolve na minha área pessoal, na minha área profissional, na minha área social, porque é onde eu me encaminho. Os trabalhos que eu consegui até hoje, a questão das amigas, das relações, do próprio coletivo, tudo isso foi em torno do próprio curso das PLP. Parando agora para pensar, foi muito isso, foi um ponto focal.”.</p>
<p>Compreensão crítica da teoria</p>	<p>A relação com a teoria trabalhada nos cursos muda, uma vez que se adquire a experiência prática na vivência com as PLP. É perceptível uma ampliação na compreensão dos conteúdos, bem como a ressignificação deles, uma vez que passam a ser enxergados a partir da vivência. A extensão permite uma formação crítica, tanto às estudantes quanto às docentes, uma vez que promove uma imersão na realidade social.</p>	<p><i>Francielle</i> “o benefício também é que a gente sai dessa bolha, a gente não fica só lendo coisas que foram produzidas há 90 anos, que não tem muito contato com a nossa realidade.”.</p> <p><i>Lívia</i> “Difícil pensar nos sentidos de direito e de justiça, porque aquilo que a gente fazia no projeto não batia com o que era dito na sala de aula. [...] Mas eu só... consegui acreditar nesse direito, pensar nesse direito, priorizar o direito nessa perspectiva, porque eu fazia extensão universitária, porque eu estava em diálogo constantemente com a sociedade, com as suas demandas, com as suas aflições, com as suas desigualdades, em contato com os meus privilégios também nesse momento. Então, isso é que possibilitou que eu tivesse uma perspectiva crítica do conhecimento que eu estava elaborando.”.</p> <p><i>Christiane</i> “Eu acho que a atuação seja uma atuação proposital, ou seja, como uma decorrência direta das reflexões feitas em sala de aula, feita nesses encontros, me parece que isso acaba podendo se transformar efetivamente em ações e se desdobrar em questões maiores do que a própria questão do enfrentamento à violência contra a mulher ou dos direitos humanos da mulher. Acho que isso acaba se desdobrando bem além mais disso.”.</p> <p><i>Laysi</i> “bobo o estudante que não quer se envolver nisso. É um negócio assim, ao invés de você ter cinco anos ou sei lá quantos anos de apenas teoria, você vai vendo na prática e você já vai testando a água.”.</p> <p><i>Rosânia</i> “Estou aprendendo coisas novas com as outras meninas, que já estão há muito tempo lá. É assim, para mim é uma experiência, cada encontro que a gente tem é um encontro diferente, um do outro.”.</p>

		<p><i>Camila</i> “tem uma vantagem de te chamar para a realidade, porque a universidade, ela sempre está atravessada por esse risco de uma abstração tão assim, patológica, que ela simplesmente esquece a realidade. [...] a extensão tem essa vantagem de chamar para a realidade e alertar sobre todos esses riscos, porque, de fato, o conhecimento jurídico é um conhecimento de poder prático real.”.</p> <p><i>Gabriela Luiza</i> “É engraçado, quando a gente estuda sociologia, a sociologia do direito é muito bom isso, porque a gente não vê que o direito tá só ali naquilo que é posto, naquilo que tá no código, na constituição, mas que ele se realiza na prática, na sociedade, todos... todos os dias, a todos os momentos, e como é importante.”.</p>
Transformação das IPES	A realização da extensão permite a mudança dentro das próprias IPES, que organizam sua institucionalidade focadas principalmente no funcionamento do ensino, e a extensão exige novas organizações uma vez que produz conhecimento de forma distinta.	<p><i>Clara</i> “Porque daí elas começam a fazer parte daquele lugar e todo mundo de alguma maneira começa a perceber isso e começa a entender como é importante que a comunidade entre na universidade, não só pelo compartilhamento de experiências, vivência, mas por essa convivência que é tão rica, que quebra tanto essa coisa, essa superioridade, essa coisa acadêmica, esse academicismo.”.</p> <p><i>Sirlene</i> “as trocas de experiências, quando a gente consegue essa aproximação com a comunidade, acho que é uma oportunidade da comunidade conhecer a universidade, a gente conhecer a comunidade e fazer essa troca de experiências mesmo.”.</p> <p><i>Caroline</i> “Então, as pessoas vêm aqui e se utilizam do espaço. Então, a gente também tem esses projetos. Então, realmente, é uma instituição de ensino pública a favor da cidade, da região, sem restrições. Quem faz isso é a extensão. Se a gente não fizesse extensão, a gente não teria essa vinculação comunitária.”.</p> <p><i>Christiane</i> “A gente é trazer mulheres negras, mulheres periféricas, mulheres de favela, movimentar o espaço, construir perspectivas de atuação política, mexer com as estruturas, enfim, eu acho que esse é o grande ganho coletivo, sabe?”.</p> <p><i>Geovana</i> “um projeto que expande essa rigidez da institucionalidade, né? Então, é um projeto que muitas vezes a gente até esquece, eu esqueço que eu faço parte de um projeto de extensão com essa nomenclatura, porque eu estou fazendo parte, efetivamente, de uma vivência social muito específica e diversa, não apenas social, política, econômica também.”.</p>
Identificação e conexão com as demandas sociais	Ao construir diálogo com a comunidade, a extensão permite que as participantes se reconheçam como parte de uma realidade de opressão e queiram transformá-la. A extensão passa a dar sentido às atividades junto às IPES, uma vez que a construção do conhecimento se orienta por uma	<p><i>Geovana</i> “eu, enquanto uma pessoa negra, não me via nos locais onde eu estava, entendeu? Não me via nas salas, ninguém, os professores. Uma dinâmica bem professores brancos, alunos negros, né? Uma hierarquia, né? Enfim. Então... E quando eu entrei na extensão, uma das vantagens foi eu me encontrar de novo efetivamente com aquilo que me preenche, sabe? Que é o convívio com pessoas de verdade, né? Não com atores, porque as pessoas na universidade atuam muito, né? E efetivamente estar ali presente e ouvindo pessoas falando o que elas acreditam. Muitas vezes não é o que você acredita, né? Então, é essa troca mesmo, sabe? Acho que as trocas que eu tive nas PLP foram muito ricas e me recuperaram de novo esse... Ah, essa vontade mesmo de estar na universidade, de estar por lá e de circular por aquele espaço.”.</p>

práxis emancipadora, permitindo uma nova perspectiva da atuação profissional.	<i>Isabella</i> “Quando vê que a comunidade quer estar ali, quer falar, quer participar, dá muito mais força e vontade de a gente ir e ouvir.”.
	<i>Laysi</i> “... Eu vou desmistificar isso com vocês para que vocês usem no dia a dia, para que na hora do postinho, na delegacia, na audiência pública, vocês consigam usar. E é para usar assim esse latim, essa caramba toda do direito. É lindo de ver. É lindo de ver, assim, de verdade. E é muito legal os benefícios concretos que você consegue ver que essas mulheres trazem para elas, falando especificamente de PLP, a mudança de vidas.”.
	<i>Juliana</i> “E aí, a última atuação que a gente teve, que foi em Volta Redonda, foi incrível. Eu não tenho palavras, foi incrível. Foi humano e a gente conseguiu fazer uma troca, a gente conseguiu entender onde estão as lacunas, a gente conseguiu conversar. [...] A gente vai entendendo qual é o papel do Estado, do município, quem que está devendo um pouco nisso e continuar. Além da pesquisa, também a ação, realmente cobrar esses órgãos. A gente precisa dessa cobrança.”.
	<i>Lívia</i> “a sala de aula só tinha sentido porque eu fazia extensão. A sala de aula ali era um espaço anódino e conservador. E muito... Não só descolada à realidade, né? Pensar na sala de aula na graduação em direito, a gente aprendeu direito na forma dogmática, como o saber dado. E dado por quem ainda tinha poder. E, quando eu ia para a extensão, pros projetos de Educação Popular e da assessoria jurídica universitária, a gente trabalhava com Educação Popular, com mídia comunitária, uma sessão do programa coletivo... Então eu participei de projetos de extensão em penitenciárias, feminino e masculino, com Educação Popular. Ali o direito fazia sentido, mesmo não conseguindo, na época, teorizar muito bem o que eu estava fazendo ali. Se o que eu estava fazendo ali tinha realmente alguma relação com o direito e tal.”.
	“A produção, a capacidade de perspectiva crítica que a gente tem, que a gente não teria se não estivesse fazendo extensão. [...] E tudo que eu vou pensando e rediscutindo que está ali é o que eu vou aprendendo na prática extensionista. Se não fosse pela prática extensionista, há vários conhecimentos que eu não conseguiria ter produzido, pensado. Acho que essa é a maior vantagem mesmo. Um nível de realização constante, a qualidade da produção que a gente consegue exercer e um espaço que a docência adquire um sentido realmente de transformação, de reflexão, de aprendizado.”.
	<i>Rosa Vanessa</i> “. Tem toda uma questão múltipla que extravasava. E aí, lidar com diferentes públicos, é aprender a lidar com diferentes públicos. Então, isso foi um ganho super, muito bom, que eu vou levar para o resto da minha vida, de ser desenrolada. Desenrolada. As mulheres me ensinaram a ser desenrolada.”.
<i>Clara</i> “E, lógico que isso me faz pensar em tudo aquilo que eu tenho tudo aquilo que eu tenho estudado, tudo aquilo que eu tenho ensinado, então eu vou para a sala de aula e também	

		acabo trabalhando os temas com os meus alunos de uma maneira completamente diferente. Toda essa mudança de olhar, tanto para pesquisa quanto para o ensino, como isso determinou minha forma de trabalhar com os temas que eu vinha já trabalhando.”.
--	--	---

Fonte: Elaboração própria.

Refletir sobre os benefícios ao se realizar extensão é compreendê-la como um potencial de transformação benéfico ao funcionamento das IPES, intensa relação das estudantes com seus processos de aprendizagem e desenvolvimento do ensino e da pesquisa por parte das docentes, promovendo uma consciência crítica e comprometida socialmente. O principal benefício da extensão é a realização do compromisso social das IPES, por influenciar e colaborar com políticas públicas; e no caso do projeto de formação de PLP, fortalece o movimento de mulheres que atuam na promoção da igualdade de gênero e dos direitos humanos. Também foi possível elencar outros benefícios muito significativos, como a possibilidade da construção de novos conhecimentos, retroalimentando o ensino e a pesquisa; a construção de uma relação de pertencimento da comunidade com as IPES, que são públicas; a atribuição de sentido na trajetória profissional, tanto de estudantes como de servidoras; e a ampliação dos horizontes de análise, uma vez que se estabelece uma nova relação entre teoria e prática.

No entanto, tudo isso só é possível na realização da extensão que se comprometa em comunicar e ter a comunidade como uma “parceria política, epistemológica e pedagógica; numa relação mutuamente transformante” (Reis, 1996, p. 44). Existem múltiplos desafios para a realização dessa extensão: dificuldades estruturais, que incluem falta de financiamento; espaços adequados; servidores capacitados; e dificuldades no reconhecimento das atividades extensionistas nas dinâmicas organizacionais das IPES, que priorizam o ensino e a pesquisa, respectivamente, deixando a extensão por último.

Mesmo tendo aspectos positivos tão potentes elencados pelas entrevistadas, as dificuldades e as desvantagens de realizar a extensão foram muito enfatizadas ao longo das entrevistas. Todos os elementos elencados servem, portanto, para pensar as políticas públicas de educação e perceber como o sucateamento das IPES é sentido por aquelas que vivenciam a extensão.

Na categoria “Dificuldades da extensão”, organizamos as verbalizações a partir dos seguintes eixos de aproximação: dificuldades estruturais; falta de reconhecimento e engajamento; carga horária e burocracia excessiva; e, por fim, a incoerência na padronização da extensão. Essa foi a categoria com mais verbalizações, o que é bastante

simbólico, pois gera certa dificuldade em elencar as que estariam aqui. Destacamos as que consideramos principais no Quadro 6 – Dificuldades da extensão , a seguir.

Quadro 6 – Dificuldades da extensão

Categoria: Dificuldades da extensão		
Eixo de aproximação	Análise	Verbalizações
Dificuldades estruturais	As IPES, apesar de terem como princípio a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, foram dimensionadas para priorizar as atividades de ensino. Com isso, a realização das atividades extensionistas encontram dificuldades com relação aos espaços físicos, que geralmente são adaptados para que possam receber a comunidade; ao número baixo de servidores que atendam às demandas dos projetos e, principalmente, a baixa quantidade (ou inexistência) de recursos para a realização da extensão.	<i>Lívia</i> “A gente tem pouco financiamento, né? Por exemplo, agora a gente estava concorrendo a edital para a bolsa, para ganhar uma bolsa, no máximo duas, a gente não tem tanta sorte. E até um professor perguntou: ‘mas a gente não pode pedir material?’ Tipo, material de consumo, tipo, folha, papel sulfite, canetinha, essas coisas? Responderam ‘você pode pedir do seu próprio bolso’, tipo, essas coisas. Não tem um financiamento mínimo, né, para coisas estruturais, para alimentação.”.
		<i>Caroline</i> “O Instituto, ele não foi dimensionado para as atividades extensionistas. Porque, assim, a nossa instituição, ela é organizada, né? O nosso <i>campus</i> e a maioria dos <i>campus</i> , 70 docentes, 45 técnicos administrativos, para atender 1.500 alunos. Mas é para atender 1.500 alunos regulares em cursos de elevação de escolaridade. E não para ações extensionistas, por mais que isso esteja como uma prerrogativa nossa. Então, se você realmente bota o pé e mobiliza ações extensionistas, você explode a estrutura.”.
		<i>Carla</i> “Essa parte do fomento é a parte mais triste, né? Quando a gente vai falar de extensão, é muito pouco, né? E a instituição mesmo, né? Também tem muito pouco. Ano passado, o edital foi só uma bolsa por <i>campus</i> , por faixa de financeira, né? Era uma bolsa, era projetos de 8 mil, de 16 mil, e aí tem o edital que tira um <i>campus</i> , um projeto por <i>campus</i> , né? São 14 <i>campus</i> .”.
		<i>Camila</i> “é uma questão orçamentária, porque geralmente quando existe esse diálogo com a sociedade, também a universidade não pode achar que vai ficar parada no seu lugar e somente as pessoas vão até ela. Ela tem que ir muitas vezes. Então isso exige dinheiro, exige recursos, não só financeiros propriamente, mas recursos de vários níveis para que a gente possa realizar esse diálogo que envolve muitas vezes circulação, mobilizações, exige algum tipo de subsídio para que isso aconteça.”.
		<i>Christiane</i> “Para as mulheres a desvantagem de você não ter um apoio para se deslocar, para estar nesses espaços de convivência. as urgências do capitalismo fazendo com que não haja esse espaço, esse momento de reflexão e de acolhimento e de escuta sensível. Então, é uma desvantagem porque a gente sempre precisa estar espremida dentro do turbilhão e do furacão. E isso acaba fazendo com que muitas mulheres nem mesmo consigam participar.”.

		<p><i>Laysi</i> “Geralmente as pessoas e estudantes que se interessam por extensão, promotoras legais populares ou extensão por si só, pelo menos ali na USP, não são pessoas que têm dinheiro. E aí, como eu te disse, não ter uma bolsa é um problema, é uma questão.”.</p>
		<p><i>Lily</i> “É muito frustrante não ter recursos para viabilizar coisas que seriam interessantes, viabilizar a participação de pessoas. O projeto PLP é uma iniciativa que tem como público-alvo, é aberta para todo mundo, mas que tem o objetivo de atingir mulheres que estão em algum nível de vulnerabilidade socioeconômica. Então, quando a gente vai pensar em fazer a turma presencial é uma dificuldade que a gente não possa oferecer um lanche, é uma dificuldade que a gente não possa oferecer um auxílio transporte. É uma dificuldade que a gente não tenha bolsas de extensão, que seja difícil conseguir bolsas de extensão.”.</p>
		<p><i>Isabella</i> “Essa questão de transporte, tanto para as cursistas, mas também paraicineiras. Então, por exemplo, nem sempre a gente... Nem sempre não, né? A maioria das vezes a gente tem que tirar do nosso bolso.”.</p>
		<p><i>Geovana</i> “A gente sente, enquanto a gente tá fazendo ali extensão e tal, que existem desvantagens inerentes à própria estrutura de investimento na extensão, sabe? Então, nas PLP, a gente, por exemplo, precisava ajudar algumas mulheres a vir de ônibus. E a universidade não tinha o subsídio pra gente, por exemplo, poder pagar a passagem pra essas mulheres irem. Não tinha subsídio pra poder comprar comida.”.</p>
		<p><i>Gabriela</i> “a gente entende ali, o auxílio financeiro é importante justamente pra questão de locomoção, organização das atividades do projeto. Se você quer fazer algo presencial ali, você quer, sei lá, fazer um lanche ali para as pessoas, tem que ter uma verba pra isso.”.</p>
<p>Falta de reconhecimento e engajamento</p>	<p>A realização dos projetos de extensão, apesar de seus impactos sociais benéficos, não é reconhecida com a devida importância dentro das IPES, o que dificulta o engajamento de servidores e estudantes, que preferem se dedicar às atividades de pesquisa e ensino, que recebem maior reconhecimento institucional e nos espaços acadêmicos.</p>	<p><i>Cora</i> “E a extensão dentro da universidade, ela é... Não diria que ela é malvista, mas ela é menos... Eu já ouvi de muitos colegas, mas você fica perdendo tempo com a extensão, você poderia estar escrevendo um artigo, você poderia estar fazendo isso. Estar num Congresso, estar escrevendo um artigo numa revista. É colocado o Ensino, não à toa que a prova do concurso público não exige nada de extensão, ela exige que você dê uma aula. Em segundo lugar, a pesquisa. E por último, a extensão. Então, a extensão sempre foi relegada para o último plano da universidade.”.</p> <p><i>Juliana</i> “Eu acho que a desvantagem maior é a falta de valorização. Pra mim é top 1, assim, não é valorizado. Não é valorizado em nenhum tópico. Assim, não é valorizado quando a gente pensa em... produtivamente, academicamente falando. Eu tô no mestrado agora e, obviamente, eu quero ingressar no doutorado e não é valorizado. Então, assim, se eu parar e escrever um artigo sobre</p>

		<p>violência doméstica, eu vou ser muito mais valorizada do que fazendo isso que a gente tá fazendo. Então, assim, ao mesmo tempo, a resposta que eu vou ter de um artigo é bacana, é bacana, eu gosto de fazer pesquisa, eu faço pesquisa, mas não é um quinto da resposta que eu tenho em uma turma das PLP.”.</p> <p>“Isso não é uma linha importante no seu currículo <i>lattes</i>. Eu acho que a visão acadêmica é muito ruim em relação a isso. A visão social é muito ruim em relação a isso, porque eu seria socialmente muito melhor vista se eu fosse uma advogada criminalista de sucesso do que ser uma formadora extensionista. Então, assim, eu acho que você não é valorizado nem academicamente, nem socialmente.”.</p> <p><i>Christiane</i> “não se ter uma oportunidade para, eu digo de estrutura interna, institucional, né, disso ser alavancado como uma grande potência de atuação na rede maior, na rede de enfrentamento. Isso está sendo uma costura feita mesmo por nós, entende? Se existe um compromisso internacional, regional, do Brasil na construção de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher, e se nós temos um curso de extensão dentro de uma universidade federal, Por que não haver um apoio, enfim, um reconhecimento dessa pequena célula aí, mas dentro dessa rede que é integrada?”.</p> <p><i>Carla</i> “No discurso é muito isso, somos todos profissionais da educação, mas quando vai falar em ensino, pesquisa e extensão, o técnico às vezes é excluído. porque não tem vantagem nenhuma.”.</p> <p><i>Isabelle</i> “Não dá status na universidade, tá? Assim, isso é uma coisa também que eu vejo, não dá status. Qual status você tem? Nenhum. Eu já escutei de vários colegas brilhantes, caras acadêmicos, não sei o quê, gente boa, democrata, progressista, mas, ó, eu não sou extensionista, eu sou pesquisador, tipo, uma coisa é o pesquisador, outra coisa é o extensionista, o pessoal gosta de brincar, ir no meio da rua, não sei o quê, entendeu?”.</p> <p><i>Lívia</i> “Então, assim, tem várias coisas que não batem nesse sentido de o quanto você se dedica e o quanto é reconhecido. E a gente está sempre lutando contra uma maré produtivista que considera que somente publicação de artigos com A1 internacional em inglês que não comporta a produção que a gente faz da extensão, porque para a extensão o nosso público não é um cientista lá em Nova Iorque. Então, às vezes, a gente possa escrever um artigo para compartilhar que aqui no Brasil a gente teve uma ideia muito legal de um projeto de extensão, aprendam aí com a gente. Mas o nosso papel principal é compartilhar conhecimentos com a sociedade. Então, a gente vai publicar principalmente cartilhas e materiais que não são contados, né, para essa produtividade.”.</p>
--	--	---

		<p><i>Rosa Vanessa</i> “pensando nesse meio que eu tô, que tem uma hipervalorização por publicação de artigo, por estar dentro da faculdade, a maior parte do tempo, sem sair desse muro, sem enxergar outras possibilidades, é um ponto de dificuldade.”. “Já faltei muito em aula, porque eu preferi ir para uma roda. Eu já faltei muito em aula, porque eu preferi participar de uma reunião, de um encontro ou uma apresentação. E isso tudo eu perdi dentro da minha graduação, porque eles não veem. Então, eu usei todos os meus 30% de falta como eu pude. Mas eu sei que eu não perdi 30% de aula, eu sei que eu estava imersa em outra coisa que eu ganhei também durante a minha formação. Então, a universidade, não garantir esses espaços e que, de fato, eles sejam bem aproveitados pelo estudante, é um ponto, porque eles cobram bem a nossa presença em sala de aula.”.</p>
<p>Excesso de carga horária e de burocracias</p>	<p>A natureza das atividades extensionistas demanda maior disponibilidade de tempo para sua realização, dificilmente reconhecida para a gestão da carga horária de servidores e estudantes. Um dos elementos que faz com que a extensão seja mais dispendiosa de tempo, são as burocracias exigidas pelas IPES para sua realização e certificação.</p>	<p><i>Livia</i> “Mas ainda falta muito, porque a gente percebe que a gente faz extensão, fica... com uma carga horária de trabalho imensa, né? Porque extensão, ela demanda muito. Ela demanda um trabalho administrativo intenso, até porque, assim, a universidade exige muita burocracia. Para te dar pouco dinheiro. Então, você vai participar do edital para conseguir bolsa. É uma burocracia gigantesca. O tempo que você perde para preencher todos os itens que estão ali, os anexos, depois que você tem que fazer uma seleção pública para aquela uma bolsinha... É uma burocracia tão gigante, aí tem que mandar monte de documento do aluno e tem que ficar depois mandando relatório”..</p> <p>“[...] além de tudo, parece que tem sempre uma desconfiança, né? Tipo, dá um dinheiro. A gente tem que trabalhar de verdade, né? Então, vai dar a bolsa, mas tem que trabalhar muito, né? Como se não fosse fazer nada. Como se um estudante pibic, nossa, fosse fazer muita coisa, né? Tipo, ele não faz um terço do que um estudante extensionista faz, né? Mas parece que é isso, a lógica realmente da assistência também, é uma cultura que tem no Brasil. Se você vai dar dinheiro para a população pobre, é sempre com muito ônus, com muita explicação.”.</p> <p><i>Caroline</i> “Porque hoje eu tenho uma coordenadoria de extensão que eu consegui agora, eu tenho duas servidoras que atuam lá. E uma servidora de movimentação que está lá também. Hoje eu tenho três. Três pessoas e elas têm um nível de trabalho que é quase um <i>campus</i>. Porque você tem um volume imenso de coisas.”.</p> <p><i>Carla</i> “eu gostaria muito que a gente conseguisse, tivesse tempo, disposição e, enfim, dinheiro e tudo pra gente poder sistematizar, de fato, eu ainda tô devendo relatório, relatório final do ano passado, porque eu não tive, assim, tempo mesmo, né?”.</p> <p><i>Camila</i> “acho que é algo que exige muito do docente. É muito trabalho. Exige do docente,</p>

		<p>porque as aulas exigem também, a parte do ensino exige, mas a atividade de extensão é diferente, eu acho que é um grau mais avançado de ensino, que exige preparação, formação, que é ausente, exige recurso que é ausente. Então, exige muita proatividade para que o docente faça isso.”.</p> <p><i>Juliana</i> “A carga horária que pede da gente, e a carga emocional e psicológica também, é muito forte. Então, você precisa se preparar, você precisa preparar os estudantes, você precisa estar aberto para acolhimento, você precisa passar por cima de várias questões que como... Olha, chegou uma demanda, você tem que resolver essa demanda de forma rápida, de forma acolhedora com a pessoa, está tratando de uma seriedade muito grande, que é você estar com o público externo, você trazer a população para dentro da universidade.”.</p> <p><i>Cora</i> “E acho que outra dificuldade além dessa da universidade não colocar a extensão como prioridade. Então por exemplo eu não tenho cargo horário de extensão se eu der ou não extensão não muda em nada o meu RAD, no meu relatório a minha progressão na carreira. Então a extensão é algo que demanda tempo, demanda preparação, como a gente discutiu.”.</p> <p><i>Thalita</i> “a principal dificuldade é a gestão do tempo. Eu fui bolsista no ano passado, por um período, no finalzinho do ano, E aquela coisa de me organizar para conseguir dedicar as horas para fazer o projeto dar certo é um pouquinho complicado.”.</p> <p><i>Lily</i> “Então, eu acho que isso acaba afastando as pessoas da extensão, porque é algo exigente, principalmente porque a gente está lidando com pessoas e construindo uma relação de confiança. Então, a gente quer atender as demandas que chegam e isso vai tomando muito tempo, tomando muita energia e muitas vezes não há recursos pra gente conseguir se sustentar nessa posição de estar fazendo isso ou conseguir fazer uma intervenção mais efetiva acerca das demandas que as pessoas levam.”.</p>
<p>Incoerência na padronização da extensão</p>	<p>As IPES reproduzem os padrões utilizados para avaliar a pesquisa e o ensino para a extensão, gerando dificuldades para a legitimação das atividades extensionistas, seu reconhecimento e engajamento de servidores e estudantes para sua realização, que possuem natureza distinta e que exige organização e avaliação próprias.</p>	<p><i>Cora</i> “É uma burocracia pra você fazer um relatório imenso e aí tem que colocar na caixa é algo que não é da caixa. Então, assim, você tem que fazer um artigo com... Então, assim, passa-se a você querer encaixar na caixa da pesquisa a extensão ou, às vezes, na caixa do ensino a extensão. E não é. Não adianta que não é. São formatos diferentes, são necessidades diferentes.”.</p> <p><i>Lívia</i> “É fora as dificuldades que a gente tem também de sistematização de conhecimento, porque como a prática demanda muito, o grande desafio é a gente conseguir também se organizar em termos de tempo para também estar sistematizando esse conhecimento que a gente vai produzir, que a gente diz, que a gente produz. Em todos os momentos dos encontros, todas as oficinas. Então, em que momento que a gente registra os conhecimentos, sistematiza e publica</p>

		<p>também para socializar mais ainda esse conhecimento. E até para ele entrar em disputa. No sentido de que, se a gente está dizendo que a gente está produzindo sentidos para os direitos das mulheres, como que a gente vai disputar essa perspectiva que a gente construiu ali com uma perspectiva que é hegemônica no judiciário e tal. A gente também precisa sistematizar e publicar. Mas não necessariamente nesses moldes produtivistas CAPES. Porque a gente precisa de uma produção que também a comunidade que fez parte. Também se identifique naquilo, seja acessível para ela e tal.”.</p>
		<p><i>Rosa Vanessa</i> “Dentro dessas sobreposições, a pesquisa, ela sempre ficou aqui em cima. Você publicar, publicar, publicar, publicar. Agora que vai ser obrigatório essa questão da extensão, eu vou ter a mesma visibilidade? Eu vou ter os mesmos créditos? Eu vou ser valorizado por isso que eu tô fazendo ou vai ser só mais uma coisa que eu tô fazendo? Eu vou ser beneficiada em relação, aí, olha, você fez três projetos de extensão com êxito, alcançou cinco comunidades da região, a população tá vendo, beleza, vai ser uma Vou ganhar uma promoção com isso? Vai ser válido na hora que você for me avaliar para ver se eu mereço um associado, um titular? Ou vocês vão querer ainda que eu continue fazendo tudo isso com excelência e publicando nas revistas fodonas? Então eu entendo essa dor deles, de tipo, vai acontecer esse movimento, de, em algum momento, ser importante, ser extensionista. Mas não é agora. Então, se não é agora, eu não vou entregar agora.”.</p>
		<p><i>Juliana</i> “A gente faz vários artigos, é muito bacana, a academia precisa ser valorizada. Ela ainda é como um todo desvalorizada, mas acho que a extensão está totalmente na desvalorização porque não entrega um produto formal, apesar de eu achar que é uma rede que entrega muito mais do que 12, 20, 30 páginas escritas em Arial 12.”.</p>

Fonte: Elaboração própria.

As dificuldades para a realização da extensão elencadas por servidoras e estudantes que atuam junto à formação de PLP permitem-nos reconhecer os desafios enfrentados pelas IPES, apesar de distintas e em regiões diferentes, para a consolidação de políticas de fomento e das atividades de extensão, mesmo existindo a prerrogativa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A falta de recursos, reconhecimento e apoio institucional, apontados pelas entrevistadas como principais desafios, indicam a necessidade de políticas públicas de educação mais elaboradas e coesas para a realização da extensão nas IPES. No entanto, a realização dessas políticas tem se tornado um desafio cada vez mais complexo, uma vez que os investimentos têm diminuído progressivamente, à medida que a agenda neoliberal

se consolida no Brasil, frente aos projetos neodesenvolvimentistas¹³, materializados com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. É importante ressaltar que os cortes orçamentários já estavam acontecendo antes desse período, no entanto se intensificam a partir dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. De acordo com Leonardo Couto, Rômulo Castro e Valena Ramos (2023):

É com o golpe parlamentar e nos sucessivos governos Temer e Bolsonaro que se aprofundam as políticas de desmonte da educação pública, que vão dos cortes orçamentários às investidas de reforma do ensino no sentido de adoção dos receituários da agenda neoliberal para a educação. (p. 17)

A questão orçamentária impacta na não destinação de recursos para a realização dos projetos e na distribuição de bolsas para estudantes. Uma fala recorrente das estudantes entrevistadas que fazem o curso de Direito é que a bolsa, embora permita a elas se dedicarem ao projeto, existem oportunidades de estágio na área com remuneração mais interessante. Os recursos orçamentários nas IPES, regulamentados pelos Decretos n. 7.233 e n. 7.313 (Brasil, 2010a, 2010b) das universidades e dos IF respectivamente, com redação muito semelhante, estabelecem que: ao elaborar as propostas orçamentárias anuais para essas instituições, o Ministério da Educação (MEC) deve seguir uma matriz de distribuição que possa alocar recursos voltados ao financiamento de programas de extensão, os quais devem estar devidamente institucionalizados e apresentar seus indicadores de monitoramento que comprovem seu impacto e eficiência.

Compreendemos com as entrevistas que o processo de institucionalização e avaliação dos projetos demandam o enfrentamento à burocracia nas IPES, superiores a outras atividades vigentes relacionadas ao ensino e à pesquisa. A formalização, os registros e prestações de contas são necessários e importantes, uma vez que se trata do uso de verbas públicas; contudo, o problema a ser considerado e debatido é devido a exigências serem maiores no que se relacionam à extensão, dificultando o suporte à realização dos projetos, bem como o aumento significativo da carga-horária de trabalho de servidoras e docentes envolvidas.

¹³ Armando Boito Júnior, em seu trabalho “Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT” (2018), caracteriza os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) como neodesenvolvimentistas, que fortalecem a burguesia interna, buscando o fortalecimento econômico do capitalismo brasileiro, sem romper com os limites do modelo econômico neoliberal, porém, atendendo a alguns interesses das classes trabalhadoras. O embate entre as políticas neodesenvolvimentistas e o neoliberalismo ortodoxo, que contempla as demandas do capital internacional, culminou com a crise política que promoveu o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, representando uma vitória do campo neoliberal ortodoxo.

É necessário considerar que a carga-horária das servidoras docentes é majoritariamente ocupada pelas atividades de ensino e pesquisa. Dialogando com Ricardo Rodrigues (2008), uma das dificuldades da consolidação de uma extensão que se realize como práxis emancipatória é a dificuldade da gestão do tempo necessário à extensão.

Apesar da importância da extensão na definição das relações entre a Universidade e a sociedade, tradicionalmente, por motivos diversos, ela vem ocupando, na distribuição da carga da atividade docente, uma situação de inferioridade, já que a carga do professor universitário é, primeiramente, ocupada com as atividades de docência e de pesquisa. É a partir da distribuição dessas diversas tarefas que, geralmente, quando sobra algum tempo, o docente se ocupa com propostas voltadas para a extensão. (Rodrigues, 2008, p. 85)

Quanto ao monitoramento e à avaliação, Marina Pontes e Mônica Rios (2021) afirmam que ainda há a necessidade de consolidar, organizar e qualificar a avaliação da extensão que, mesmo legalmente estabelecida como um dos tripés das IPES, ainda carece de critérios avaliativos como os existentes no ensino e na pesquisa. Para as autoras, uma avaliação coerente poderia reforçar a credibilidade da extensão em seu aspecto educativo, cultural e científico; no entanto, de acordo com o trabalho de investigação por elas realizado,

[...] não há no âmbito dos órgãos do governo, uma avaliação sistematizada e focada na Extensão Universitária, como existe nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* pela CAPES, ou como nos cursos de graduação, pelo INEP, apesar de ser apontada como importante nos sistemas avaliativos da Educação Superior, desde o PAIUB, até o SINAES. (Pontes; Rios, 2021, p. 7)

Esse é um aspecto que aponta como a extensão é percebida, principalmente por parte das servidoras entrevistadas, como a menos valorizada no tripé constitucional das IPES. Considerando os sistemas de avaliação como um instrumento formativo que permite a reflexão sobre os sentidos das ações institucionais, e não como mero mecanismo de regulação e controle, a inexistência de uma avaliação sistematizada da extensão dificulta a construção de princípios orientadores que sejam seguidos pelas IPES, ocasionando confusões sobre quais atividades seriam de fato extensionistas.

É importante que não se confunda tudo o que se realiza extramuros com extensão, visto que é necessário reconhecer quem participaria da ação, com a principal finalidade de formação do cidadão estudante, contudo não se fechando em si mesma, e sim estendendo a preocupação à sociedade. Dessa forma, a Extensão Universitária é o entrelaço de saberes, em relação estreita entre universidade e sociedade. (Pontes; Rios, 2021, p. 6)

No entanto, as entrevistadas demonstram preocupação com práticas extensionistas em suas instituições que não promovem esse entrelaçar de saberes. A curricularização da

extensão é entendida por algumas como uma oportunidade de organizar e estruturar a extensão, atribuindo o devido valor às atividades extensionistas, ao passo que outras demonstram preocupação com a realização de projetos sem a devida reflexão, somente para cumprir a legislação.

A curricularização da extensão foi apresentada no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei n. 13.005 [Brasil, 2014]), na estratégia n. 12.7, que afirma “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. Sua regulamentação foi estabelecida a partir da Resolução n. 7 do Conselho Nacional de Educação, estabelecendo que a matriz curricular dos cursos de graduação deve, obrigatoriamente, inserir a extensão (Brasil, 2018).

Mesmo estando em vigor há seis anos, as IPES ainda caminham para sua materialização. Ao questionarmos as entrevistadas sobre como elas têm participado desse debate, percebemos que, em algumas instituições, ainda é muito incipiente. Em outras, no entanto, a participação das estudantes tem acontecido, assim como das servidoras, que manifestaram suas esperanças e seus receios. Elencamos algumas análises das entrevistadas sobre esse movimento, cujos eixos de aproximação entre elas foram: Dificuldades para materialização, Deturpação do caráter extensionista, Oportunidade de fomentar um pilar das IPES e Possibilidade formativa importante. Seguem as verbalizações para a discussão dessa categoria.

Quadro 7 – Curricularização da extensão

Categoria: Curricularização da extensão		
Eixo de aproximação	Análise	Verbalização
Dificuldades para materialização	As dificuldades enfrentadas para a realização da extensão não desapareceram com o estabelecimento da curricularização, que demanda recursos financeiros, bem como a reformulação curricular dos cursos e a capacitação das servidoras/es envolvidos na realização da extensão como parte do currículo.	<i>Juliana</i> “Como que vai ser feita essa curricularização de fato se você tem um horário limitado onde a pesquisa ainda nem chegou que dirá a extensão, sabe? Então, assim, é um horário muito limitado com alunos que majoritariamente trabalham, né? Se a gente não tá falando de universidades de elite, que são caríssimas e afins, que é uma porcentagem pequena, se a gente tá falando de universidades que realmente chegam nas pessoas que têm necessidade. Quando elas vão fazer extensão, se isso não é valorizado? Em que momento a extensão vai ter espaço?”.
		<i>Christiane</i> “Mas é isso, a faculdade está sucateada, a gente está sem recurso, professores, os técnicos estão em greve nesse momento, professores se organizando já com indicativo de greve para partir de abril... e aí a gente ainda tá aí nessa penúria, não houve, não temos atualização salarial, não temos recursos, assim, a universidade tá devendo os tubos para as companhias aqui de luz e de água, então, é, então a gente tá realmente no momento, assim, muito iminente de ter que fechar mesmo, porque não tem luz, entendeu? Não tem água.

		<p>E aí eu acho que é um debate que necessariamente passa por tudo isso, né? Passa por essa dificuldade de dotação orçamentária para toda a universidade, né? Então acho que tem sido muito por aí, não exclusivo para extensão.”.</p> <p><i>Lívia</i> “Eu acho que não dá para curricularizar com extensão tão precarizada, né? Então, você tá fazendo uma exigência de funcionamento, né, da prática extensionista, mais intensa e tal, mas que tem muitas coisas ali, inclusive normativas, como essas burocráticas, de carga horária, que não batem com um plano, né, de curricularização.”.</p> <p>“Precisa avançar principalmente em termos de financiamento, porque os estudantes agora vão ser obrigados a fazer, a gente tem um perfil atual na universidade, inclusive, é cada vez, é um perfil mais pobre, né, nas universidades públicas, para os estudantes, que é ótimo, temos de representatividade, oportunidades para os estudantes, mas eles precisam de assistência estudantil para poder permanecer, e precisam também para poder realizar a extensão.”.</p> <p><i>Clara</i> “Assim, a extensão hoje ela é tratada de uma maneira muito caótica, assim, porque daí vem a ideia da curricularização da extensão. Daí eles falam, bom, tem gente que não sabe fazer extensão, tem gente que não pode fazer extensão. Esses dias eu tive um, tem um professor que falou assim ‘ah, eu não posso fazer extensão’. Eu falei ‘por que não? Você não pode chegar perto de gente, é isso?’ É uma questão que eu não estou sabendo, mas é mais ou menos essa dificuldade, sabe? As pessoas não sabem muito bem o que é extensão.”.</p>
<p>Deturpação do caráter extensionista</p>	<p>A curricularização não pode ser um limitador ou deturpador das práticas extensionistas. É necessário o cuidado por parte das IPES para que práticas irrefletidas e sem qualquer diálogo e construção de conhecimento com a comunidade sejam caracterizadas como extensão, apenas para o cumprimento da carga horária do currículo.</p>	<p><i>Geovana</i> “Mas, assim, essa curricularização, pelo que deu para perceber, no sentido mesmo de integração das extensões da faculdade no currículo, foi muito fraco. Isso não aconteceu. Então, efetivamente vivenciar a extensão mesmo enquanto... no que eu tô te falando aqui agora, nesse encontro, tudo que eu vivi, tudo que eu senti nas PLP no ano passado. Eu acredito que isso não aconteça na extensão enquanto parte do currículo. Eu acho que existe um deslocamento. Eu acho que existem abordagens diferentes, sabe? De como a extensão é no currículo e como a extensão é fora do currículo. Eu acho que extensão fora do currículo tem essa liberdade maior, né? Ela tem essa possibilidade de fazer encontros não necessariamente na hora da grade, no que a grade disponibiliza pra você, o tempo que a grade disponibiliza pra você. E isso é puramente burocrático mesmo, né? Limitações burocráticas.”.</p> <p><i>Lily</i> “Eu imagino que seja preciso fazer uma regulação do que é que vai ser admitido como atividade extensionista ou não, porque um receio que a gente teve foi do professor passar um trabalho que envolve a criação de um Instagram para divulgar informações sobre direito civil e chamar isso de extensão. Então, essa era a preocupação nos debates que eu participei de que essas horas fossem realmente ser horas de extensão.”.</p> <p><i>Cora</i> “Mesmo com a curricularização da extensão, isso continua acontecendo. Boa parte das extensões são maquiagens, não são extensões de verdade. Essa que é a verdade. Não tem projeto de colega meu... A extensão é um podcast. Aí vai lá e chama alguém para falar qualquer coisa... ninguém vai ouvir aquilo.”.</p> <p><i>Lívia</i> “Fora que tem que tomar cuidado a comunidade não virar aí também no campo aí de ações irrefletidas, irresponsáveis, descompromissadas, né? Então, a gente tem</p>

		<p>que ter uma atuação e uma organização que considere realmente. A comunidade. Então, por exemplo, as formas de financiamento para a participação da comunidade, elas se tornam muito importantes para que a gente também valorize quem está ali com a gente, produzindo esse conhecimento.”.</p> <p><i>Rosa Vanessa</i> “A gente tá olhando para a curricularização como se fosse um processo formativo apenas para o aluno, e a ideia não é essa. A ideia é que a curricularização vá e volte e vice-versa. E aí é um tema que pode beneficiar muito as PLP, mas na proposta que está se formando, do jeito que está caminhando, Aline, eu acho que não. Assim, é jeitinho, como a gente pode transformar uma coisa obrigatória em curricularização, não tá tendo um investimento de verdade em fazer uma formação extensionária, né, de extensão de qualidade.”.</p>
Oportunidade de fomentar um pilar das IPES	<p>Curricularizar foi uma forma de dar o devido valor à extensão, fazendo com que ela esteja intrinsecamente ligada às atividades de ensino e, assim, podendo ser discutida, revisada e avaliada, sendo parte fundamental do processo formativo de estudantes.</p>	<p><i>Lívia</i> “Mas eu vejo que a gente tem avançado. Quando eu vejo uma curricularização, assim, com todos os problemas que pode ter, com todos os desafios e tal, que devem ser debatidos, isso força com que a universidade realmente pare de tratar a extensão como uma coisa à parte, faz como quer, e passa a ser uma política realmente institucional e pública. Ela integra realmente a prática universitária. Acho que a gente tem tido avanços nesse sentido.”.</p> <p><i>Geovana</i> “Mas a curricularização da extensão também, também entendo a importância dela no sentido de que fomenta um pilar da universidade pública, né? E ela torna isso obrigatório. Então, ela tem um impacto político muito significativo também. Então, não é uma questão de só ônus ou só bônus, sabe? [...] Eu acho que não teria essa amplitude. Acho que se você efetivamente quer fazer extensão, o nome extensão, você precisa sair da grade curricular, olhar pra fora da aula, da sala de aula e viver, entendeu? A extensão como ela é. Mas, como eu disse pra você, também entendo a importância política de ter a extensão curricularizada. Então, são questões, né?”.</p> <p><i>Sirlene</i> “Então, assim, a gente quer que os alunos façam extensão dentro da extensão. E não fingindo que tá fazendo extensão. Então, diretamente com a comunidade, trabalhando com a comunidade. Então, assim, a gente vai pegar no pé pra isso dar certo. Acho que a gente consegue. Se todo mundo unir, a gente não pretende fazer fora dos moldes da extensão, não.”.</p>
Possibilidade formativa importante	<p>Ao colocar a extensão em debate e estabelecer sua obrigatoriedade, tanto estudantes como servidoras/es tem uma oportunidade de formação importante. Para estudantes é uma oportunidade de ampliar os horizontes formativos. Para servidoras/es, principalmente docentes torna-se fundamental se apropriarem do que é</p>	<p><i>Rosa Vanessa</i> “Então, a curricularização, a extensão, elas permitem esse papel fundamental para além, muito, muito mais para além, que é uma mera formação de 10 horas semanais de um aluno. Porque é irrisório, tá 10 horas semanais um currículo de atividade. Uma pessoa passa 5 anos na universidade, sabe? Então, essa é a energia da curricularização, da extensão nesse processo de... trazer à tona que é uma coisa séria, é uma coisa responsável, que precisa ser entregue com qualidade e com eficiência para a população. Porque, assim, me emancipou e eu sei que emancipa várias outras mulheres, as nossas rodas, os nossos encontros, entender a potência desse espaço fora dos muros, né, ali. E aí, quando eu falo da USP, é os muros de vidro, porque... a diferença acontece muito mais ali, sabe? Acho não, tenho certeza.”.</p> <p><i>Sirlene</i> “A gente não pretende trabalhar como disciplina porque a gente sabe que tem muitas instituições fazendo, mas a gente não quer porque vai descaracterizar a extensão, né?”.</p>

<p>fazer extensão, de maneira comprometida com a comunidade e a realização do papel social das IPES.</p>	<p>Então, assim, a gente não concorda com essa prática de criar uma disciplina só para cumprir tabela, digamos assim, né? Porque vai fingir que está fazendo uma extensão, porque não é extensão, né? Pelo menos os nossos debates lá no Curso de Direito, a gente não concorda com esse posicionamento. A gente vai criar os projetos, tentando sempre aliar com a comunidade.”.</p>
	<p><i>Francielle</i> “eu acho isso superinteressante, porque tem pessoas que entram na faculdade federal, passa o curso inteiro, conhece pessoas que não participa de um projeto de extensão, não produz nada, tipo assim, produz só pela nota e sai dali sem sair da sua bolha. Então, acho que essa curricularização da extensão é muito interessante, principalmente para tirar os alunos da Federal dessa bolha.”.</p>
	<p><i>Cora</i> “E aí, quando você cria uma obrigatoriedade de uma extensão sem recurso financeiro, sem formação humana, porque eu tive essa formação extensão e a maior parte dos professores não tiveram, ainda mais dentro do direito. O que vai ter é uma extensão mentirosa, que é o que acontece hoje na maior parte das faculdades de direito.”.</p>
	<p><i>Camila</i> “Talvez com a curricularização, aí, sim, todo mundo vai ter que se preparar de alguma forma, porque vai ser obrigatório. E aí, isso faça com que a universidade, talvez, desloque mais recursos humanos e financeiros para capacitar os professores para isso. Porque, no direito mesmo, a proposta é... É tão louco lá o debate agora, porque a gente está mudando o projeto de pedagógico, que é curricularizar a extensão dentro de todas as disciplinas, ter um percentual que toda disciplina tenha de extensão. Imagina isso, ou seja, você tem que capacitar 100% dos professores para fazer extensão. Porque a gente está fazendo um debate de uma mudança no projeto político-pedagógico como um todo. Então... Esse debate sobre a curricularização da extensão, ele está acontecendo no âmbito do debate mais amplo de mudança do projeto jurídico-pedagógico, inclusive em tópicos de perfil, do egresso do curso, concepção do curso, objetivos do curso.”.</p>

Fonte: Elaboração própria.

É perceptível o quanto uma preocupação sobre como a curricularização da extensão pode impactar na qualidade dos projetos realizados, bem como promover o risco de se tornar uma atividade ainda mais burocratizada, apenas para cumprir a legislação, sem a preocupação com o engajamento e a reflexão necessárias para criar conhecimentos e permitir formação socialmente comprometida para estudantes, servidores e comunidade externa.

Quando observamos as preocupações verbalizadas quanto a esse processo, percebemos que a concepção de extensão existente nas IPES não é coesa, por haver (mesmo antes da curricularização) atividades que não podem ser consideradas como extensão, mostrando que existe a necessidade de compreensão sobre o tema. Andrea Kochhann e Katia Curado e Silva (2018) afirmam que não basta a imposição da realização da extensão, com a curricularização, em leis e documentos.

É preciso uma mudança de concepção institucional envolvendo todo corpo acadêmico. A obrigatoriedade da curricularização pode estar imposta por documentos, mas não ser entendida com o essencial no processo de formação. Se não for entendida como processo formativo as atividades de extensão podem não ser realizadas com a intensidade necessária e quiçá nem mesmo serem cumpridas (p. 3173).

Compreendemos que essa obrigatoriedade pode ser uma oportunidade formativa importante, não somente para os estudantes, mas para servidores à frente da realização dos projetos. No entanto, ela demanda um empenho de reestruturação das universidades e IF, não somente financeiro e estrutural, mas também de seus Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI), dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), dos cursos e de todas as instâncias formativas, para que a extensão seja compreendida como um processo formativo importante. Logo, é necessária uma mudança epistemológica nas IPES,

[...] em que o pedagógico superasse o político, o fim da supremacia disciplinar, o predomínio da unidade teoria-prática, articulação entre as instâncias decisórias, autonomia didático-pedagógico-financeiros das instituições, indissociabilidade pesquisa, ensino e extensão e de fato uma construção curricular com base nas novas concepções e nos novos sentidos. (Kochhann, Silva, 2018. p. 3179)

Temos acordo com a necessidade do esforço coletivo nas IPES, amparado por políticas de fomento e estruturação, para a reconstrução epistemológica necessária a fim de que ensino, pesquisa e extensão sejam, de fato, indissociáveis, permitindo a construção de conhecimentos que estejam comprometidos com ações de transformação da realidade.

Enfatizamos que essa reconstrução não é uma responsabilidade dos servidores e não depende somente de sua boa vontade: faz-se necessária estruturação orçamentária e dos espaços físicos, bem como capacitação adequada para que a curricularização da extensão aconteça de forma a proporcionar a realização da função social das IPES e a impulsionar a realização de projetos, como os das PLP.

Trouxemos, nesse sentido, dados importantes sobre o funcionamento da extensão nas IPES participantes da pesquisa. Longe de abarcar toda a discussão demandada pelas políticas públicas sobre a extensão, abordaremos, a seguir, sobre como as teorias feministas e a Educação Popular são estruturantes na construção dos projetos de PLP realizados via extensão, a fim de compreendermos a realização, nessas instituições, de uma Extensão Popular e Feminista.

4 CONSTRUINDO A EXTENSÃO POPULAR FEMINISTA: A EDUCAÇÃO FEMINISTA PARA UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA



Anne Oliveira. bell. Aquarela e nanquim sobre papel. 2024

E a gente aprende, né? Sempre aprendendo, sempre, sempre, sempre.

Mara Ester

Então, ali eu converso com mulher, tem mulher que vai contar da vida, que já passou, sem saber onde procurar os direitos delas, e nisso eu vou falando. Você não precisa de passar por isso.

Rosânia

Não é só a instituição que, de maneira acadêmica, cria um repertório teórico feminista e, com isso, a gente cria mudanças. Não. As PLP são a prova disso. Que são conhecimentos produzidos na luta pela liberdade da mulher, pela não violência, pelos estudos, ele não necessariamente é um conhecimento teórico.

Caroline

O processo de investigação pode nos surpreender de várias maneiras; a construção desta tese surpreendeu positivamente, por mostrar que, mesmo diante das dificuldades e resistências existentes, a realização da formação de PLP nas IPES desenvolve respostas criativas para conseguirem permanecer formando mulheres. Consideramos que os dados trazidos nesse capítulo são o ponto alto da investigação e servem como elementos para refletirmos e buscarmos transformar as políticas de extensão em nossas instituições.

Conforme afirmamos, as PLP não são um projeto de extensão, mas sim um movimento social baseado na Educação Popular Feminista e proposto a formar mulheres para se tornarem multiplicadoras dos direitos das mulheres e da responsabilidade pela mobilização para a consolidação e as conquistas de novos direitos. No entanto, não é qualquer feminismo que dialoga com a proposta da formação dessas “agentes multiplicadoras de cidadania”. O compromisso com a transformação da realidade opressora faz com que as PLP se alinhem às teorias feministas: ao mesmo tempo que permitem o desvelamento dos atravessamentos, os quais promovem opressão das mulheres, constroem o engajamento na transformação dessa realidade de maneira coletiva.

Nesse sentido, a Educação Popular é muito fundamental para os cursos, uma vez que tem como objetivo construir o entendimento de que as formas de opressão devem se entrelaçar e, por meio da solidariedade respeitosa nas diferenças, é possível alcançar a libertação e uma existência mais plena, “ser mais”.

Questionamos as entrevistadas sobre a importância da Educação Popular e das Teorias Feministas na construção da extensão que promove a formação de PLP em suas instituições. Percebemos que essa questão é o cerne da construção dos cursos, possibilitando transformações pessoais profundas naquelas que os vivenciam, mas, sobretudo, a realização de uma extensão socialmente comprometida e que, mesmo com dificuldades estruturais, cria possibilidades de resistência e continuidade, a fim de promover o esperar nas IPES por meio do diálogo com suas comunidades.

Organizamos a discussão deste capítulo a partir da discussão de duas categorias na dimensão Extensão popular e feminista: Metodologias na Educação Popular e Teorias Feministas como Práxis.

4.1 Extensão Popular e Feminista

A construção de uma extensão popular, que estabeleça vínculos reais com a comunidade e promova a troca de conhecimentos, permitindo a formação de espaços formativos para todas as pessoas envolvidas, perpassa necessariamente pela discussão sobre Educação Popular. Quando observamos as propostas do FORPROEX, verificamos um compromisso com a perspectiva freiriana de extensão, compreendendo que não existe uma hierarquia entre os saberes produzidos na academia e os saberes populares, podendo o diálogo entre ambos construir uma práxis emancipadora, direcionada à superação das desigualdades, tão característica da realidade brasileira.

Um ponto importante a ser destacado é que comprometer-se com projetos que se baseiam na Educação Popular é necessariamente assumir a responsabilidade em formar equipes que compreendam que não são detentoras do conhecimento, mas que irão promover a aproximação das pessoas aos temas a serem conhecidos e debatidos, numa relação de construção e reconstrução de saberes. Os cursos de PLP da UFRJ, UFF, UFBA, UnB, IFG e UFG relataram que, em algum momento, sentiram a necessidade de promover uma formação para a facilitação que levassem em consideração os princípios da Educação Popular. Como nos ensina Paulo Freire (2017), ensinar exige rigorosidade metódica para que se construam condições em que aprender criticamente seja possível. O papel da facilitação então, é construir um

ambiente acolhedor, em que as mulheres vão construindo e reconstruindo os saberes ensinados. Em diálogo com Freire (2017), é

[...] fundamental conhecer o conhecimento existente quanto ao saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente. Ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente. (p. 30)

Percebemos nas entrevistas a cautela das mulheres que estão na facilitação em levar em consideração os saberes, as impressões, os sentimentos daquelas que se dispõem a realizar o curso. Mesmo as formações que acontecem virtualmente procuram criar um ambiente acolhedor e construir outros espaços de diálogo e formas de compreenderem como as participantes têm recebido e elaborado os encontros. É notória a preocupação em trabalhar as temáticas que tocam a vivência das participantes desde o momento da inscrição, buscando saber os temas de interesse das cursistas, para que dialoguem com as temáticas centrais da formação.

A ficha de inscrição também é um instrumento para garantir maior diversidade nos cursos, promovendo a presença de mulheres historicamente excluídas dos espaços acadêmicos: negras, dos movimentos sociais, trans, trabalhadoras terceirizadas, indígenas, trabalhadoras do sexo... enfim, mulheres em toda sua diversidade.

4.2 Metodologias em Educação Popular

Para as categorias que nos permitem a discussão sobre Educação Popular, extraímos as verbalizações das respostas aos questionamentos sobre a metodologia de organização do curso e a importância da Educação Popular para sua realização. É interessante perceber que, mesmo quando a pergunta não era direcionada, ao explanarem sobre os modos de organização, as mulheres traziam os elementos fundamentais para se alinharem com a construção de um curso baseado na Educação Popular.

Ao analisarmos a categoria Metodologias na Educação Popular, organizamos as verbalizações dialogando com Paulo Freire (2016, 2017) alguns eixos de aproximação: Horizontalidade na produção do conhecimento, Dialogicidade – essência da educação como prática da liberdade e Mulheres se libertam em comunhão. Organizamos a análise no Quadro 8, a seguir.

Quadro 8 – Metodologias em Educação Popular

Categoria: Metodologias em Educação Popular		
Eixo de aproximação	Análise	Verbalização
Horizontalidade na produção do conhecimento	Os cursos se estruturam a partir da perspectiva de que os saberes construídos socialmente, na vivência das mulheres, são tão importantes quanto aqueles que são trazidos para o debate por meio da facilitação e de convidadas para a construção dos encontros. Mulheres, independentemente de seu grau de escolarização, profissão ou posição social, estão juntas para aprenderem a ser mais.	<i>Mara Ester</i> “Eu me surpreendi, porque no final do curso, a gente faz um fechamento e elas têm que falar o que o curso foi para elas durante todo o tempo que elas ficavam ali na aula, né? Nossa, elas saíram transformadas, porque às vezes uma advogada, por ser advogada, por ser assistente social, ninguém sabe tudo. E o curso de promotora legal popular são cursos de vivências. Nós trazemos mulheres para trazer a sua história de vida, o que ela passou. Então, é um curso diferenciado por não ser um curso tão formal, né?”.
		<i>Christiane</i> “a gente só tem três pilares aqui que precisam ser necessariamente observados, que são, primeiro, conscientização de direitos, segundo, Educação Popular, e terceiro, a perspectiva feminista. Então, a gente pode sintetizar a conscientização dos direitos via Educação Popular Feminista. [...] Horizontalidade, Educação Popular Feminista, essa metodologia.”.
		<i>Camila</i> “Então, tem um momento ali, tem uns dois ou três encontros que a gente faz uma dinâmica mesmo, assim, de nós da organização, né, as extensionistas. A gente, assim, elas falam tudo o que elas querem, o que elas pensam que tem interesse, a gente vai listando e depois a gente vai definindo, decidindo em conjunto quais são os temas. Então, é totalmente participativo e horizontal. E, assim, ao longo do curso, as promotoras, as cursistas que têm um interesse em participar das reuniões de planejamento, de decisão de material, elas podem ir, começarem a se agregar na parte também de organização e administração do curso. Então, é algo bem horizontal com a participação delas.”.
		“Porque, assim, não adianta falar uma linguagem que não ganhe sentido a partir das experiências delas, das mulheres, da vivência de cada um. Então, a gente está falando de uma turma que tem mulheres assim, que tem dificuldade na leitura e na escrita, até mulheres que são doutorandas de programas de pós-graduação no Brasil. Então, assim, a gente precisa encontrar aí uma forma de que essas diferenças não sejam um empecilho para um diálogo horizontal entre mulheres sobre questões que afetam todos nós, cada uma das nossas realidades, mas afetam todas nós. Então, a Educação Popular é a única forma de garantir esse diálogo.”.
		<i>Geovana</i> “Então, por isso que a Educação Popular ela é tão importante nessa dinâmica diferenciada de ter um, de construir, porque o conhecimento lá é construído efetivamente, né? Porque a gente não sabe, né? Assim como ninguém sabe. só que a gente tá tentando fazer alguma coisa, né? Com os instrumentais que nós temos, enfim. Então, eu acho que a Educação Popular, ela tanto estrutura a forma como as PLP têm ali próprias informações cotidianas, a própria dinâmica dos encontros, como ela efetivamente possibilita que haja uma realização, não que se não tivesse Educação Popular não pudesse ser realizada, mas que efetivamente se tenha uma realização satisfatória, sabe?”.

		<p><i>Isabella</i> “E aí, quando a gente vai explicar como funciona esse curso, como funciona toda a estrutura, é muito bom a gente falar da Educação Popular, a gente falar que ninguém sabe mais do que ninguém, que todo mundo é horizontal. A gente já falou bastante dessa palavra, horizontalidade, e que a sua experiência não anula a minha experiência. Sua vivência é única, a minha vivência é única. E nunca vai ser um ambiente de saber mais, né? Vai ser um ambiente de informações novas. De assuntos que talvez você não tenha um conhecimento, mas você tem uma vivência sobre aquele assunto, né?”.</p> <p><i>Cora</i> “A gente faz esse debate anterior em relação à pedagogia, como eu mencionei, Paulo Freire, Boal, Bell Hooks, enfim, trabalhando essa ideia da Educação Popular. Acho que a gente não tem que fazer uma educação de cima para baixo, pelo contrário, é uma troca dialógica. Então, tem que ser, a gente tem que principalmente ouvir as mulheres, a gente vê qual é a relação delas, de onde elas vêm, qual o interesse, quais as temáticas que elas têm mais interesse, tudo isso.”.</p>
<p>Dialogicidade: essência da educação como prática da liberdade</p>	<p>Permitir que as mulheres participem ativamente da construção do curso, seja com a sugestão de temas, ou expressando suas sensações, sentimentos e avaliações dos encontros, é fundamental para que seja criado um espaço de aprendizagem que permita a reflexão e a transformação sobre o mundo. Os temas estruturantes da formação de PLP são trabalhados, dialogando com as demandas vindas das mulheres que se dispõem a realizar o curso.</p>	<p><i>Livia</i> “Já faz um tempo que a gente não tem um cronograma fechado. A gente tem um pré-cronograma com temas que a gente, da facilitação, acha que é importante que sejam debatidos, mas já nas primeiras oficinas a gente constrói com as mulheres os outros temas, para acolher e atender também o que é demanda daquela turma naquele ano. Então, além de ter essa construção participativa com a turma dos temas que serão trabalhados, Na facilitação, existe a presença de Mulheres que se formaram PLP, que acompanham o fórum de PLP e que, então, participam da construção de tudo no curso.”.</p> <p>“A gente adota a perspectiva Paulo Freiriana e de bell hooks, que é uma perspectiva dialógica, em que a gente constrói conhecimentos com as mulheres, não para as mulheres. Mesmo quando a gente tem convidadas, às vezes algumas palestras e tal, ainda assim a perspectiva mais participativa, e é sempre um momento que a gente dialoga sobre aquilo que foi dito. Então, não tem nenhum conhecimento que é dado como pronto e acabado. Então, é sempre uma lógica que a gente constrói o conhecimento ali coletivamente. E, além disso, a gente associa com a perspectiva do direito achado na rua, que a gente entende que o direito em si ele é construído sem títulos do direito, ele é uma construção coletiva.”.</p> <p><i>Christiane</i> “o curso de PLP ele tá sempre em formação, ele tá sempre sendo modificado e muito a partir da oitiva da demanda das mulheres. [...] Nós ficamos o semestre inteiro fazendo reuniões justamente para a gente decidir quais seriam esses temas, mas contando com a participação de mulheres, de mulheres feministas.”.</p> <p><i>Juliana</i> “A gente realmente tem um formulário bem completo de inscrição e um formulário bem completo de feedback, onde a gente consegue trazê-lo e traçar, entender, o que a gente pode ampliar e melhorar a cada edição, e a gente também consegue previamente até fazer algum ajuste, se necessário, antes do início.”.</p> <p><i>Gabriela</i> “a gente colocava músicas mesmo, vídeos e aí no final também deixava um formulário ao final de cada palestra era um formulário, aí depois a gente juntava na</p>

		<p>planilha assim de como que tinha sido a experiência daquele encontro, o que a participante tinha levado de ponto positivo, o que aquilo tinha contribuído para ela e quais as sugestões que ela tinha para os próximos.”</p>
		<p><i>Geovana</i> “Então, a gente também faz esse registro de saber como que elas se sentiram naquele dia da formação, como se elas gostaram, se elas gostaram da facilitadora. Então, a gente, efetivamente, tem um cuidado muito grande em deixar tudo guardadinho, assim.”</p>
		<p><i>Cora</i> “você tem que conhecer as pessoas, ter o diálogo. Algumas questões também que surgem no decorrer. Por exemplo, semestre passado, no decorrer do semestre, surgiu a questão do aborto, né? Que veio aquele projeto de lei. Então, a gente achou importante acrescentar, porque era um tema que estava sendo debatido, que estava na mídia, nem todo mundo tinha conhecimento.”</p>
		<p><i>Camila</i> “Então, a partir de bases metodológicas e epistemológicas da educação jurídica popular e feminista, se construiu uma proposta de programa para essa turma de cursistas, de trabalhadoras terceirizadas da UFBA, e esse programa foi sendo construído e definido com a participação delas. Então, houve, nessa primeira turma, o programa está mais ou menos estruturado em noções gerais de raça, gênero, formação de PLP, princípios de educação jurídica, teorias feministas. E na formação mais jurídica, dos instrumentos legais, dos mecanismos legais, é um debate que vem exatamente da demanda dessa turma.”</p>
		<p><i>Isabelle</i> “[...] e aí a gente pergunta quais temas que elas gostariam que fossem tratados nos próximos encontros. A gente já costuma ter um calendário minimamente ali organizado, mas a partir de demandas específicas, elas podem tanto ir se adaptando, né, ou então sendo acrescentadas ao que a gente tinha de modelo original.”</p>
		<p><i>Rosa Vanessa</i> “Então, a gente tem um cronograma que é pré-definido. E a ideia é que a gente consiga perpassar por todos os níveis de direitos Direito à saúde, educação, cidadania, segurança. E aí a gente monta um cronograma desse. Claro, quando tem uma demanda a gente geralmente insere dentro do cronograma como se fosse um seminário. Quando a gente monta o calendário, a gente deixa sempre os dois, três meses finais com algumas datas em aberto para que a gente possa ir fazendo essa coleta durante as aulas. Porque vão trazendo outras questões, outras demandas. Mas os primeiros três meses são fechados.”</p>
		<p><i>Sirlene</i> “Nós levamos uma proposta, que era uma proposta inicial, mas foi feita uma consulta para as mulheres, e nessa consulta elas indicavam as temáticas. E aí a gente agregou as temáticas, aliás, a gente tirava as que a gente tinha sugerido para inserir que as mulheres tinham pedido. Então, assim, a gente sempre deu preferência para as temáticas sugeridas pelas mulheres, pelas participantes, até como forma também de atender a expectativa da pessoa que estava ali para fazer o curso.”</p>
		<p><i>Clara</i> “Todo ano a gente tem um programa básico, né? E daí todo ano a gente passa, em cada encontro, uma ficha de avaliação. E com a ficha de avaliação, elas também sugerem alguns temas algumas discussões que devem ser feitas. Muitas vezes a gente está no meio do curso e elas dizem, a gente tem a necessidade de discutir esse tema, daí</p>

		<p>a gente troca, faz uma roda de conversa. Eu não deixo o programa muito engessado, sabe? Eu abro alguns espaços para que a gente possa inserir as demandas dessas mulheres. Mas um programa básico a gente faz porque senão não dá pra fazer o curso, né?”.</p> <p><i>Carla</i> “A organização dos temas, tem a participação das mulheres, porque no formulário de inscrição a gente inclui essa pergunta de quais temas elas gostariam de ver no curso. E tem temas que já são centrais para serem falados. Enfim, sobre Educação Popular, direitos humanos, feminismo, leis de proteção da mulher, Maria da Penha, questão do racismo, saúde mental. Então, algumas oficinas a gente sempre traz alguns temas que são chaves, mas elas também vão dando sugestões ao longo das oficinas, quando a gente sente que tem que falar mais sobre uma coisa ou sobre outra, e elas também fazem sugestão ao longo do curso.”.</p>
<p>Mulheres se libertam em comunhão</p>	<p>Ao criar um ambiente de diálogo horizontal, acolhedor e respeitoso, as PLP promovem a reflexão sobre as estruturas opressoras na vida das mulheres de modo a construírem uma prática coletiva para sua superação.</p>	<p><i>Mara Ester</i> “O método a gente faz, geralmente a gente coloca as meninas sentadas em círculo. Só quando não dá mesmo, é uma atrás da outra. Mas, na verdade, a proposta é que a gente faça uma roda. E a gente deixa bem livre para quem está contribuindo com a aula, expor da maneira que ela quer. Às vezes tem data show, ou outras não gostam de passar, não. Gostam mesmo de falar, mais uma roda de conversa e troca, troca de conhecimento, troca de falas. Tem umas que pegam a própria experiência dela para poder falar sobre. Então, o método é esse, não tem uma coisa assim: ‘tem que ser assim, a contribuição lá e a gente só ouvindo’, não.”.</p> <p>“Ajudar outras mulheres, vítimas de violência, aquelas que não entendem, que não têm um entendimento, ficam achando que é normal, normatiza, às vezes, a violência, que às vezes não é física. Às vezes é patrimonial, às vezes é psicológica, às vezes... E ela fica achando que é normal. Então, é muito importante. E até para a gente mesmo, né? Até para nós.”.</p> <p><i>Thalita</i> “A gente tentou fazer todo mundo se sentir confortável, mesmo abordando temas que são extremamente desconfortáveis. A gente abriu muitas feridas ao longo do ano, mas a gente fez o máximo possível para tratar e sarar essas feridas ao longo das oficinas.”.</p> <p>“E a abordagem usada em sala e a delicadeza para tratar dos assuntos faz com que mais e mais mulheres vejam a importância do projeto enquanto ele cresce.”.</p> <p><i>Christiane</i> “E aí a gente tem muito cuidado, né, porque mesmo aquela que não tá no dia a dia do poder judiciário, mas que é uma acadêmica, eventualmente vai falar de uma forma muito impostada, né, meio que palestrando, e aí não tem aquela aproximação, né, as próprias mulheres ficam acuadas porque, ou, não sei se acuada é a melhor palavra, mas podem não se sentir tão à vontade para se exporem e colocarem ali as suas questões.”.</p> <p><i>Camila</i> “Então aí a gente fez essa metodologia também de tópicos de debate no WhatsApp. Foi muito legal, porque ali nesse espaço que não é acadêmico, porque uma sala virtual acaba projetando o espaço acadêmico para dentro da virtualização. Por mais que a gente tinha um esforço ali de ter uma primeira hora toda só de conversa, depois a</p>

	<p>gente recebia uma convidada externa para debater um tema que a gente selecionou antes, todo mundo já sabia e tal, mas ainda assim a sala virtual reproduz muito desse mundo acadêmico. E nas discussões de WhatsApp, não, porque a gente utilizava de vídeo, de música, de poesia, de áudio, ninguém precisava ficar escrevendo sua opinião, podia falar, gravar, não era um debate, ela tinha tempo de falar e voltar, esqueceu, fala de novo, deixa lá e vai gerando. Foi muito legal também e ajudou a manter vivo o curso durante esses intervalos dos encontros virtuais.”</p> <p><i>Isabelle</i> “Então... a gente acaba tendo que colocar a bola no chão, né, pra fazer um diálogo de vida prática, né, porque senão o diálogo, ele se torna um tanto quanto mais difícil. E aí, depois desse quebra-gelo, a gente tem a oportunidade de ouvir alguma convidada, às vezes com um depoimento, outras tantas vão falar ali da própria lei, do que tá acontecendo.”</p> <p><i>Rosa Vanessa</i> “A gente geralmente faz em roda de conversa, mesmo quando é virtual, né? Metodologia ativa, participativa. As facilitadoras, a gente tem um ganho muito bacana, assim, positivo com elas, porque elas, por já participarem de algumas formações, entendem o que é pra ser a facilitação, né? Então, elas trazem, elas envolvem as mulheres, elas fazem a gente ter um momento de reflexão, de pensar como a gente agiria naquele momento, discussões de caso. Então a gente consegue trabalhar bem dinamicamente essas rodas de conversa. Não fica uma palestra, a ideia não é essa.”</p> <p>“Então, Educação Popular é acolhimento, é roda, é escuta. Isso, dentro da estrutura do curso de PLP, é muito importante. Se a gente pensa que a gente quer que as mulheres se fortaleçam, se emancipem e possam também ser polos dentro das suas comunidades, para que elas consigam emancipar, fortalecer, ajudar a tirar, né, sair ali de outras situações de violência, outras companheiras. Então, esse contexto da Educação Popular dentro da estrutura da PLP é fundamental, porque de outro jeito não funciona, não é PLP.”</p> <p><i>Francielle</i> “Eu acho que uma coisa que muito se fala nas oficinas é que é um espaço de acolhimento. E é um espaço que a pessoa se fortalece. Existem outras formas, mas eu acho que essa forma é muito boa pra pessoa se sentir segura e protegida no meio de outras mulheres. Então, assim, não tem o receio de... Pelo menos a gente nunca teve aqui de vazar questões lá de dentro. As mulheres se respeitam, o sigilo é muito forte, o vínculo se forma logo e é muito forte. Eu acho isso muito legal. Eu acho que tudo a gente tem que considerar o lugar que a gente está. A gente está em um lugar meio complicado. Eu acho que, pelo tamanho da cidade, o curso é muito importante.”</p> <p><i>Gabriela</i> “a gente poder entender as pessoas, de onde elas vêm, as suas histórias e como elas podem contribuir e como a gente também pode contribuir, eu acho que numa perspectiva principalmente de escuta ativa, assim e entender. Acho que eu já falei assim que é não partir dessa ideia que nós estamos ali educando essas pessoas estamos levando conhecimento a elas assim, mas entendendo que isso tudo é um é um processo ali de educação, de formação contínua, uma interação e que as pessoas estão ali</p>
--	--

	participando ativamente também construindo a extensão e que existem formas de fazer isso também e tem.”.
	<i>Isabella</i> “O simples fato da gente se sentar numa roda e todas poderem se olhar, sabe? Todas poderem, assim, uma falou ali, outra falou ali, todo mundo se vê, sabe? Eu acho que isso já faz com que flua muito bem, né?”.
	<i>Carla</i> “Eu acho que a Educação Popular, primeiro, é entender que todas ali têm o conhecimento que podem compartilhar e aprender e ensinar. Eu acho que essa é a coisa mais legal da Educação Popular. E... Enfim, o curso das PLP, ele é muito massa por isso, porque a gente quando começa o curso, ou faz o curso, e aí eu fico lembrando quando eu comecei lá, nossa, eu me sentia muito retraída, não sei se é essa palavra, né? A gente, às vezes, não tem coragem de falar as coisas que a gente pensa, e lá elas têm esse espaço de sentir liberdade pra poder falar o que pensam, né? Ou entender que aquilo que elas têm pra falar é importante também, né?”.
	<i>Lívia</i> “Então, a Educação Popular, ela permite a gente realmente fazer as coisas de uma forma reflexiva para que a gente faça elas como sujeito, e não só como objetos, como na perspectiva bancária, como recipientes para receber um conhecimento, mas também para produzir conhecimento, para dizer o que é, também, o lugar de sujeito de quem a fala também importa e está ali como um elemento de construção dos conhecimentos que estão sendo debatidos.”.

Fonte: Elaboração própria.

A organização em roda, a preocupação com cada fala, a recepção das impressões e sentimentos, a necessidade da construção de diálogo e o respeito ao conhecimento trazido pelas mulheres demonstram que a Educação Popular fundamenta a formação das PLP, não apenas nas experiências estudadas, mas desde suas origens na América Latina e no Brasil. No entanto, a realização da formação de PLP por meio de projetos de extensão traz aprendizagens fundamentais para estudantes e servidoras das IPES, permitindo a construção de uma nova forma de compreender a construção do conhecimento, muitas vezes sem espaço nos ambientes acadêmicos.

Ao tratarem da metodologia e da importância da Educação Popular para a construção dos cursos, as mulheres entrevistadas trouxeram elementos que demonstram a potência de elaboração de reflexão crítica nos espaços construídos pelas PLP. De acordo com Paulo Freire (2016), com a reflexão crítica é possível a realização da verdadeira práxis, constituindo-se como razão da nova consciência oprimida e permitindo a ação para a transformação das condições de opressão.

Apesar de existirem temáticas obrigatórias na formação de PLP, (como noções de direito e cidadania em uma perspectiva feminista; Lei Maria da Penha; gênero e raça; direitos sexuais e reprodutivos), há a preocupação de garantir que as temáticas levantadas

pelas cursistas sejam debatidas pelo coletivo. Os cursos estruturam-se na compreensão de que os saberes socialmente construídos na vivência das mulheres têm o mesmo valor que aqueles trazidos pelas facilitadoras e convidadas, geralmente estudiosas de alguma temática ou lideranças de movimentos sociais, para enriquecer os encontros. Assim, mulheres de todas as formações, profissões e condições sociais se unem para, juntas, aprenderem a ser mais, construindo um diálogo, condição existencial para a vivência humana.

[...] o diálogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (Freire, 2016, p. 109)

O cuidado com a construção do diálogo é evidente nas falas das entrevistadas por: se preocuparem em buscar convidadas que compreendam e respeitem a perspectiva dialógica do curso; criarem mecanismos de avaliação dos encontros, em que as mulheres podem expressar suas percepções e sugerir mudanças; e tentar construir o espaço mais horizontal possível. Essa possibilidade de uma construção coletiva do curso, trazendo suas vivências, suas demandas, e, como observamos nas verbalizações, passando a integrar a organização dos cursos, é um dos elementos que permitem a continuidade da formação de PLP em diferentes espaços do território brasileiro; além disso, dialogando com o objetivo desse estudo, é uma forma de construir uma extensão verdadeiramente popular.

É importante enfatizar que esse ambiente de partilha e afeto, que precisa ser seguro para que as mulheres sintam confiança em falar e participar ativamente, é também um espaço em que se partilham dores. Os cursos de PLP existem e são muito necessários, uma vez que as violências do machismo, como reflexo do patriarcado, permanecem vivas em nossa sociedade. A construção do conhecimento sobre as violências vivenciadas pelas mulheres e a necessidade da consolidação de seus direitos só fazem sentido se voltadas à transformação dessa realidade. Freire (2017) afirma que ensinar exige a convicção de que a mudança é possível, mudança desse mundo que não é, mas que está **sendo**.

4.3 Teorias feministas como práxis

A partir da constatação da realidade de opressão, as mulheres se tornam capazes de intervir na realidade, gerando novos saberes.

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. (Freire, 2017, p. 75, grifos do autor)

Nessa perspectiva, em um trabalho etnográfico realizado com as PLP da região de Porto Alegre, Alinne Bonneti (2024) reconhece na trajetória do movimento um importante papel na construção de cidadania, por permitir que mulheres se reconheçam como sujeitos de direitos: “Contudo, esse é um processo lento, que demanda **paciência solidária e uma escuta acolhedora** de maneira a respeitar as distintas temporalidades e momentos de transformação” (p. 24, grifo nosso).

Paciência solidária e escuta acolhedora são também características dos cursos analisados, cada um com suas especificidades, mas construindo espaços de afeto revolucionário entre mulheres. Segundo Freire (2016), ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinha: as mulheres se libertam em comunhão.

Justamente por buscar essa comunhão, a formação de PLP não dialoga com qualquer feminismo: talvez o dado mais importante levantado nesta investigação. O feminismo negro emergiu como principal articulador da atuação dos diferentes cursos analisados. Quando questionadas sobre como as teorias feministas colaboram para pensar a extensão que realizam, a maioria das entrevistadas mencionou que nem toda teoria feminista colabora, e quase todas apontaram a importância do feminismo negro, principalmente da teoria construída por bell hooks (2013, 2019, 2024).

É interessante observar que, em nossa dissertação de mestrado (Lima, 2020), ao pensar na relação entre o feminismo e a Educação Popular, nossas principais interlocutoras foram as feministas negras. Compreendemos, desse modo, que a Educação Popular Feminista abre caminhos para novas maneiras de refletir sobre o que significa ser mulher nas realidades em que estamos inseridas, construindo um caminho plausível de diálogo libertador que não rompe apenas com o machismo, mas busca romper as estruturas de opressão como um todo.

As feministas negras rompem com a ideia universal de mulher e trazem o debate do feminismo para as pautas cotidianas. No primeiro capítulo desta tese, abordamos como gênero se torna uma categoria de análise, fruto das reivindicações dos movimentos

feministas. No entanto, à medida que se torna uma discussão acadêmica (nas universidades e nos institutos de pesquisa), o feminismo afasta-se da realidade material das mulheres, em sua pluralidade, e passa a discutir uma ideia generalista de mulher que não abarca os diferentes atravessamentos do que é ser mulher.

Lélia Gonzales (2020), uma das mais importantes intelectuais para se pensar o feminismo negro no Brasil, referência também para as feministas negras estadunidenses¹⁴, aponta o racismo existente no movimento feminista ao ignorarem a questão racial.

Mas o que geralmente encontramos ao ler os textos e a prática feminista são referências formais que denotam um tipo de esquecimento da questão racial. Vamos dar um exemplo da definição de feminismo: ela se baseia na “resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas baseadas na existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada”. Seria suficiente substituir os termos “homens e mulheres” por “brancos e negros” (ou indígenas), respectivamente, para se ter uma excelente definição de racismo. (p. 141)

Na década de 1970, as feministas negras, principalmente, promoveram o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla de feminismo, que abarca classe, raça, sexualidade e nacionalidade, questionando o sistema ideológico de dominação que infantilizava as mulheres não brancas dentro desse modelo de feminismo (Gonzales, 2020). Consequentemente, houve a construção de um movimento mais plural e menos embranquecido, o que permitiu, também, o entendimento de que a garantia dos espaços públicos estava associada a uma condição da vida privada que necessitava ser revisitada e discutida, assim como as estruturas políticas, econômicas e culturais.

O diálogo com as entrevistadas demonstrou um engajamento com esse feminismo plural, comprometido com a construção de ações refletidas para a transformação da realidade. Percebemos a compreensão do feminismo como práxis nas verbalizações organizadas no Quadro 9, a seguir. Os eixos de aproximação foram construídos dialogando com bell hooks (2019): A importância do movimento feminista, Mulheres negras moldando a teoria feminista e Educação feminista para uma consciência crítica.

¹⁴ Angela Davis, quando esteve no Brasil em 2019, na conferência “A liberdade é uma luta constante” realizada no Sesc-SP, afirmou que não precisamos buscar nos Estados Unidos uma referência para o feminismo negro, uma vez que Lélia Gonzales já é uma referência, inclusive para ela mesma. A conferência na íntegra está disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=1xjgckTGE4s>. Acesso em 29 nov. 2024.

Quadro 9 – Teorias Feministas como práxis

Categoria: Teorias feministas como práxis		
Eixo de aproximação	Análise	Verbalização
A importância do movimento feminista	As teorias feministas têm o papel de produzir identificação nas mulheres que, ao terem contato com elas, desvelam as opressões que vivenciam e se identificam com a causa, saindo da consciência ingênua para a consciência crítica.	<i>Gabriela</i> “E aí, isso é uma coisa que grande parte das pessoas não sabem, mas aí você não pode chegar lá e falar, dar essa informação solta, você tem que dar um contexto ali, o panorama todo, e aí as teorias feministas auxiliam disso. Auxiliam nisso, como uma identificação também, para que aquilo que, como a gente está com um público essencialmente feminino, para que ocorra essa identificação também, que as pessoas possam ver, tipo: nossa, nisso é o que eu vivi, a minha vida, o que já aconteceu comigo, e ver uma autora falando disso, isso escrito, teorizado, formulado, é diferente, assim.”.
		<i>Mara Ester</i> “A gente começa a parar pra pensar e às vezes a gente tem até alguns preconceitos, algumas visões que a gente tem e a gente acaba esclarecendo e entendendo num curso de extensão. É um outro olhar que você tem, parece que tinha uma cortina de frente da sua visão, né? Não é só a minha fala, é a fala das meninas.”.
		<i>Geovana</i> “Primeiro, eu acho fundamental, né? Teorias feministas, no sentido de que existe ali toda uma construção política para a gente formar mulheres, para que elas possam voltar às suas comunidades, ter esse ímpeto de efetivamente trazer informações e conhecimento que elas, muitas vezes, já sabiam, só precisavam nomear, nesse sentido.”.
		<i>Lily</i> “Acho que quando a gente faz um projeto que vai reunir mulheres de vivências diversas, as teorias feministas são muito importantes para que a gente consiga navegar por essas vivências, para que a gente consiga compreender a nossa estrutura social, para que a gente pense a nossa instituição, para que a gente pense questões culturais.”.
		<i>Christiane</i> “E aí, eu acho que elas funcionam mais como essa heterogeneidade, essa percepção concreta da diversidade, da heterogeneidade na formação das nossas educandas do que propriamente em algo que nos aparte, que nos separe, né?”.
		<i>Camila</i> “Eu acho que quando a gente fala em teorias feministas, ou perspectiva das mulheres, é trazer... uma visão de certos problemas sociais. Então, assim, as teorias feministas vão revelar questões que estão ligadas ao gênero. Então, formas de opressão, de discriminação, de violências de todos os tipos que as mulheres sofrem e que são, aí, objeto que podem ser objeto de diálogo, intervenção da universidade com as mulheres.” .
		<i>Carla</i> “Quando as mulheres começam o curso, elas ainda estão muito... sem entender muito bem, se enxergarem quanto pertencentes ao espaço, né? E eu acho que o lance do feminismo, delas entenderem que podem estar aonde quiserem e podem fazer o que quiserem e ter essa liberdade de... Enfim, dialogar com outras pessoas e se tornarem extensionistas, que é algo que é muito massa e que elas, com o andar do curso e entendendo esse lance do feminismo também, que tá tudo conectado, eu acho que isso contribui, né? Pra

		<p>pensar o curso das PLP, pra elas compreenderem a extensão e tá tudo conectado com o feminismo, né? Também. Se se sentirem donas de si, né?”.</p> <p><i>Isabelle</i> “primeira coisa é que eu acho que as PLP fazem um negócio muito bacana, porque a gente trata de uma teoria, que pertence à teoria feminista brasileira. Ou latina, né? E eu gosto de pensar assim. Não que eu desconsidere tudo que foi feito antes da gente, né? Mas eu acho que quanto mais perto do nosso solo e das nossas dores, eu sempre pensei em isso. [...] Então, eu gosto de pensar nisso, mas eu gosto de pensar numa teoria que anda junto com a realidade, cada vez mais realidade da gente, do nosso lugar de fala, da nossa história, das nossas dificuldades, das nossas resistências, sabe?”.</p> <p><i>Clara</i> “o feminismo, ele ajuda a organizar tudo isso, ajuda a compreender a importância desse espaço de compartilhamento, ajuda no sentido de entender o que significa apoiar outra mulher, o que significa estar ao lado dessa mulher, como isso é importante, como é importante ter uma rede de apoio, formar redes de apoio.”.</p>
<p>Mulheres negras moldando a teoria feminista</p>	<p>As feministas negras e latinas conseguem estabelecer diálogo de forma mais acolhedora, promovendo maior identificação e compreensão daquilo que o feminismo pretende alcançar e ampliando a compreensão sobre ser mulher e os atravessamentos das opressões.</p>	<p><i>Lily</i> “Eu acho que tem uma característica das teóricas feministas, principalmente das teóricas feministas negras, que sempre foram as teóricas mais evidenciadas pelo coletivo Madás e pelas PLP, que é de uma escrita muito acessível, que não deixa de ser densa por ser acessível. Então, uma autora como a bell hooks, ela tem uma produção e a forma como ela se comunica e o que ela comunica para mim é a cara do projeto de PLP, porque ela é extremamente acessível, ela é extremamente amorosa, muito, muito amorosa, nos textos dela, e aí até nos textos em que ela não tá falando sobre educação, a gente aprende muito sobre educação.”.</p> <p><i>Laysi</i> “quando eu fui para a extensão eu vi que eu precisava de um arcabouço maior que inclusive teoria feminista branca que era até então que a gente estava tendo acesso, não dá conta e não é para dar conta e sinceramente apenas sob o nome e o manto de teoria feminista também não é apenas isso. Mas, por estarmos num lugar de extensão e ambiente acadêmico, eu vi as teorias feministas, principalmente as antirracistas, oferecer ferramentas muito importantes para que a extensão fosse produzida de forma a não produzir e reproduzir violências com base na desigualdade de gênero e desigualdade racial.”.</p> <p><i>Caroline</i> “Quando a gente pensa nos movimentos sociais, quando a gente pensa no movimento negro, eu consigo entender a diferença que faz quando a instituição se vincula, de fato, à comunidade, vai produzindo conhecimento com a comunidade. O movimento feminista, da mesma forma, assim como os movimentos negros, os movimentos feministas também retroalimentam a instituição.”.</p> <p>“Então, esse referencial de feminismo negro da Nilma Lino Gomes, da Bell Hooks, que vai falar desse conhecimento transformador, da Lélia Gonzalez, esse é o conhecimento que me guia, porque eu, de fato,</p>

		<p>consigo enxergar essa prática educativa sociorreferenciada no trabalho com mulheres, no trabalho promovendo a diversidade racial, de gênero.”.</p> <p><i>Clara</i> “É bem aquele espaço que as feministas decoloniais falam. Ou seja, aquele espaço em que a gente compartilha numa horizontalidade, que a gente compartilha dores, vivências, experiências. [...] a gente tem que falar de teorias que trabalham com a interseccionalidade, e as teorias feministas decoloniais são essenciais. Para compreender as opressões que essas mulheres sofrem, a partir da articulação dos fatores, principalmente raça e gênero”.</p>
<p>Educação feminista para uma consciência crítica</p>	<p>As teorias feministas permitem a desconstrução das ideias sexistas quando se propõem a estabelecer diálogo com o cotidiano das mulheres, estabelecendo diálogo entre teoria e prática, sendo fundamentais para pensar e realizar a extensão.</p>	<p><i>Isabella</i> “Eu gosto muito das teorias que a gente fala, né? Aquela frase da Alice, que eu já comentei outras vezes, que é...”o feminismo é a ideia radical que a gente é gente”. Que nós somos gente. E aí entra quando mulheres, novamente, que são da comunidade, ouvem isso. Quando elas vão ver que uma violência que elas estão vivenciando ali há anos não é normal. Que uma coisa que elas escutam, que elas repassam, não é normal. E aí vão falando, ‘gente, que isso?’ Mas, assim, o que eu quero dizer com isso é que é muito bom quando as teorias Feministas, assuntos que não são distantes da gente, não são de outro mundo, são aplicados na realidade das mulheres da comunidade. E aí quando a gente fez as mulheres pararem para pensar o tempo que elas gastavam cuidando da casa e o tempo que as pessoas que moravam com elas não cuidavam da casa, né? Aquela atividade ali, que não é normal ser só da mulher, né? Porque, ‘ai, mas eu sou mãe’, ‘ai, mas eu sou a esposa, eu que tenho que cuidar, eu tenho que fazer’. E aí vê que não é assim que funciona, né? Então assim, quando a gente aplica coisas básicas mesmo, né? Então, é muito bom, principalmente nas PLP.”.</p> <p><i>Lily</i> “Então, a teoria auxilia na compreensão e na atuação da prática. E a prática também ilumina a teoria. Ajuda, né? Que a gente entenda. Pelo menos comigo foi assim. Experiências que eu tive no movimento feminista me possibilitaram pegar alguns textos e falar, poxa, eu sei do que ela está falando. Vivi isso, conheci pessoas que viveram isso.”.</p> <p><i>Thalita</i> “especialmente porque a gente pensa que há nem um século atrás, mulheres não tinham direito a basicamente nada, especialmente aqui no Brasil. E pensar que agora, além de fazer graduação, a gente pode ajudar outras mulheres que não tiveram acesso à universidade, infelizmente, apesar da universidade ser pública e gratuita, nem todo mundo tem acesso. E eu acredito que uma boa parte das teorias feministas se enquadram nessa questão de a gente poder devolver pra outras mulheres os benefícios que a gente teve por que a gente entende que nem todo mundo tem a mesma oportunidade. Pra mim, essa é a base da extensão, é a gente devolver pra pessoas que não tiveram acesso ao que a gente teve de alguma forma que possa melhorar a vida delas.”.</p> <p><i>Cora</i> “É assim, não só trazer a teoria feminista, mas eu acho que é importante trazer o que na prática isso representou para as mulheres. [...] Então a gente tenta</p>

		<p>desconstruir mostrando os benefícios que o movimento feminista trouxe ao longo da história. Que se não fosse essa luta feminista, a gente não poderia hoje se divorciar, a gente não poderia votar, a gente não poderia ter uma série de direitos que a gente não precisa conquistar muito mais, inclusive o direito de permanecer viva, tendo em vista a grande taxa de feminicídio, de não ser violentada. Mas que, se não fosse feminismo, a gente não teria alcançado.”.</p> <p><i>Juliana</i> “eu diria que é o ponto zero da extensão. Porque a gente consegue iniciar a partir da teoria, como vai ser a prática, e aí a gente consegue realmente pensar em diferentes correntes, então a gente acaba utilizando, a gente vê o interesse de algumas ondas pelo feminismo, a gente vê aquelas questões raciais se interligando nessa questão também, então acho que sim, é o ponto zero, porque o ponto zero é pra gente preparar e pra gente pensar, e o ponto zero é quando a gente começa também, porque antes de tudo, antes da gente chegar, uma questão realmente pedagógica. Se a gente chegar na violência, a gente parte das teorias feministas como um ponto zero para conseguir fazer toda essa demanda pedagógica e inicial da extensão.”.</p> <p><i>Christiane</i> “Então, são instrumentos de análise, ferramentas discursivas que estão aí para a gente debater e fazer-se dar conhecimento também, porque isso fica muito no campo, me parece, acadêmico. Mas como que isso se reflete no dia a dia e na realidade de uma pessoa que se identifica assim ou que não se identifica assim? Como que isso acaba, eventualmente, até impactando na separação por questões ideológicas que, no fundo, não são nada mais do que constructos discursivos que tendem, ao contrário, a nos fortalecer, a nos aproximar e não a nos separar.”.</p> <p><i>Camila</i> “Acho que as teorias feministas contribuem para desvelar essas questões e que para o curso de direito é como se fosse ainda um processo de luta por conquistas das mulheres. Então é como se existisse direito, mas as mulheres não acessam. Então as teorias feministas vão mostrando o porquê que não acessam. E aí, com isso, a gente pode pensar caminhos de acesso, caminhos de um uso do direito que seja emancipatório, que seja para garantir mais acesso a esses direitos. Ou novos, que sejam da realidade dessas mulheres. Então, as teorias feministas vão ajudando a tornar isso mais claro.”.</p> <p><i>Caroline</i> “Não é só a instituição que, de maneira acadêmica, cria um repertório teórico feminista e, com isso, a gente cria mudanças. Não. As PLP são a prova disso. Que são conhecimentos produzidos na luta pela liberdade da mulher, pela não violência, pelos estudos, ele não necessariamente é um conhecimento teórico. Mas eu percebo que a distância entre a academia e esse conhecimento produzido na luta, nos movimentos, ele se diminuiu, ele se tornou menor quando você olha para as feministas negras, atuais, anteriores e as atuais.”.</p> <p><i>Livia</i> “Então, as feministas já influenciaram só Paulo Freire, né? O que precisa mais, né? E a bell hooks foi essa grande influência, com certeza, porque o livro dela é um diálogo com o Paulo Freire. Então, permite a gente ter esse olhar sobre a opressão em si, se a gente está</p>
--	--	--

		<p>falando de pedagogia do oprimido das oprimidas ou oprimidos, para além dessa opressão meramente de classe e compreender as opressões de gênero, de raça e outras demais, lgbtfóbicas, capacitistas, enfim, e que as teorias feministas, elas vêm problematizar e trazer junto, feministas no plural, porque não é qualquer feminismo que vai trazer uma perspectiva anticlassista, antirracista... Mas se a gente trazer essas teorias nessa pluralidade, dialogando com a pluralidade de realidade das mulheres, elas permitem a gente exatamente fazer a tal da práxis. Então, assim, das mulheres trazerem a sua realidade, aquilo que é intensivo, mas a gente conseguir também teorizar e refletir criticamente sobre aquilo. E as teorias feministas elas são esse aporte teórico que nos permite, realmente, uma problematização e um olhar mais profundo e mais crítico da realidade que a gente está ali discutindo”.</p> <p><i>Rosa Vanessa</i> “As teorias feministas, eu acho que elas trazem um ganho para a gente pensar as questões de gênero dentro da sociedade, quebrar paradigmas e ter outras reflexões sobre como a sociedade é, como a gente pode mudar, olhar como as políticas de enfrentamento à violência se dão. Elas abraçam todas as mulheres? Hoje, uma Lei Maria da Penha é para todas as mulheres? Então, traz esse pensamento de ampliar contribuições de diferentes vertentes para as discussões e para a extensão também. A gente pensar nesse espaço da extensão como sendo, por exemplo, algo importante para a gente galgar espaços sociais, que a gente consiga, por exemplo, que mais mulheres, dentro das extensões que a gente está ali atuando, entrem nesses espaços de incentivar, de mostrar caminhos. Eu acho que isso das teorias feministas vão abrir essa discussão, esse leque, e para além de discussão, assim, a ação mesmo, de a gente mudar os meios que a gente está.”.</p>
--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

Ousamos dizer que essas verbalizações trazem o coração do que nos propusemos a fazer nesse estudo. Elas mostram, sob diferentes perspectivas, como as teorias feministas colaboram para pensar a extensão. Embora o debate feito no capítulo anterior seja fundamental para pensarmos as políticas, as estruturas e os benefícios da extensão, neste capítulo trazemos elementos que demonstram o importante aporte para a construção de um diálogo mais próximo com as comunidades e a elaboração de novos conhecimentos nas teorias feministas. Contudo, não é qualquer teoria feminista. Algumas entrevistadas foram enfáticas ao dizer que o feminismo liberal não abarca a formação de PLP e, conseqüentemente, não dialoga com a extensão que se pretende verdadeiramente popular, processual e orgânica.

Conforme argumentamos no segundo capítulo, consideramos importante nos posicionarmos por um feminismo comprometido com a desconstrução das estruturas de opressão, características do modo capitalista de sociabilidade. Essa não é uma premissa

do feminismo liberal, que, apesar de defender o fim da discriminação e as liberdades de escolha, se recusa a tratar das relações estruturais que tornam impossível a possibilidade de escolha e o empoderamento da maioria das mulheres, terceirizando a opressão (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019). Isso não significa desconsiderar as conquistas históricas desse movimento, como o direito ao voto e a ocupação do mercado de trabalho, mas compreender que existem diversos outros atravessamentos na vida das mulheres que impedem sua vivência na cidadania. Concordando com bell hooks (2019) “para resistir a essa cooptação, é preciso antes de tudo construir uma perspectiva feminista diferente – uma nova teoria-, cujo pressuposto não seja a ideologia do individualismo liberal” (p. 37).

O primeiro eixo de organização das verbalizações traz-nos como conhecer a história do feminismo, suas conquistas e suas pautas, e permite às mulheres se reconhecerem como parte dessa história: reconhecer-se na luta e dar nome às situações que a oprimem, para poder construir junto com outras mulheres a possibilidade de novas condições de vida. O contato e o debate com as teorias feministas fazem com que as mulheres desconstruam preconceitos com relação às temáticas de gênero, criados e amplamente divulgados pela mídia de massa patriarcal, que, de acordo com bell hooks (2024), “permanece como principal local em que as pessoas aprendem sobre feminismo, e a maioria do que aprendem é negativo” (p. 47). Essa é uma realidade vivenciada fortemente nos últimos anos no Brasil, de acordo com o que apresentamos.

Também é evidente que as teorias fundamentam a compreensão das desigualdades existentes em nossa realidade, vinculadas diretamente às vidas das mulheres, as quais colaboram para elucidar eixos fundamentais à atuação das IPES por meio da extensão, principalmente, para realização de sua função social de melhoria das condições de vida da sociedade em que está inserida. Percebemos também a preocupação de que as teorias feministas apresentem as distinções concretas sobre as opressões de gênero, compreendendo que existem inúmeros atravessamentos (raça, gênero, idade, nacionalidade, classe etc.) que diversificam as vivências das mulheres. No entanto, essas diferenças não vão ser elementos de exclusão, mas de acolhimento nas formações. Dialogamos com Silvia Federici (2019c) em uma defesa pela construção de comunidades, ao apontar que:

Uma perspectiva feminista nos ensina a iniciar nossa reconstrução do comum pela superação desse estado de esquecimento. Nenhuma comunidade é possível se não nos recusarmos a basear nossas vidas e a sua reprodução no sofrimento de outras pessoas, se não nos recusarmos a enxergar o “nós” separado “deles”. O processo de tornar comum deve ser o de produzirmos a nós mesmos como sujeitos comuns. É assim que devemos entender o slogan “não há comuns sem comunidade”. Mas “comunidade” não pode ser uma realidade guetificada, um grupo de pessoas unidas por interesses específicos que as separam das outras, como em comunidades religiosas ou étnicas; ela precisa ter como norte relações de qualidade, princípios de cooperação e responsabilidade das pessoas umas com as outras e com a terras, as florestas, os mares, os animais. (p. 388)

As feministas negras ensinam-nos muito sobre construir comunidades de acolhimento. Foi muito interessante perceber que, em todos os cursos com os quais dialogamos nesse estudo, houve menção às feministas negras ou às feministas fora dos centros de discussão. bell hooks (2013) foi mencionada como uma referência em seis dos dez cursos entrevistados (UnB, UFF, IFSP, UFBA, UFPR, UFRJ); para nós, esse dado é muito caro, uma vez que essa teórica teve em Paulo Freire uma de suas referências, que segundo ela, lhe “fez pensar profundamente sobre a construção da identidade na resistência” (hooks, 2013, p. 66)

Essa intelectual faz um percurso interessante ao usar a narrativa de sua trajetória de formação intelectual como uma ferramenta de reflexão crítica sobre a necessidade de as teóricas feministas construírem um diálogo que aproxime cada vez mais mulheres e não ficasse encastelado nas instituições acadêmicas. A forma como hooks (2013) escreve aproxima-nos de sua trajetória e cria identificação com uma perspectiva feminista que abarca as diversas opressões vivenciadas pelas mulheres, como raça, classe, nacionalidade. Seu trabalho engaja-se na resignificação da teoria, para que ela possa se constituir como prática libertadora. Nesse sentido, a teoria deve ser reivindicada constantemente como um elemento fundamental para impulsionar os movimentos feministas em uma práxis revolucionária que se comprometa com as massas.

Dialoga diretamente com a proposta das PLP, a compreensão é elaborada por hooks (2013) como sendo necessária a construção de um movimento feminista politizado e revolucionário, cujo objetivo seja a transformação da sociedade, sem ser apropriado como mercadoria em que só pessoas privilegiadas podem acessar. Para superar o patriarcado capitalista de supremacia branca, é preciso que haja uma revolução de valores; assim, as instituições educacionais precisam se responsabilizar com tal. Para a autora:

Todos nós na academia e na cultura como um todo, somos chamados a renovar nossa mente para transformar as instituições educacionais – e a sociedade – de tal modo que nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade. (hooks, 2013, p. 49)

Esses são elementos que inspiram o movimento de PLP, muito interessantes para percebermos que estão influenciando a construção da extensão nas IPES participantes dessa investigação. O feminismo elaborado por hooks (2013, 2024) e outras intelectuais “à margem” permite que mulheres oprimidas se reconheçam nessa condição e busquem, coletivamente, sua superação. Partir da realidade e dos conhecimentos construídos a partir das experiências pessoais das mulheres traz uma potência transformadora. Ao fazer a crítica às intelectuais feministas brancas, isoladas na produção acadêmica e sem diálogo com a maioria das mulheres, bell hooks (2019) argumenta que a vivência na opressão faz com que se construam estratégias de sobrevivência.

Frequentemente, feministas brancas agem como se as mulheres negras só soubessem da existência da opressão sexista por intermédio delas. Elas acreditam que estão fornecendo às mulheres negras “a” análise e “o” programa de libertação. Não entendem nem podem sequer imaginar que as mulheres negras, assim como outros grupos de mulheres que vivem diariamente em situação de opressão, geralmente tomam consciência das políticas patriarcais através de sua própria experiência, desenvolvendo também, por isso, estratégias de resistência (ainda que sem base organizada e firme). (p. 39)

Esse é um dos aspectos que faz com que os projetos de extensão que se propõe a dialogar (e não a estender conhecimentos) ganhem nas estratégias para se responsabilizar com as transformações sociais. Conhecer as experiências das diferentes mulheres que vivenciam a formação de PLP nas IPES, estabelecer diálogo e construir junto com elas caminhos para a superação do sexismo vivenciado em nossa sociedade são objetivos dos projetos analisados neste trabalho.

O terceiro eixo de verbalizações traduz-se na construção da práxis que as teorias feministas e a extensão conseguem realizar juntas. Encontramos a compreensão de que constroem uma extensão popular e feminista, compreendendo as desigualdades e injustiças e se desafiam a transformá-las. Logo, é fundamental que os conhecimentos produzidos nesses projetos estejam indissociados do ensino e da pesquisa, para que as teorias feministas não fiquem “hospedadas por um gueto acadêmico com pouca conexão com o mundo lá fora” (hooks, 2024, p. 45).

Ao pensar uma “educação feminista para uma consciência crítica”, hooks (2024) nos propõe que ensinemos pensamento e teoria feminista para todo mundo, de modo a

alcançar um objetivo além da palavra acadêmica e da palavra escrita, ocupando espaços de mídia, de forma que seja possível comunicar com mulheres e homens, e considerando que grande parte da população não tem habilidades e condições de ler livros de teorias feministas. Para a autora, “se não trabalharmos para criar um movimento de massa que oferece educação feminista para todo mundo, mulheres e homens, teoria e prática feministas serão sempre enfraquecidas pela informação negativa produzida na maioria das mídias convencionais” (hooks, 2024, p. 48).

Assim como Paulo Freire (1997), ela defende que a conscientização das pessoas oprimidas não é um fim em si, mas serve para a construção de uma práxis significativa. As falas de nossas entrevistadas expõem a preocupação de que as teorias feministas deem força para ações refletidas e direcionadas para a desconstrução das opressões e construção de resistências, assim como deram força para que bell hooks (2013) elaborasse a crítica construtiva à Paulo Freire, apontando os pontos cegos de sua obra com linguagem sexista, acolhida “para ser coerente com minha opção por aquele mundo menos malvado de que falei antes” (Freire, 1997, p. 35).

hooks (2013) atualiza a obra freiriana e a incorpora à teoria feminista, é fundamental nos cursos de PLP analisados. Mais uma vez, enfatizamos o quanto é importante que sejam bases para a realização da extensão nas instituições públicas de ensino, bem como o quanto nos traz satisfação que nossa investigação tenha mostrado que, apesar das dificuldades estruturais, é possível realizar a extensão popular e feminista.

Caminhemos para a última discussão desse estudo: o **esperançar**.

5 ESPERANÇAR NA EXTENSÃO: MULHERES EM COMUNHÃO E SUAS RESISTÊNCIAS CRIATIVAS



Anne Oliveira. Marianas. Aquarela sobre nanquim. 2024.

Azar de quem não paga a gente. E não está na extensão, por isso. A gente faz mesmo assim.

Lívia

Não existe projeto sem elas. Então, tudo é decidido em conjunto para melhor acolher a demanda de todas. Não é de uma maioria, é de todas.

Camila

Ao longo de nosso percurso investigativo, apresentamos aspectos da realização dos cursos de PLP nas IPES, seus desafios, metodologias e bases teóricas. Compreendemos que existem dificuldades estruturais no que se refere ao sucateamento da educação pública, bem como ideológicas, por não existir um engajamento político para o desenvolvimento da extensão e pelas imposições do patriarcado, que dificultam a organização de mulheres na busca por cidadania.

No entanto, as mulheres participantes dessa pesquisa, além de trazerem dados de reflexão sobre as políticas públicas de extensão e a importância das teorias feministas plurais para sua realização, mostraram-nos como resistem criativamente às dificuldades existentes e perpetuam a extensão popular e feminista. Neste último capítulo, apresentaremos o que essas mulheres desejam para a extensão, de que modo elas constroem uma resistência criativa e como vivenciar a extensão transformou a vivência pessoal delas.

5.1 Os sonhos possíveis: os desejos para a extensão

Quando questionadas sobre o que acreditavam ser necessário e o que gostariam que existisse como política para a realização da extensão, percebemos que os anseios são semelhantes, sintetizados por aspectos organizados em prioridades, considerando a frequência com que apareceram:

Quadro 10 – Necessidades para a extensão

Necessidades para a extensão	
Recursos Orçamentários	As entrevistadas enfatizam a necessidade da destinação de recursos financeiros para a realização dos projetos. Gostariam que existissem mais recursos para a extensão, prevendo o custeio de materiais de consumo (papel, caneta, cartolina, banners etc.) e alimentação. Todos os projetos entrevistados, com exceção do realizado no IFSP, não têm recursos para realizar um lanche nas oficinas, o que consideram importante, pois muitas mulheres vão direto do trabalho, sendo o lanche uma forma de acolhimento dessas trabalhadoras.
Bolsas de extensão	As bolsas fazem parte dos recursos orçamentários e são muito requisitadas, tanto para estudantes quanto para colaboradoras externas. Para estudantes, seria uma forma de viabilizar a dedicação às atividades extensionistas, sem precisar se ocupar também com um trabalho ou estágio remunerado, visto que as demandas são muitas. Para colaboradoras externas, seria importante para manter as mulheres da comunidade realizando o curso e participando da facilitação dos encontros, com uma contribuição financeira para isso.
Valorização Institucional	As IPES precisam valorizar mais as ações de extensão, promovendo o engajamento de mais servidoras e servidores nas atividades extensionistas, bem como estabelecendo critérios de avaliação e prestação de contas condizentes com o fazer extensionista. Esse engajamento depende, entre outros fatores, do reconhecimento e da valorização da extensão nos relatórios anuais de desempenho, além da viabilização de recursos, sem que isso signifique um aumento desproporcional nas burocracias institucionais.
Transporte	Se a extensão pretende ser próxima à comunidade, precisa viabilizar o deslocamento da comunidade para as instituições e vice-versa. A viabilização do uso dos veículos institucionais para as atividades extensionistas são uma demanda, assim como a viabilidade para que se garanta a presença de pessoas que moram afastadas das IPES sem condições de se deslocarem para participação nos projetos de extensão, seja com a disponibilização de vale-transporte, veículos institucionais ou bolsas para deslocamento.

Divulgação	A divulgação e a integração dos projetos de extensão foram apontadas como uma necessidade para que se construam trocas entre eles e para que as comunidades acadêmica e externa possam conhecer o que se tem realizado nas IPES. Essa seria uma forma de valorização institucional que colaboraria para a valorização social da extensão.
-------------------	---

Fonte: Elaboração própria.

Quando discutíamos sobre as dificuldades para se realizar a extensão, é necessário lembrar que estamos em um momento de precarização da educação pública em seus diversos níveis: as IPES não estão fora desse contexto. Isso influencia diretamente nos recursos orçamentários, tão enfatizados como necessários para a realização da extensão, com demandas bastante pautadas por essas mulheres que realizam a formação de PLP por meio da extensão.

Obter recursos para a compra de materiais de consumo para a realização das oficinas e viabilizar o lanche, tão enfatizado em quase todas as entrevistas como um momento importante de partilha durante as oficinas, é necessário, sem que implique acúmulo de burocracias que não condizem com a prática da extensão. Ademais, a possibilidade de mais bolsas, não só para mais estudantes, mas também para pessoas externas à comunidade acadêmica, é importante para viabilizar esse momento formativo fundamental. Um dos cursos (IFG) afirmou a possibilidade de pagamento de bolsa para pessoas externas; no entanto, a prestação de contas do período em que obtiveram recurso (2021-2022) foi uma tarefa pesada, com muitas dificuldades de aprovação pela instituição. Mesmo assim, tentaram novamente, sem sucesso: não foram contempladas nos anos seguintes, uma vez que disputavam com projetos de todos os 14 *campus* do IFG. Essa experiência mostra que, embora seja possível pensar e destinar bolsas para a comunidade que constrói junto a extensão, retomando o pensamento da entrevistada Lívia, quando se destina dinheiro às pessoas menos favorecidas, é necessário justificar em inúmeros pormenores burocráticos. Como afirmou Rosa Vanessa, “querem nos vencer pelo cansaço”, mas resistimos.

Muitos, principalmente as estudantes, defenderam a necessidade de maior divulgação dos projetos e ações de extensão das IPES. Mostraram-se desejosas de conhecer o que se tem realizado nas instituições que estudam, mas, sobretudo, gostariam que a comunidade conhecesse mais essas atividades, a fim de desconstruírem preconceitos contra esses espaços de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, as servidoras apontam que a divulgação e a integração dos projetos de extensão deveria ser parte de uma política de valorização da extensão, que perpassa as políticas de fomento,

mas também o estímulo na organização de suas carga-horárias de trabalho e pontuações estabelecidas nos relatórios anuais de desempenho.

As participantes também pontuam sobre a importância de se pensar o deslocamento das pessoas que vivenciam a extensão e indicam a possibilidade de as IPES viabilizarem seus veículos institucionais não apenas para visitas técnicas, mas também para o deslocamento de facilitadoras e cursistas para as atividades das PLP. Relembramos que, para a implantação do curso em Águas Lindas, em 2019, as facilitadoras iam do Plano Piloto e de Ceilândia, no Distrito Federal, para o IFG no ônibus da UnB (Lima, 2020), viabilizado pela Faculdade de Direito, mostrando ser também um “sonho possível”. Como nos disse a servidora Isabelle, “o artista tem que estar onde o povo está”.

As IPES também podem se articular com as esferas municipais e estaduais para utilização dos transportes públicos de suas cidades por parte das extensionistas, com custos mais baixos ou sem custos. No entanto, isso depende de vontade política para viabilizar uma extensão que, de fato, traga a comunidade para dentro das instituições, e vice-versa.

Já vimos e reforçamos que, embora a extensão enfrente dificuldades para ser realizada, existem estratégias que podem ser utilizadas a partir do que existe nas IPES para que ela seja, pelo menos, facilitada, com divulgação, articulação e transporte. Gostaríamos de construir esse **esperançar**, a partir de então, mostrando a resistência criativa elaborada por essas mulheres que, mesmo sem as condições ideais, constroem a extensão popular e feminista.

5.2 Resistência Criativa: solidariedade e irmandade entre mulheres

Apresentar as formas com as quais as mulheres, apesar das dificuldades elencadas, realizam seus cursos pode ser perigoso, uma vez que, mesmo sem as condições ideais, os cursos de PLP se realizam atingindo seu propósito de formar multiplicadoras dos Direitos Humanos das Mulheres e agentes em prol da cidadania. Também não é nosso intuito romantizar o esforço despendido por servidoras e estudantes para que esse movimento social de mulheres tenha o apoio das IPES para acontecer. Nosso objetivo é mostrar como o resgate à solidariedade entre feministas, defendida por Lélia Gonzales (2020), e à irmandade, defendida por bell hooks (2019), acontece nos diferentes cursos estudados por

meio de sua resistência criativa, compreendendo essa como a forma em que as mulheres encontram de, mesmo diante das dificuldades, continuar promovendo os cursos de PLP.

Nesse sentido, elencamos alguns exemplos de ações realizadas pelas PLP para viabilizar a realização de seus cursos, demonstrando a construção de uma comunidade colaborativa e solidária entre essas mulheres, as quais caracterizam a categoria intitulada “Resistência Criativa” e organizada a partir dos seguintes eixos de aproximação: maternidade, transporte, apoio financeiro e resistência política.

Quadro 11 – Resistência Criativa

Categoria: Resistência Criativa		
Eixo de aproximação	Análise	Verbalizações
Maternidade	Sendo as PLP uma formação voltada para mulheres, não é possível que se realize sem pensar em estratégias para acolher aquelas que são mães e não tem onde deixar seus filhos para fazer o curso.	<i>Clara</i> “E aí, a gente também não tem um lugar específico na universidade para que essas crianças fiquem bem acolhidas enquanto as mães estão no curso. O que a gente tem, daí é isso que eu falo, a gente produz essas coisas. A gente tem uma ciranda, a gente leva brinquedo. Eu tenho uma sobrinha, eu levo brinquedo. A gente leva coisas para fazer atividades com as crianças. Tenta, às vezes, até fazer atividades paralelas com o que está sendo discutido. para que elas entendam o que é estar lá no curso das PLP.”
		<i>Mara Ester</i> “Então, se está tendo aula e tiver criança, a gente tira, a gente leva lápis de cor, leva desenho para pintar. A gente fica com aquela criança o tempo que a mãe está lá fazendo a aula. A gente se organiza, a gente pergunta, então na ficha de inscrição já tem lá, se tem e se vai precisar, porque às vezes também tinha mãe lá que tinha filho e não precisava, o marido tomava conta, ou tinha alguém que sempre ficava com a criança em casa, por ser à noite o curso. Já Campinas tem criança, que eu fui lá no primeiro dia de aula e tem umas quatro lá, mas tem gente para tomar conta. Leva um brinquedo, leva caderno, coisinha para pintar, se organizam lá.”
		<i>Juliana</i> “Uma das inscritas mandou mensagem falando, olha, eu tenho um filho pequeno. Eu cheguei lá com um arsenal, eu não sabia a idade da criança, eu tinha coisas lúdicas de zero a 16 anos, eu acho que dava para a gente ficar ali.”
Transporte	As mulheres se organizam com caronas solidárias, vaquinhas para comprar passagens para o transporte público e parcerias com o poder público para conseguir viabilizar a participação de mulheres sem condições para tal.	<i>Mara Ester</i> “A gente consegue, corre atrás de ônibus, a gente vai atrás da prefeitura, para arrumar o transporte para a gente. Então, a gente corre atrás e as meninas adoram. Se organizou também ali, assim, algumas, a gente carona. Eu, por exemplo, eu era coordenadora do curso e tem uma menina cega que fez o curso, tem essa também, a gente tem uma cega. Mulheres cegas fizeram o curso. Ela mora lá no Amando, eu moro em São Sebastião. Ela não tinha como ir. Então, o que eu fazia? Eu saía no meu bairro, não é longe, então eu ia lá, pegava, levava para o curso. Depois, na hora de ir embora, a outra que morava lá em Monte Mor, ao invés dela ir por fora, para ir para Monte Mor, ela ia por dentro aqui, para deixar a Paula, que é cega na casa, no apartamento dela, porque você tem que levar, porque a pessoa é cega total. Então, eu buscava e a gente combinava. Então, a gente se organizou de um jeito, para carona solidária.”

		<p><i>Christiane</i> “Mas não, como eu disse, não para aplicação de recursos dentro, nem mesmo do transporte de algumas facilitadoras. Como eu estou dizendo, tem mulheres que são da militância, que tem mulheres de favela que vão facilitar, tem mulheres empregadas domésticas do movimento sindical de empregadas domésticas, por exemplo, que tem muita dificuldade. E às vezes a gente tira do nosso bolso, a gente faz vaquinha, sabe? A gente procura aí outros recursos.”.</p>
		<p><i>Lívia</i> “Infelizmente, a gente não tem formas de financiamento para quem tiver alguma dificuldade maior de participar. mas a gente sempre explica para as pessoas não desistirem porque estão sem dinheiro pra passagem, coisa que a gente, para informar a facilitação que a gente às vezes pode ver um financiamento a partir das vaquinhas que a gente já fez, uma proposta que a gente já fez de algum evento de dinheiro, que a gente pode buscar alternativas para garantir que essa pessoa continue participando.”.</p>
		<p><i>Clara</i> “Então, a gente fez essa vaquinha virtual justamente pra arrecadar dinheiro pra pagar a passagem dessas mulheres que não podem, né, não podem vir. E daí, a gente arrecadou também pra formatura. Então, a gente tinha esse dinheiro justamente pra custear a passagem daquelas que não pudessem vir.”.</p>
<p>Apoio Financeiro</p>	<p>As vaquinhas são o principal recurso que as mulheres têm para viabilizar a realização das oficinas. Também recorrem a entidades socialmente comprometidas e a editais de fundos de financiamento para obterem recursos.</p>	<p><i>Lívia</i> “vai fazendo muito do nosso bolso, de vaquinhas, de levantamento dos projetos que tem que fazer por festa, de meios alternativos, como se fosse uma lógica quase assistencialista, como se a gente fosse uma ONG, como se a gente não fosse realmente uma política pública.”.</p>
		<p><i>Carla</i> “A gente, às vezes, tem que ficar buscando editais externos ou ajuda externa ou fazendo com o nosso bolso mesmo, porque não tem como.”.</p>
		<p><i>Cora</i> “Não, por enquanto, dinheiro do meu bolso. A Juliana fez um bolo, eu comprei as coisas, café, minha mãe fez um negocinho pra levar, eu comprei os cadernos, comprei caneta. Enfim, então a gente vai na base da doação. As alunas contribuem com biscoito, eu levo café. A gente vai dando um jeito.”.</p>
		<p><i>Juliana</i> “Então, assim, a gente já pensou, olha, bacana. Agora, a gente, na próxima edição, vamos ampliar para os outros municípios. E aí é mais trabalho, mas a gente tem mãos para isso. O pessoal está realmente animado. Então, eu acho que é bacana. Vamos fazer as cartilhas do suplemento, vamos dividir em cidades, a gente tá planejando como que a gente vai fazer isso. E a gente fala do auxílio financeiro até por isso, porque a Cora paga as impressões, a gente faz as coisas totalmente sem auxílio, mas a gente tá fazendo.”.</p>
		<p><i>Camila</i> “Mas, como na última turma, a gente não teve nenhum subsídio, a gente não teve nenhum apoio financeiro, a gente se cotizou ali um momento para fazer os encontros pontuais presenciais. Houve um dispêndio de gasto nosso e cotizado entre todas. Mas a gente tenta acolher ao máximo a realidade de cada uma para que o curso se realize, de fato. Ele é essencialmente dependente das cursistas. Não existe projeto sem elas. Então, tudo é decidido em conjunto para melhor acolher a demanda de todas. Não é de uma maioria, é de todas.”.</p>
		<p><i>Geovana</i> “A gente tinha que... Eu, por exemplo, tive essa tarefa, né? Eu fiz officios pra enviar pra sindicatos, pra enviar pra diversas entidades, né, que já têm uma relação ali na própria... nos próprios movimentos sociais e culturais e tudo</p>

		<p>mais, pra angariar subsídio pra gente poder fazer a nossa formatura, por exemplo, né? Que a gente precisava cobrir gastos com alimentação, cobrir gastos com bebidas, cobrir gastos com produção de banner, enfim, com muita coisa, assim.”.</p> <p><i>Isabella</i> “dinheiros, a gente sempre usou do nosso bolso. Mas, por exemplo, para fazer lanche coletivo, a facilitação se divide mais ainda. Realização de eventos, a mesma coisa, né? Sempre mais doação do que a gente...”.</p>
Resistência Política	<p>Prosseguir realizando os cursos, mesmo com toda precarização, é uma forma de resistência política dentro das IPES, mas principalmente contra as estruturas que perpetuam o machismo e a misoginia.</p>	<p><i>Lily</i> “Foi bem interessante, assim, porque era um contexto político de reforma trabalhista, de eminência de reforma da Previdência, e sucateamento da universidade, que estava onerando muito as condições, dos trabalhadores terceirizados, as condições de trabalho deles se degenerando, demissões arbitrárias, e aí o PLP pôde ser um espaço, assim, de organização e de mobilização para resistir e para enfrentar o que estava acontecendo.”.</p> <p><i>Rosa Vanessa</i> “A PLP é toda feita na militância, então não tem um reembolso. A gente precisa organizar com antecedência.”.</p> <p><i>Lívia</i> “Azar de quem não paga a gente. E não está na extensão, por isso. E faz mesmo assim.”.</p> <p><i>Cora</i> “Enfim, mas é essa lógica do interior que eu acho que por isso que é da importância desse projeto e a gente conseguir manter esse projeto mesmo com dificuldades estruturais, financeiras. Eu acho que é fundamental. Verba para competição de aluno, não sei aonde tem. Verba para não sei o que lá tem. Para o nosso projeto, nunca tem. Que também é uma forma, enfim. E aí a gente acha que a gente mantém também uma forma de resistência. De resistir e de marcar espaço.”.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Solidariedade entre mulheres foi o caminho encontrado pelas PLP para darem continuidade a seus cursos. A teoria e a prática feministas, quando em coerência, permitem a construção da irmandade, que precisa se fortalecer no movimento feminista. Isso não exclui a necessidade de políticas públicas direcionadas para a consolidação da extensão comprometida com as demandas sociais. No entanto, demonstra o comprometimento de mulheres, estudantes, servidoras e externas à universidade em fazer resistência à desvalorização da extensão das IPES, mas sobretudo às estruturas sexistas e patriarcais da sociedade.

As “vaquinhas” são a principal forma de conseguirem organizar os lanches (sempre enfatizados como um momento importante de partilha durante as oficinas), o transporte das mulheres sem condições de se deslocarem para o curso,; a compra de materiais de consumo (cartolinas, canetas, papéis etc.), a impressão de materiais de divulgação e a realização da formatura. Uma estratégia interessante também é a busca por

captação de recursos via editais de fundações de fomento à movimentos sociais e entidades comprometidas com os direitos sociais, como sindicatos.

Como ensina bell hooks (2019), “devemos nos unir com base no compromisso político de um movimento feminista que almeje o fim da opressão sexista” (p. 84). Percebemos que as mulheres nas PLP se unem para garantir a participação de todas e combater o sexismo, que ensina as mulheres a se odiarem e acreditarem que estão em competição. Isso fica muito evidente ao se preocuparem em acolher as mães que precisam levar suas crianças para o curso. Mesmo não existindo estruturas específicas para o acolhimento de crianças nas IPES estudadas, há uma organização para que as mães tenham tranquilidade em participar do curso ao mesmo tempo em que seus filhos participam de atividades lúdicas. A necessidade dessa organização revela um sintoma grave nas políticas de permanência e êxito das instituições, uma vez que, se não existem condições de acolhimento para mães (e não somente para a extensão), dificulta-se a possibilidade da conclusão dos estudos de mulheres, muitas vezes as únicas responsabilizadas pelos trabalhos de cuidado.

Os espaços de diálogo são construídos com horizontalidade e respeito às vivências de todas, permitindo o desenvolvimento de novos conhecimentos e de uma compreensão ampliada do que é ser mulher e sobre o que é vivenciar as IPES, seja como estudante, servidora ou comunidade externa. Essa resistência criativa, tão característica das PLP e dos movimentos populares de mulheres, torna-se parte de uma resistência política nas instituições, a qual nos permite repensar não somente as condições para a realização da extensão, mas também a estrutura organizacional dos cursos, do trabalho das servidoras e dos servidores, da dotação orçamentária e do próprio papel social das IPES.

A extensão popular e feminista realizada nesses cursos possibilita a realização de uma educação para emancipação de mulheres, construindo concomitantemente uma realidade menos opressiva para todas as pessoas. Dialogando e parafraseando Heleieth Saffioti (2011), emancipar as mulheres significa também emancipar os homens, uma vez que “que quem não tem necessidade de entrar em relação com outro ser humano, perdeu toda sua humanidade” (p. 85).

É importante fecharmos essa discussão e o debate sobre as categorias elencadas para este trabalho, trazendo as transformações pessoais apontadas por servidoras e estudantes que vivenciam a extensão. Na entrevista com as estudantes, direcionamos uma pergunta específica para saber como vivenciar as PLP impactava em sua relação como discentes de uma IPES. Ainda que essa pergunta não existisse para as servidoras, ao

tratarem sobre os benefícios de se realizar extensão, trouxeram trazer vivências de quando eram estudantes ou sobre a transformação ocorrida por estarem à frente da organização das PLP em suas vivências como servidoras. Organizamos as verbalizações dessa categoria, aproximando as falas a partir dos seguintes eixos: Mudança na relação com a instituição e Mudanças pessoais (Quadro 12).

Quadro 12 – Transformações pessoais com a extensão

Categoria: Transformações pessoais com a extensão		
Eixo de aproximação	Análise	Verbalizações
Mudanças pessoais	As mulheres relatam a construção de uma nova forma de analisar e estar na realidade que vivenciam, além da construção de laços de solidariedade com outras mulheres.	<i>Lily</i> “E foi um período muito interessante para mim como estudante de formação acadêmica, que eu li várias autoras feministas, fiquei conhecendo várias autoras, comecei a me apropriar de alguns conceitos, de algumas discussões e desenvolver habilidades mesmo de construir uma síntese de um texto, pensar uma apresentação, participar de um debate, enfrentar a timidez, a insegurança de se posicionar num ambiente universitário, que era algo que eu lidava, porque eu entrei na universidade com 18 anos, então eu era muito nova, muito insegura. E aí foi um ambiente de formação, para mim, bastante significativo, e de adquirir confiança para refletir, para buscar informação, para pesquisar textos. E elevou bastante a minha experiência na universidade.”
		<i>Bianca</i> “E aí, com isso, ouvindo aquelas coisas, identificando tudo aquilo, me ajudou muito na minha vida, para entender, não é terapia, mas foi terapêutico, para entender, para poder trabalhar com isso e para poder promover essas questões [...] E aí são questões também que são trazidas no curso de autoamor, autocuidado... Então, isso para mim, me entender como mulher, além de ser mãe, profissional, estudante.”
		<i>Francielle</i> “Eu acho que a extensão, ela abriu portas e abriu a mente. No curso, muita gente fala assim, eu queria não saber, eu queria fechar minha mente para isso, mas não dá, é impossível. É aquela frase, que quando você abre a mente, não tem como fechar novamente. Depois que eu entrei na PLP, o curso ficou totalmente diferente.”
		<i>Geovana</i> “Então, a partir disso, eu fui modificando um pouco, por exemplo, a forma como eu me portava no projeto, né? Eu ficava mais reclusa no início, achando que seria uma dinâmica aproximada, né, de relação professora-aluna, aluno-professor. E aí, isso foi se modificando, né? Então, até a própria minha dinâmica corpórea dentro do espaço se modificou, no sentido de poder me sentir confortável em conversar com as pessoas, em ocupar o espaço, né?”
		<i>Rosânia</i> “Para mim, eu ajudei muita gente. Muitas mulheres estão precisando a sair de relacionamento abusivo, já. Então, assim, a gente vai dando mais força para as outras que passam por isso. E eu mesma, assim, também já sei me defender. Assim, que eu não sabia, né? Que a gente, às vezes, acha que é só apanhar, é uma violência, não é não, até palavras, né? E aí a gente vai aprendendo. Aí a gente vai ficando com outra cabeça. E eu aprendi, estou aprendendo ainda. Quero aprender mais.”
		“Eu não tenho nem o que falar, eu só sei dar parabéns e agradecer a Deus por ter conhecido essas mulheres, porque o

		<p>ano passado, o que me salvou foi esse curso, me colocou para cima, porque eu estava na depressão. Entrando na depressão, não tinha mais nem força para lutar para a vida. Então, quando eu entrei aí, eu comecei a enxergar a minha vida com outro olhar diferente. Eu vi que não era só eu que estava passando por lutas, não. Vi que tinha mais mulher e ele estava todo mundo procurando um braço para acolher a gente. E eu fui bem acolhida. Então, ali, eu já sei reconhecer quando eu vejo um olharzinho triste da mulher que tá pedindo socorro, mas não tem coragem de falar. Então, tudo isso, assim, eu me vejo hoje que eu posso, assim... E eu fico feliz porque agora eu estou podendo ajudar outras pessoas, outras mulheres. Porque, de primeira, eu também não sabia nem como me ajudar e ajudar as outras como. Eu não sabia nem me ajudar. Então, hoje, assim, eu estou vendo que valeu a pena e está valendo.”</p> <p><i>Rosa Vanessa</i> “Porque, assim, me emancipou e eu sei que emancipa várias outras mulheres, as nossas rodas, os nossos encontros, entender a potência desse espaço fora dos muros, né, ali. E aí, quando eu falo da USP, é os muros de vidro, porque... a diferença acontece muito mais ali, sabe? Acho não, tenho certeza.”</p>
<p>Mudanças na relação com a instituição</p>	<p>Vivenciar a extensão permite que as extensionistas estabeleçam novas formas de lidar com sua formação acadêmica no ensino e na pesquisa e, consequentemente com sua relação no mundo do trabalho.</p>	<p><i>Laysi</i> “E foi na extensão que eu consegui ver uma função social mesmo para o exercício jurídico. porque, tirando isso, era não ver tanta esperança. Na extensão, especificamente com a Educação Popular, na assessoria jurídica, é que eu me encontrei. Então, para mim, significou não desistir do direito, por exemplo.”</p> <p>“A extensão faz com que a gente não fique na bolha USP, na bolha Faculdade de Direito, na bolha Estudo Direito Romano, e faz com que a gente também queira... Enfim, outras coisas. Foi aí que eu desisti de ser juíza, foi aí que eu falei assim, não, eu vou, quero ser professora, quero isso, quero aquilo. E eu acho que uma coisa importante também de se colocar que eu tive experiências internacionais já no último ano da faculdade por ter sido extensionista. A galera gringa olha e fica assim, meu Deus, você é tão incrível. Eu ficava assim, é o mínimo, né? Uma pessoa que mora no Brasil, situada, que é negra, sabe que é negra, que é pobre, sabe que é pobre e tem que fazer alguma coisa a partir do lugar que ela tá. Mas pros gringos eram incríveis. Eu consegui duas bolsas por conta disso. O meu currículo quando, assim, eu já tinha coordenado o livro, isso, aquilo, aquilo outro, por conta da extensão.”</p> <p><i>Isabelle</i> “Quando eu me emocionei sobre a extensão, é porque, assim, eu vi isso acontecer na minha vida. Então, à medida que eu fui me envolvendo com a extensão, que eu fui me envolvendo com... com DCE, com CA e tudo mais, a minha vida na graduação foi mudando, né?”</p> <p><i>Clara</i> “Eu aprendi a escutar. Eu escuto. Então eu fico ali e óbvio que isso me afeta profundamente, afeta a minha pesquisa. Então, isso mudou muito a forma como eu olhava para todos os temas e tudo aquilo que eu vinha estudando e, obviamente, agora eu sou uma outra pessoa.”</p> <p>“Eu falo assim, hoje eu não penso na universidade, não penso na minha vida acadêmica sem extensão, acho que ficaria muito pobre, muito descolada da realidade, eu seria só mais uma lá, com aquele discurso quase messiânico, falando</p>

		<p>aquelas paredes sem nem... sem nenhuma utilidade nenhuma, ou seja, nenhum tipo de contribuição do meu discurso para a concretização dos direitos.”.</p> <p><i>Rosa Vanessa</i> “De ganhos, vou rasgar elogios aqui à extensão, porque me formou enquanto profissional, assim, eu hoje, melhorando um pouquinho da minha identidade profissional, né, tentando ter essa autoestima profissional, vejo que é um diferencial no meu currículo hoje, ter tido toda essa experiência enquanto eu estava na graduação, porque eu conseguia observar aquilo na teoria e nos hospitais, que é onde a gente tem que ficar imensa, né, no hospital, na UBS, que são os únicos espaços, e quem faz licenciatura vai para as escolas, também no formato bem fragmentado. Então, eu consegui fazer esses interpassos indo e voltando para a universidade, né, ou voltando no espaço, indo para a universidade. E aí eu vejo que eu consigo falar melhor. Eu tenho um manejo de comunicação nas rodas muito diferenciado também. Consigo fazer um acolhimento, tanto individual quanto em grupo, que quando eu vou para uma prática dentro dessas instituições, um hospital, uma maternidade, uma UBS. A minha comunicação, ela mudou muito, né? De fazer laços mesmo. Então, ter ideias, criar... Criar junto com as mulheres.”.</p> <p><i>Thalita</i> “Mas, enfim, a experiência de extensão nas PLP tem colaborado bastante, especialmente na minha área de formação, porque a gente é ensinada a conhecer as pessoas e contar a história delas, só que não necessariamente a gente conta como essas pessoas podem recorrer, como essas pessoas podem ir atrás dos seus direitos. E eu tenho a impressão de que a extensão, mais especificamente nas PLP, tem me tornado não só uma observadora, mas uma agente ativa nessa promoção de direitos.”.</p> <p><i>Lily</i> “Eu sou militante, sou organizada politicamente e questões de gênero são muito caras para mim, por conta dessa experiência que eu tive nas PLP. A vivência com a Educação Popular também me inspirou a ter uma relação mais leve e muito voltada a um propósito com os meus estudos. E assim, esse diálogo do conhecimento científico, com o conhecimento popular, e ver na prática como é baboseira esses discursos antiacademicistas, anti-intelectuais, de que as pessoas, a população, o povo não tá nem aí pra teoria, não tá nem aí pra nada, e ver na prática que isso é uma baboseira, que isso é uma falácia. Que as pessoas se importam, sim. Tem mulheres que, às vezes, não têm nenhum segundo grau e estão lendo Angela Davis e estão discutindo Angela Davis porque elas entendem que é importante discutir Angela Davis pra atuar na associação do bairro delas. E aí, isso me inspira a me relacionar com o conhecimento acadêmico dessa forma. Então, é ver assim, e ver também que o conhecimento jurídico, ele pode ter uma utilidade. Saber como chegar na delegacia, o que fazer, o que dizer, quem procurar, como produzir provas, como se proteger. Eu acho isso bem interessante, me dá uma sensação de estar honrando o caráter público da universidade. De estar contribuindo para enriquecer a universidade, trazendo para dentro dela essas experiências de pessoas que conseguem construir uma articulação política muito interessante, muito sofisticada.”.</p> <p><i>Isabella</i> “Eu acho que as PLP têm uma vivência muito diferente em cada vida de cada mulher, sabe? Então, assim, na minha vida, Poderia entrar bastante no quesito de ser um</p>
--	--	---

		<p>curso de extensão da Universidade, do Instituto Federal, mas entra mais como uma atividade extra que eu faço mais por prazer, enfim, do que pro meu currículo, sabe? Não é uma coisa que me conta pontos e nada assim e tudo mais. Mas é isso. Pelas horas é ótimo, só que Ceilândia é ainda melhor, que é o dobro de horas, viu? Mas, assim, eu não penso muito na questão de horas, no final de cada curso, que precisa fazer tantas horas de extensão, de conhecer outros projetos, que não sei o que lá. Mas eu nem vejo isso. Mas é uma extensão que me faz parte de continuar e que chega um momento que eu não penso tanto nas horas, né?”</p> <p><i>Geovana</i> “Acho que as trocas que eu tive nas PLP foram muito ricas e me recuperaram de novo esse... Ah, essa vontade mesmo de estar na universidade, de estar por lá e de circular por aquele espaço. Então, eu acho que essa experiência nas PLP tem impactado muito em como eu vejo o que é Universidade Pública como eu entendo as limitações dessa universidade pública e como que eu efetivamente consigo experienciar uma vivência estudantil enquanto estudante numa universidade em tempos de sucateamento mesmo, né, das universidades públicas. Então, e me forma como um sujeito político, me forma como um sujeito social, enquanto sujeito que me indica, me forma na minha militância, Então, as PLP com certeza fazem... É uma parte disso que constitui essa minha construção quanto sujeito.”</p> <p><i>Francielle</i> “Era um curso muito branco, muito elitista, um curso muito... Tipo assim, a imagem do agronegócio, homens brancos, é muito... Não se fala de política, não se fala de muita coisa. Não é do agronegócio, mas tipo assim, pensar naquela visão. E depois que eu entrei, além de eu começar a ler muitas coisas fora dessa bolha, eu comecei a ter diálogos na sala voltados para isso também, trazer essas questões. E conhecer professores que têm mais essa discussão, ver que professores que também, apesar de serem do curso, serem psicólogos, Doutores em questões sociais, eles não sabem discutir, não têm bagagem, não querem discutir. Ou então vem com um discurso todo torto, umas coisas que a gente pensa assim, não é possível. Então assim, eu acho que vivenciar as PLP do sexto ao décimo segundo período, mudou muito isso e viver isso é muito legal porque a experiência modifica toda a vivência. Além do vínculo com a comunidade que hoje a gente tem, eu acho que todo mundo que participou do primeiro curso criou mais vínculo com a comunidade. Hoje eu conheço pessoas que são referência de algumas áreas, por exemplo, professores, tem professor que ajuda na alfabetização de adultos, tem professores que trabalham em diversas outras coisas, tem advogados, tem enfermeira agora, tem alunas que estão buscando outras áreas, tem futuras historiadoras, tem muitas futuras advogadas agora. Então, eu acho que o vínculo é muito legal também e as referências. A vivência nas PLP foi crucial para abrir caminhos.”</p> <p><i>Bianca</i> “Tem impactado até na questão da network, dos professores, porque acabo me aproximando das professoras e professores que têm essa visão relacionada à raça, gênero e classe. Isso impacta no meu TCC, impacta na especialização que eu quero, e aí o profissional já vai se encaminhando, porque é isso, a gente está estudando, mas já tem que pensar.”</p>
--	--	---

		<p><i>Gabriela</i> “E aí, poder ter essa escuta, essa participação das pessoas, conhecer as pessoas também faz a gente sair ali da caixinha, só sair ali do ambiente da faculdade, da sala de aula, entender que tudo é muito mais ali. Enfim, como eu posso falar? Que a universidade só se realiza o seu compromisso enquanto missão mesmo, de um objetivo ou nessa perspectiva. E é muito bom, assim, como estudante de graduação, poder ver isso.”.</p>
--	--	---

Fonte: Elaboração própria.

Mais uma vez, temos falas com informações muito potentes sobre a extensão popular e feminista construída pelas PLP nas IPES estudadas. Os dados de como realizam uma extensão orgânica e processual, que se articula e transforma o ensino e a pesquisa, surgem nas falas das estudantes, demonstrando que a vivência extensionista permitiu amadurecer e vivenciar outras instâncias das IPES, além de se organizarem em movimentos sociais e formarem redes de articulação feminista.

As PLP permitem a ressignificação do curso que realizam e a identificação com o espaço acadêmico a partir do acolhimento característico da Educação Popular Feminista. Participar da facilitação do curso fica para além da obtenção de horas complementares, necessárias para a obtenção da certificação nos cursos técnicos e de graduação: torna-se uma parte importante de suas vivências como mulheres. Ampliar o horizonte teórico, iniciar as atividades na pesquisa, “sair da bolha”, construir bases para os trabalhos de conclusão de curso, não desistir da graduação, compreender o funcionamento e se sentir parte importante das IPES são exemplos de como a extensão, realizada nas PLP, propicia às estudantes uma relação proveitosa e emancipadora com as IPES.

O mundo do trabalho também é ressignificado para as participantes. A formação extensionista faz com que assumam compromisso com uma atuação engajada pela melhoria nas condições de vida das mulheres nas diferentes áreas em que se formam. Também muda a relação das servidoras docentes com a pesquisa e com o ensino, pois compreendem na prática que os saberes construídos na extensão enriquecem e devem estar indissociados com as demais instâncias das IPES.

As falas sobre as mudanças de ordem pessoal são muito significativas e talvez as mais importantes para o esperançar que queremos construir. A afirmação de Rosa Vanessa, “me emancipou e eu sei que emancipa várias outras mulheres”, faz com que seja possível observar que nas PLP as mulheres se reconheçam em sua vocação ontológica de ser mais. Igualmente importante é a declaração de Rosânia, que afirma ter aprendido a se defender, mas sobretudo, a acolher outras mulheres, construindo solidariedade e irmandade. Dialogando com Livia Fonseca (2024), construir a solidariedade em cursos

com mulheres plurais, que vivenciam opressões de homens e de outras mulheres, é um desafio.

As estratégias educacionais são no sentido de romper essas barreiras para que o diálogo democrático seja possível direcionando o coletivo para a construção de sentimentos mútuos de companheirismo. Outro importante desafio é que as mudanças não se restrinjam no sentido individual, mas que possam ser o vetor para a formação de um movimento feminista, popular e antirracista com as PLP. (Fonseca, 2024, p. 65)

Percebemos que a Educação Popular se alinha com perspectivas feministas comprometidas com o fim das opressões de maneira coletiva, e não individual. Vivenciar a extensão popular e feminista nas PLP permite que às mulheres assumam protagonismos, vençam à timidez, abram a mente e experimentem outros espaços de vivência que não sejam somente limitados a assistir aulas em seus respectivos cursos. Sobretudo, ser extensionista permite-lhes desenvolver o olhar de sensibilidade para as opressões sociais, ou seja, não apenas reconhecê-las e analisá-las, mas querer transformá-las. Tudo isso revela o potencial transformador da extensão, mesmo sem ter as condições ideais para sua realização, porque nela se constrói o esperar.

Como nos ensina Paulo Freire (2020), ser esperançosas é um imperativo existencial e nos faz sair da acomodação em favor da liberdade e da democracia. O esperar construído pelas PLP na extensão chama-nos a construir instituições educacionais comprometidas com a diversidade, concordando com hooks (2013): “de tal modo que nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade” (p. 49).

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Anne Oliveira. eia. Aquarela e nanquim sobre papel. 2024.

Ah, é o fim da picada! Depois da estrada começa uma grande avenida... No fim da avenida, existe uma chance, uma sorte, uma nova saída...

Coisas da vida – Rita Lee

A construção dessa investigação permitiu-nos alcançarmos dados importantes sobre a realização da extensão nas IPES e a construirmos algumas conclusões para que elaboremos o fechamento deste trabalho, apesar de sabermos que essa pesquisa não se encerra aqui.

Este trabalho apresenta um panorama da extensão realizada por dez instituições públicas, sendo uma estadual (USP) e nove federais (UnB, UFG, UFJ, IFG, UFF, UFRJ, UFBA, IFSP, UFPR), tendo como questão de partida observar se a extensão realizada nas IPES tem colaborado com a educação para a igualdade de gênero e o combate à violência contra a mulher, analisando especificamente a realização da formação de PLP em dez municípios brasileiros, por compreendermos que elas atuam com esses objetivos e encontraram na extensão a possibilidade de se expandirem para outros espaços de atuação.

Ao buscar responder ao objetivo geral de analisar como as políticas de extensão realizadas nas IPES elencadas contribuíam para a educação em igualdade de gênero e o combate à violência contra as mulheres a partir das PLP, compreendemos que as instituições, apesar das dificuldades, funcionam como suporte para a realização dos cursos, viabilizando o espaço físico e a participação das servidoras e das estudantes nas atividades. No entanto, a investigação sobre esse primeiro objetivo revelou dificuldades para a obtenção de recursos voltados à viabilização dos projetos e, mesmo quando eles existem, a burocracia envolvida é muito intensa, ampliando significativamente a carga horária de trabalho das envolvidas.

A pesquisa mostrou que a extensão carece de políticas públicas não apenas de financiamento, mas de avaliação e de integração da extensão na realidade das IPES para que a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa realmente aconteça. A falta de valorização da extensão não se relaciona apenas com a escassez de recursos, mas também de conhecimento sobre seu funcionamento, tentando enquadrá-la nos parâmetros do ensino e da pesquisa, bem como falta de reconhecimento de como afeta a carga-horária de trabalho das pessoas envolvidas, sendo necessário rever as métricas dos relatórios anuais e os parâmetros para progressão na carreira das servidoras e dos servidores. A

extensão é frequentemente considerada uma atividade secundária, por isso há a necessidade de uma mudança cultural nas IPES para que seja devidamente reconhecida.

Desse modo, compreendemos, nesse processo de investigação, que a extensão realizada nas IPES é sim uma parceira para a educação em igualdade de gênero e para o combate à violência contra as mulheres por acolher e promover a realização de projetos, como o das PLP. Em algumas cidades, esse movimento social, tão importante na história da luta pelos direitos das mulheres no Brasil, não existiria se não fosse a parceria com as IPES por meio da extensão; contudo, a falta de financiamento adequado e reconhecimento, e as burocracias envolvidas na realização da extensão dificultam sua promoção, exigindo que as mulheres participantes criem alternativas, nomeadas por nós como “resistência criativa”, para a continuidade dessas atividades.

Foi possível identificar a extensão como um dos pilares das IPES, sendo um espaço de cocriação em que é possível trabalhar junto com os movimentos sociais para desenvolver projetos que atendam às necessidades reais das comunidades, impactando na relação com o ensino e a pesquisa de forma articulada e comprometida com a melhoria das condições de vida da população. Por trabalhar em parceria com os movimentos sociais, como são as PLP, a extensão permite que as IPES participem da costura por obtenção e legitimação de políticas públicas voltadas para os direitos humanos, a igualdade de gênero e o combate às violências contra as mulheres. Essa articulação é fundamental para que as IPES cumpram seu papel social e contribuam para a transformação da realidade das comunidades.

A realização dos cursos de PLP nas IPES por meio da extensão também revelou a importância da articulação com ONG, prefeituras, secretarias de educação, entidades sindicais, o Ministério Público a Ordem dos Advogados do Brasil, entre outras instituições, a fim de promover não somente a formação de PLP, mas a justiça social e políticas públicas mais eficazes no combate à violência contra as mulheres.

Logo, reforçamos a necessidade de políticas públicas educacionais e contínuas, voltadas para a extensão, para apoiar seus projetos. Isso inclui a necessidade de bolsas para as estudantes poderem se dedicar às atividades extensionistas e para pessoas da comunidade externa colaborarem com a construção e a realização dos cursos. Se a extensão é compreendida com o espaço de construção conjunta de conhecimento com a comunidade, também precisa dar condições materiais para que esta permaneça como parceira na realização dos projetos, viabilizando bolsas de permanência, transporte, alimentação e espaços para acolhimento de mães com crianças pequenas.

A curricularização da extensão pode ser entendida como uma estratégia de valorização e uma oportunidade para que essas dificuldades, apontadas para a realização da extensão, sejam superadas. Sua inserção como componente curricular obrigatório tornou o debate sobre sua viabilização nas IPES necessário, exigindo a reformulação dos PPP dos cursos superiores e a reflexão de docentes, gestoras e gestores, servidoras e servidores e estudantes sobre o papel da extensão. No entanto, com a pesquisa de campo realizada, ficou evidente a preocupação da materialização da curricularização em IPES precarizadas e o risco de a obrigatoriedade levar à superficialização das atividades, reforçando um viés assistencialista da extensão. As entrevistadas reforçam a necessidade de garantir uma extensão como práxis transformadora.

Quando observamos a extensão como práxis, encontramos o elemento mais rico de toda essa investigação: os projetos de extensão que viabilizam a formação de PLP permitem que as IPES cumpram seu papel social, realizando a extensão que temos como horizonte, em que as comunidades externa e acadêmica aprendam juntas e construam conhecimentos transformadores da realidade. As PLP, portanto, não são somente um projeto de extensão: são um movimento social; ao “entrarem” nas IPES por meio da extensão com suas bases na Educação Popular Feminista, ressignificam não somente a forma como se realiza a extensão, mas também a relação com o ensino, a pesquisa, o mundo do trabalho e tantas outras esferas do cotidiano de servidoras, estudantes e comunidade.

O compromisso com a Educação Popular e com o Feminismo engajado com o fim das opressões de raça, classe, idade, nacionalidade e demais opressões características do modo de sociabilidade capitalista apoiam as PLP, para que construam identificação e diálogo com mulheres de diferentes estratos sociais e se tornem multiplicadoras da luta pela cidadania, compreendendo não só as pautas dos direitos das mulheres que precisam ser efetivados, mas também os diversos atravessamentos nas vidas das mulheres, tornando-os percebidos de forma desigual.

A extensão para a realização da formação de PLP permite que mulheres realizem a construção de consciência crítica sobre as desigualdades, com a responsabilidade educativa de mobilizar outras mulheres em suas comunidades para sua superação. Constrói-se, assim, uma práxis emancipatória voltada para a superação das opressões, tendo como horizonte uma sociedade em que todas as pessoas consigam ser plenamente livres. Aprendem com Paulo Freire (2017) que a utopia é a recusa à acomodação, construindo o esperar.

O esperar só é possível devido à coerência entre a teoria e a prática realizada nos cursos. A extensão, quando fundamentada na Educação Popular e nas teorias feministas, articula-se diretamente com movimentos sociais, criando um espaço em que o conhecimento acadêmico e os saberes populares se encontram e se reforçam mutuamente. As PLP realizam a Educação Popular Feminista, valorizando os conhecimentos das participantes e aprendendo pelo diálogo horizontal o modo a construir estratégias de sobrevivência e superação das opressões da sociedade cisheteropatriarcal, compreendendo que ninguém liberta ninguém e ninguém se liberta sozinho: as mulheres se libertam em comunhão. Mulheres se ensinam a resistir, e as PLP ensinam para as IPES como enfrentar as barreiras para a realização da extensão a partir da construção da solidariedade e da irmandade, elementos fundamentais aprendidos com o feminismo negro.

Parte da coerência entre teoria e prática é se afastar das teorias feministas liberais e suas armadilhas. O feminismo que orienta os cursos de PLP estudados é primordialmente antirracista e anticapitalista, além de procurar compreender as mulheres em suas pluralidades diversas. Essa abordagem garante que as discussões sobre as opressões sejam abrangentes e contextualizadas, permitindo que as participantes compreendam como diferentes formas de opressão se interseccionam e impactam em suas vidas, de modo que isso não as aparte e sim as unifique em prol da emancipação coletiva. Munidas de lentes analíticas críticas sobre as dinâmicas de poder e opressão, as PLP se tornam defensoras e promotoras dos direitos das mulheres, sendo um resultado importante dessas experiências de extensão popular e feminista.

Mais uma vez, enfatizamos que as PLP não são um projeto de extensão: são um movimento social que existe em diversos espaços do território brasileiro sem ter relação com IPES. Porém, sua presença nessas instituições, por meio da extensão, permite o enriquecimento sobre como fazer uma extensão que seja, de fato, engajada com a transformação social.

A vivência na extensão nas PLP também transforma a relação das estudantes com seus respectivos cursos e instituições, bem como no âmbito da vida pessoal e do mundo do trabalho. O contato com o feminismo de maneira prática na extensão permite às estudantes vivenciarem mudanças na percepção de si mesmas, reconhecerem-se no espaço das IPES e ressignificarem sua relação com o ensino e a pesquisa, no momento em que se deparam com uma forma acolhedora de construção do conhecimento. Não foi nosso objetivo, mas essa investigação nos permitiria fazer uma análise sobre como os

cursos superiores, principalmente os de Direito, ainda se organizam de forma a priorizar uma teoria que não dialoga com a prática. As estudantes extensionistas nas PLP passam a valorizar outros espaços formativos que não somente a sala de aula, muitas vezes não dialógica. Essa vivência transforma, portanto, a vida das estudantes e tensiona a transformação das próprias instituições de ensino.

As servidoras extensionistas também ressignificam sua atuação nas IPES, munindo-se nas teorias feministas e na Educação Popular para analisarem criticamente os desafios da realização da extensão em suas instituições e constroem comunidades de resistência e continuidade da extensão socialmente engajada. Nesse sentido, a vivência nas PLP permite-lhes atuarem de maneira mais engajada, sensível e dialógica em suas demais atividades de trabalho, como nos cargos de gestão ou no ensino e na pesquisa.

Todos esses elementos nos autorizam afirmar que as PLP realizadas a partir de projetos de extensão são uma experiência exitosa de extensão popular, promovendo o diálogo das instituições com os movimentos sociais de mulheres e favorecendo a construção de uma realidade menos opressora para as mulheres em seus espaços de atuação. Ter contato com todas essas experiências em diferentes cidades do território brasileiro foi muito gratificante e renovador para nós, que temos a extensão como uma parte fundamental de nossa vivência. As PLP têm muito a nos ensinar sobre vivenciar uma práxis emancipatória por meio das comunidades de solidariedade que constroem. No entanto, é importante ressaltar que a resistência criativa é também uma forma de resistência política dessas extensionistas, a qual não pode ser a forma de funcionamento da extensão nas IPES. A extensão não deve sobreviver de “vaquinhas”, rifas e doações de entidades; portanto, é urgente e necessária a estruturação de políticas de fomento e valorização da extensão no Brasil. Embora o cenário político e econômico não se mostre favorável, seguiremos resistindo e esperando, como aprendemos com as PLP.

Consideramos que, apesar de alcançarmos nossos objetivos, encontramos muitos outros dados de imensa relevância que merecem ser abarcados em trabalhos futuros. Há muito o que se escrever, pesquisar e refletir sobre a extensão. Assim, esperamos que esse trabalho contribua minimamente para fortalecer a construção de uma extensão popular e feminista.

REFERÊNCIAS

Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 18. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Arruza, Cinzia; Bhattacharya, Tithi; Fraser, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/04/Feminismo-para-os-99-um-manif-Cinzia-Arruza.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Bandeira, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 1, p. 207–228, abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/LZmX67CZRJScmfcdsy4LxzJ/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Bandeira, Lourdes M.; Almeida, Tânia M. C. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do CEAM**, v. 2, n. 1, p. 35-46, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10075>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/40820250/BARDIN_L_1977_An%C3%A1lise_de_conte%C3%BAdo_Lisboa_edi%C3%A7%C3%B5es_70_225. Acesso em: 3 dez. 2024.

Biagini, Graciela; Morcelle, Martín R. La extensión y la función social de la educación universitaria: el caso argentino. In: Rios, David; Caputo, Maria. (org.). **Extensão universitária na América Latina.** Conceitos, experiências e perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 51-64.

Boito Júnior, Armando. **Reforma e crise política no Brasil.** Os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Unicamp; São Paulo: Unesp, 2018.

Bonneti, Alinne L. “Olha, com muito orgulho eu sou defensora das mulheres!” – PLPs porto-alegrenses e a construção da cidadania nos anos 1990. In: Bonneti, Alinne L.; Ricoldi, Arlene M.; Vieira, Mirian S.(org.) **Promotoras Legais Populares: 20 anos de pesquisa.** São Leopoldo: Casa Leiria, 2024. p. 12-29.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal/SEEP, 1988. Disponível em: www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/...05.../CON1988. Acesso em: 23 jul. 2023.

Brasil. **Decreto n. 7.233, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 19 jul. 2010a. Disponível em: Acesso em: 3 dez. 2024.

Brasil. **Decreto n. 7.313, de 22 de setembro de 2010.** Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Brasília: Presidência da República, 22 set. 2010b Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7313.htm. Acesso em: 3 dez. 2024.

Brasil. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 16 ago. 2024.

Brasil. Ministério da Educação. **Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: MEC; CNE; CES, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 3 dez. 2024.

Burawoy, Michael. For Public Sociology. **American Sociological Review**, v. 70, p. 4-28, fev. 2005. Acesso em: 3 dez. 2024. Disponível em: <http://burawoy.berkeley.edu/Public%20Sociology,%20Live/Burawoy.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Buttler, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: Holanda, Heloísa B. (org.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.95-118.

Cisne, Mirla. **Relações Sociais de Sexo, “Raça”/Etnia e Classe: uma análise feminista-materialista**. *Temporalis*, v. 14, n. 28, p. 133-149, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886>. Acesso em: 13 maio 2023.

Connel, Raewyn; Pearse, Rebecca. **Gênero – uma perspectiva global**. São Paulo: NVersos, 2015.

Couto, Leonardo D.; Castro, Rômulo S.; Ramos, Valena R. G. Novo Ensino Médio: um pilar fundamental das reformas neoliberais do Estado Brasileiro. **Universidade e Sociedade**. As contrarreformas no Brasil: a educação pública na resistência aos ataques neoliberais, ano XXXIII, n. 71, p. 8-21, fev. 2023. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/e875e7e52fc41cc69641d6c2238fb693_1675701740.pdf. Acesso em: 3 dez. 2024.

Deus, Sandra. **Extensão Universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria: PRE-UFSM, 2020.

European University Association (EUA). **Universities Without Walls**. A vision for 2030. Bruxelas: fevereiro, 2021. Disponível em: <https://eua.eu/downloads/publications/universities%20without%20walls%20%20a%20vision%20for%202030.pdf>. Acesso em: 21 mar 2023.

Federici, Silvia. **Mulheres e a caça às bruxas: da idade média aos dias atuais**. São Paulo: Boitempo, 2019b. Disponível em: <https://www.ufn.edu.br/site/Arquivo/BaixarArquivo/54337>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Federici, Silvia. O feminismo e a política dos comuns. *In*: HOLANDA, Heloísa B. (org.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019c. p. 379-394. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7446790/mod_resource/content/1/Pensamento%20Feminista%20Conceitos%20fundamentais%20by%20Heloisa%20Buarque%20de%20Hollanda%20%28z-lib.org%29.mobi.pdf. Acesso em: 3 dez. 2024.

Federici, Silvia. **O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019a. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5738829/mod_resource/content/1/Silvia%20Federici%20Opontozerodarevolucao.pdf. Acesso em: 3 dez. 2024.

Fonseca, Livia G.D. Os desafios da práxis das Promotoras Legais Populares do Distrito Federal e entorno. *In*: Bonneti, Alinne L.; Ricoldi, Arlene M.; Vieira, Mirian S.(org.) **Promotoras Legais Populares: 20 anos de pesquisa**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2024. p. 64-77.

Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Freire, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

Freire, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Freire, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

Freire, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 55. ed. Rio De Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2017.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas 2002.

Gonzales, Lélia. **Por um feminismo afro-latinoamericano: ensaios, intervenções, diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Harding, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *In*: Holanda, Heloísa B. (org.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 95-118.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir. Educação como prática para a liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo. Políticas arrebatadoras**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.

hooks, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2019.

Kergoat, Danièle. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: Hirata, Helena; Laborie, Françoise; Le Doaré, Hélène; Senotier, Danièle. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario critico do feminismo%202009.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario%20critico%20do%20feminismo%202009.pdf). Acesso em: 3 dez. 2024.

Kochhann, Andrea; Silva, Katia. A. C. P. C. Extensão universitária na formação do estudante à luz do processo de curricularização. *In*: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 8., 2018, Natal. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2018. p. 3170-3184. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1mTS3PhaQrqv8PHwjQmHEVJ7T3WuGQbZ/view>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Kuhn, Thomas S. **A estrutura das Revoluções Científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. Disponível em: <https://ppec.ufms.br/files/2020/10/A-estrutura-das-revolu%C3%A7%C3%B5es-cient%C3%ADficas-Kuhn.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Leonídio, Luciano F. S. **História do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX (1987-2012)**. 2017. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25316/1/TESE%20Luciano%20Fl%20%a1vio%20da%20Silva%20Leon%20c3%addio.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Lima, Aline da C. L. **Intersecção entre Feminismo e Educação Popular na Formação de Promotoras Legais Populares**. 2020. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/40238/1/2020_AlinedaCostaLuzdeLima.pdf. Acesso em: 3 dez. 2024.

Louro, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes 2017.

Marx, Karl. **A miséria da filosofia**. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1983.

Matos, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 333-357, maio 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6Y8dcfxYKPXWmyyZmhF5yph/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Mello, Oscar D. M. Reflexão sobre as influências do contexto histórico, político e social nos indicadores de avaliação em extensão. *In*: Rios, David; Caputo, Maria. (org.). **Extensão universitária na América Latina**. Conceitos, experiências e perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 101-116.

Menon, G. A Reforma de Córdoba, movimentos estudantis e seus impactos para o ensino superior na América Latina. **Revista História da Educação**, v. 25, p. e103376, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/103376>. Acesso em: 19 out. 2023.

Miguel, Luís F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira* Luís Felipe Miguel. *In: Cadernos Pagu*, n. 62, e216216, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8667136/27339>. Acesso em: 28/11/2023.

Moschkovich, Marília B. F. G. **Feminist gender wars: The reception of the concept of gender in Brazil (1980-1990s) and the global dynamics of production and circulation of knowledge.** 2018. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=460219&tipoMidia=0>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Nogueira, Maria D. P. **A participação da extensão universitária no processo de descolonização do pensamento e valorização dos saberes na América Latina.** 2019. 305 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30545/1/Tese%20-%20vers%c3%a3o%20final-15-08-2019%20-%20NSS-%20pdf.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Paludo, Conceição. Educação Popular – Dialogando com redes latino-americanas (2003-2005). *In: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Educação Popular na América Latina: desafios e perspectivas.* Brasília: UNESCO; MEC; CEAAL, 2005. p. 41-65. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000143237>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Paulo Netto, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Pontes, Marina. P. B.; Rios, Mônica. P. G. (2021). Avaliação da extensão universitária: o papel dos fóruns nacionais. **Educação Unisinos**, v. 25, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/edu.2021.251.23>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Reis, Renato H. Histórico, tipologias e proposições sobre extensão universitária no Brasil. **Linhas Críticas**, v. 2, n. 2, p. 41-47, 1996. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2610>. Acesso em: 06 maio 2024.

Rêses, Erlando S. **De Vocação para Profissão: Sindicalismo Docente da Educação Básica no Brasil.** Brasília: Editora Paralelo 15, 2015.

Rêses, Erlando S.; Sousa, José V.; Silva, Kátia A. C. P. C. O Materialismo Histórico-dialético e o Estudo de Políticas Públicas de educação: questões de método. *In: Cunha, Célio; Sousa, José V.; Silva, Maria A. (org.). Investigação política e gestão da educação: método, temas e olhares.* Belo Horizonte: Fino traço, 2016. p. 25 -41.

Rodrigues, Ricardo. A extensão universitária como uma práxis. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 5, n. 1, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20340>. Acesso em: 23 jun. 2024.

Rubin, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do sexo.** Tradução: Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo, mar. 1993. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1919/OTraficoDeMulheres.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Saffioti, Heleieth. A questão da mulher na perspectiva socialista. **Lutas Sociais**, v. 1, n. 27, p. 82-100, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/l/article/view/18733>. Acesso em: 1 jun. 2024.

Scott, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLANDA, Heloísa B. (org.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-80.

Scott, Joan. Os usos e abusos do Gênero. Tradução: Ana Carolina E. C. Soares. **Projeto História. Gênero e Subjetividades**, v. 45, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>. Acesso em: 22 mar. 2023

Tavares, Maria Tereza G. Educação Popular e a contemporaneidade do pensamento de Paulo Freire na educação brasileira. In: Machado, Rita C. F.; Castro, Amanda M. **Educação Popular em debate.** Jundiaí: Paco, 2017. p. 95-114.

Tuckman, Bruce W. **Manual de investigação em educação.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

Tunes, Elisabeth. **Formulação de problema de investigação científica e elaboração do projeto de pesquisa:** orientações breves para o estudante. Brasília. UniCEUB, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12102/1/Formula%C3%A7%C3%A3o%20do%20problema%20de%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Zussman, Robert; Mistra, Joya. Introduction. In: Clawson, Dan *et al.* (org). **Public Sociology.** Fifteen Eminent Sociologists Debate Politics and the Profession in the Twenty-first Century. California: University of California Press, 2007. p. 3-22. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1525/j.ctt1pnz65>. Acesso em: 3 dez. 2024.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Roteiro de Entrevista: Servidoras

1. Como tem sido a sua trajetória junto às Promotoras Legais Populares? Como conheceu o movimento? Desde quando tem atuado?
2. Qual é a periodicidade e a frequência da realização do curso? (O curso ocorre anualmente? Quando ocorre os encontros são semanais/mensais?)
3. Há quanto tempo tem sido realizado na Universidade/Instituto Federal?
4. Quais cursos da instituição se envolvem na organização do curso?
5. O projeto conta com parcerias para a realização dele?
6. Como acontece a organização dos temas das oficinas? Há a participação das mulheres da comunidade na definição das temáticas a serem trabalhadas ao longo do curso?
7. Qual é a metodologia adotada para a realização do curso?
8. Como acontece o acolhimento das mulheres que procuram a instituição para a realização do curso de PLPs? Existem estruturas para garantir a participação de mães com crianças pequenas, como brinquedoteca?
9. Existem projetos na mesma universidade/instituto federal que envolvam Educação Popular e Gênero no Combate à violência contra a mulher além das PLPs?
10. O que significa fazer extensão para você?
11. Quais são as dificuldades/desvantagens ao se realizar a extensão?
12. Quais são os benefícios/vantagens ao se realizar a extensão?
13. Na sua compreensão, como as teorias feministas contribuem para pensar e realizar a extensão?
14. Qual é a importância da discussão sobre educação popular para a estruturação e realização do curso de PLPs?
15. Existe alguma forma de fomento de extensão para a realização da formação de PLPs por parte da instituição? Você considera suficiente? O que gostaria que houvesse como política?
16. Vocês têm conseguido sistematizar suas experiências? Elaborar e sistematizar dados sobre as formações de PLPs?
17. Como essas questões têm sido tratadas no debate da curricularização da extensão?

Apêndice 2 – Roteiro de Entrevista: Estudantes

1. Como tem sido a sua trajetória junto às Promotoras Legais Populares? Desde quando tem atuado? Como conheceu o movimento?
2. O que significa fazer extensão para você?
3. Quais são as dificuldades/desvantagens ao se realizar a extensão?
4. Quais são os benefícios/vantagens ao se realizar a extensão?
5. Na sua compreensão, como as teorias feministas contribuem para pensar e realizar a extensão?
6. Qual é a importância da discussão sobre educação popular para a estruturação e realização do curso de PLPs?
7. Existe alguma forma de fomento de extensão para a realização da formação de PLPs por parte da instituição? Você considera suficiente? O que gostaria que houvesse como política?
8. Vocês têm conseguido sistematizar suas experiências? Elaborar e sistematizar dados sobre as formações de PLPs?
9. Como essas questões têm sido tratadas no debate da curricularização da extensão? Vocês tem participado?
10. Como vivenciar essa experiência de extensão nas PLPs tem impactado na sua vivência como estudante de instituição pública de ensino?

Apêndice 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada “FEMINISMO, EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO: CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES”.

Meu nome é Aline da Costa Luz, professora do IFG e estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília (PPGE/UnB), orientanda do professor Doutor Erlando da Silva Rêses, na linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar participar do estudo, assinale concordância ao final desta página, a qual você pode requerer que a cópia seja enviada para o seu *e-mail*. Enfatizo que, em caso de recusa na participação, você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas, se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via *e-mail* (alinea.luz@ifg.edu.br) ou por contato telefônico (64-99699-5246).

Informações Importantes sobre a Pesquisa

Convidamos você a participar da pesquisa “FEMINISMO, EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO: CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES, sob a responsabilidade da pesquisadora Aline da Costa Luz. Para que consigamos identificar a contribuição da extensão, realizada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), para a formação de Promotoras Legais Populares (PLP), faz-se necessário conhecer e dialogar com as mulheres que realizam projetos de extensão em prol da formação de PLP. As participantes deste estudo serão as servidoras e as estudantes que participaram/participam da formação de Promotoras Legais Populares, vinculadas à IPES.

O objetivo desta pesquisa é analisar de que maneira as políticas e ações de extensão realizadas em algumas instituições públicas de ensino contribuem para a educação em igualdade de gênero e no combate à violência contra as mulheres, tendo enfoque na formação de Promotoras Legais Populares, movimento social brasileiro com enfoque nos direitos humanos das mulheres e o combate à violência contra as mulheres.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome só será identificado caso seja autorizado.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa relacionam-se a possíveis desconfortos emocionais e/ou constrangimento e emoções decorrentes das reflexões sobre as condições vivenciadas na construção e realização dos cursos de PLP. Para minimizar os riscos, caso seja de sua vontade, será realizada uma pausa na entrevista e, se necessário, a interrupção imediata.

Em relação aos benefícios relacionados à sua participação na pesquisa, se você aceitar participar, ajudará com a discussão sobre as políticas de extensão nas IPES, bem como sobre o diálogo das instituições com os movimentos sociais e sua responsabilidade na melhoria das condições de vida das mulheres.

Você pode se recusar a responder qualquer pergunta que lhe traga constrangimento, podendo desistir da pesquisa em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para você. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não receberá ajuda financeira. A sua participação é voluntária.

Os resultados da pesquisa serão divulgados, de forma pública, na tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UnB, podendo ser publicados em meio acadêmico/científico. Os dados e os materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda da pesquisadora por um período de cinco anos. Decorrido esse tempo, serão destruídos.

Para que você tome conhecimento dos resultados da pesquisa, solicitamos que nos informe seu endereço de *e-mail*. A pesquisadora responsável pela pesquisa, Aline da Costa Luz, responsabiliza-se pelo envio dos resultados a todas as participantes da pesquisa. Se houver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por gentileza, contate pelo *e-mail* aline.luz@ifg.edu.br.

Caso concorde em participar, pedimos que preencha o formulário a seguir, podendo solicitar uma cópia para o seu *e-mail*.

*** Indica uma pergunta obrigatória**

1. E-mail * _____ .

2. Nome Completo * _____ .

3. Concordo em participar do estudo intitulado “FEMINISMO, EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO: CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES.”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora responsável **Aline da Costa Luz** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito. * **(Marcar apenas uma oval)**

Concordo Discordo

4. Concordo com a gravação da entrevista * **(Marcar apenas uma oval)**

Concordo Discordo

5. Concordo com a identificação do meu nome * **(Marcar apenas uma oval)**

Concordo Discordo

6. Concordo com a identificação da instituição que representa * **(Marcar apenas uma oval)**

Concordo Discordo